

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ENTRE O LAR E A RUA

Os territórios das mulheres na casa e na cidade

Autora: Lilia Mabel Rodríguez

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Marília Luíza Peluso

Brasília, dezembro de 2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

ENTRE O LAR E A RUA

Os territórios das mulheres na casa e na cidade

Autora: Lilia Mabel Rodríguez

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica.

Aprovado por:

Nome do Orientador, Titulação (Instituição)
(Orientador)

Nome do Examinador Interno, Titulação (Instituição)
(Examinador Interno)

Nome do Examinador Externo, Titulação (Instituição)
(Examinador Externo)

Lilia Rodríguez
Brasília, dezembro 2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

RODRÍGUEZ, LILIA MABEL

Entre o lar e a rua. Os territórios das mulheres na casa e na cidade, (UnB-CDS, Mestre, Política e Gestão Ambiental, 2006).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Departamento de Geografia.

- | | |
|---------------|------------|
| 1. Espaço | 2. Gênero |
| 3. Território | 4. Privado |
| 5. Público | 6. Lar |
| 7. Rua. | |

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Lilia Mabel Rodríguez

Agradecimentos

Agradeço a orientação da Dra. Marília Luíza Peluso, a gentileza e a boa disposição das doutoras Marília Steimberger e Almira Rodrigues para participar da banca; os comentários da Dra. Lúcia Cony Cidade; a grande colaboração das professoras Cristina Pérez Resines e Graciela Fernández, que facilitaram a realização das entrevistas com seus alunos; a valiosa intervenção da geógrafa Rossana Rocha, que colaborou na correção do português; e especialmente a generosidade da Dra. Silvia Yannoulas, que me estimulou e acompanhou na procura de novos caminhos profissionais.

RESUMO

Homens e mulheres se comportam de maneira diferenciada no espaço gerando formas de apropriação diferenciada, que conquanto se modifiquem através do tempo, nem sempre conseguiram modificar a lógica que rege o discurso social que, por sua vez, orienta as condutas segundo o gênero..

Os âmbitos privado e público são valorizados socialmente de maneira hierárquica e servem para designar o papel e função dos gêneros em cada sociedade, estabelecendo-se a divisão sexual dos papéis e funções assumidas por mulheres e varões no tecido social. De acordo com esta ordem, as mulheres são identificadas com o espaço privado onde devem cumprir com uma função reprodutiva biológica social e cultural entanto que os varões são vinculados com o espaço público no qual devem cumprir com uma função produtiva e provedora.

Comumente, os comportamentos que não respeitam este esquema são identificados coletivamente como transgressões às normas impostas socialmente. Assim a incursão das mulheres no espaço público geralmente é condicionada pela manutenção das responsabilidades geradas no espaço privado e interpretada como uma *saída* em referência ao abandono do lugar socialmente naturalizado para o feminino, e pode produzir iniquidades associadas com as formas e possibilidades de apropriação de dito espaço.

Por que se diferencia o comportamento espacial de homens e mulheres? Como se diferencia? Como o espaço incide na reprodução das desigualdades? e Como estas situações são legitimadas pelo discurso social? São algumas das questões apresentadas neste trabalho que temos organizado metodologicamente em função da confluência de procedimentos indutivos e dedutivos. O percurso dedutivo foi realizado através de uma recopilação histórica destinada a analisar a orientação conceitual predominante na formulação de representações sociais sobre o espaço que guiam o comportamento segundo o gênero e o desenvolvimento indutivo concretizou-se tomando como eixo o discurso adotado por informantes sobre suas experiências cotidianas nos âmbitos privado e público (especificamente o lar e a rua)

Palavras chave: gênero, espaço, território, privado, público, lar, rua.

ABSTRACT

Men and women act in different ways in space, generating different ways of appropriation which undergo modifications throughout time, but not always in ways that could change the logic that rules social discourse, a discourse that guides behaviours according the gender.

The private and public ambits are socially valorised in a hierarchy and serve to denote the role and function of the genders in each society, establishing a sexual division of roles and functions assumed by women and men. According to this order, women are identified with a private space where they have to accomplish a reproductive, biological, social and cultural function, while men are associated with the public space where they have to accomplish a productive and supplying function.

Usually, behaviours that don't respect this scheme are collectively identified as transgressions to the socially imposed norms. Thus, the incursions of women in public arena are often conditioned by the maintaining of responsibilities created within the private space and interpreted as a way out in reference to the abandon from the place socially "natural" for women, and can produce inequities linked to the ways and possibilities of appropriation of that space.

Why is the space behaviour of women and men differentiated? How are they differentiated? How does the type of space influence the reproduction of inequities? And how are these situations legitimated by the social discourse? These are some of the questions presented in this work, which was methodologically organized according to the confluence of inductive and deductive procedures. The deductive process was based on a historical recompilation oriented to analyze the predominant conceptual orientations in the formulation of the social representations about space that guide behaviour according to the gender. The inductive development is considered as an axle in the discourse adopted by the sources about their daily experiences in both private and public space (home and street, specifically).

Keywords: gender, space, territory, private, public, home, street.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E QUADROS	
LISTA DE FIGURAS	
1. INTRODUÇÃO	11
1.1. PALAVRAS INICIAIS.....	11
1.2. JUSTIFICATIVA.....	15
1.3. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS	17
1.4. HIPÓTESES	18
2. METODOLOGIA	19
2.1. CATEGORIAS DE ANÁLISE	21
2.2. DESCRIÇÃO DE INSTRUMENTOS	23
2.3. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS	24
2.4. SELEÇÃO DO GRUPO DE INFORMANTES	26
3. OS TERRITORIOS DAS MULHERES	32
3.1. ANTECEDENTES	32
3.2. JUSTIFICATIVA HISTÓRICA	38
3.3. JUSTIFICATIVA CONCEITUAL	42
4. ENTRE O LAR E A RUA	67
4.1. O ESPAÇO PRIVADO	67
4.2. O ESPAÇO PÚBLICO	76
5. CONCLUSÕES	89
6. BIBLIOGRAFIA	93
7. ANEXOS	99
7.1. EQUIVALÊNCIAS ENTRE OS SISTEMAS EDUCATIVOS BRASILEIRO E ARGENTINO.....	99
7.2. QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS SOBRE ESPAÇO PRIVADO	100
7.3. QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS SOBRE ESPAÇO PÚBLICO	103
7.4. PROCEDÊNCIA DAS PESSOAS CONSULTADAS SOBRE ESPAÇO PRIVADO	107

7.5. PROCEDÊNCIA DAS PESSOAS CONSULTADAS SOBRE ESPAÇO PÚBLICO	108
7.6. FRAGMENTOS DE TEXTOS ESCOLHIDOS	109

LISTA DE TABELAS E QUADROS

QUADRO 2.1 – Metodologia	21
TABELA 2.1 - Organização hierárquica das categorias de análise utilizadas	23
TABELA 2.2. - Caracterização das entrevistas realizadas	25
TABELA 2.3 - Seleção de informantes para responder o questionário sobre espaço privado	26
TABELA 2.4 - Origem dos entrevistados	29
TABELA 2.5 - Seleção de informantes para responder o questionário sobre espaço público	29
TABELA 4.1 - Manifestações do fenômeno estudado presentes nos resultados obtidos nas entrevistas sobre espaço privado	76
TABELA 4.2 - Manifestações do fenômeno estudado presentes nos resultados obtidos nas entrevistas sobre espaço público.....	87

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 2.1. - Composição por idade do grupo de informantes que responderam ao questionário sobre espaço privado	27
GRÁFICO 2.2. - Ocupação do grupo de informantes que responderam o questionário do espaço privado	28
GRÁFICO 2.3. - Nível de escolaridade atingido pelos informantes que responderam o questionário sobre espaço privado	28
GRÁFICO 4.1. - Caracterização do lar	68
GRÁFICO 4.2. - Disponibilidade de espaços de uso próprio	70
GRÁFICO 4.3. - Apropriação de espaço na moradia	72
GRÁFICO 4.4. - Responsabilidade no cuidado do lar	74
GRÁFICO 4.5. - Gerenciamento do lar	75
GRÁFICO 4.6. - Habitualmente você transita caminhando sozinha/o por seu bairro?	78
GRÁFICO 4.7. - Habitualmente você transita em bicicleta por seu bairro?	79
GRÁFICO 4.8. - Qual meio de transporte público você utiliza?	80
GRÁFICO 4.9. - Você modifica algum percurso ou prática cotidiana para evitar situações de insegurança o desconforto?	81
GRÁFICO 4.10. - Como você modifica algum percurso o pratica cotidiana para evitar situações de insegurança o desconforto?	82
GRÁFICO 4.11. - Você sente insegurança quando transita por seu bairro?	83

ENTRE O LAR E A RUA
Os territórios das mulheres na casa e na cidade

1. INTRODUÇÃO

1.1. PALAVRAS INICIAIS.

Em todas as sociedades e em todos os tempos o comportamento humano se manifesta de acordo com normas impostas socialmente e é legitimado através do discurso, contribuindo, dessa maneira à manutenção da ordem social. É importante perceber que quando se produzem mudanças no comportamento que desafiam a ordem social vigente, o discurso poderá funcionar como um mecanismo persistente de reprodução das normas hegemônicas adaptando a incorporação das novas práticas aos esquemas tradicionais que regem o comportamento social.

Considerando estas reflexões, e aplicando uma perspectiva de análise vinculada às questões de gênero, é possível afirmar que as mudanças produzidas no comportamento humano nos diferentes tempos e sociedades influíram fortemente nas relações de gênero, mas nem sempre foram legitimadas através do discurso social. Assim o comportamento humano analisado a partir da perspectiva de gênero pode ter-se modificado historicamente, mas os mecanismos de reconhecimento social não se ativaram com a mesma dinâmica.

Esta idéia mostra-se interessante quando aplicada às relações entre espaço e sociedade. Homens e mulheres se comportam de maneira diferenciada no espaço gerando formas de apropriação diferenciada, que conquanto se modifiquem através do tempo, nem sempre conseguiram modificar a lógica que rege o discurso social.

Historicamente as mulheres foram relacionadas à apropriação do espaço privado e ainda que a experiência cotidiana demonstre um incremento de suas incursões no espaço público, o reconhecimento destas práticas não resulta diretamente da constatação daquela, mas do que é mediado por um discurso que registra essas mudanças de maneira parcial ou distorcida moldando-as aos padrões de comportamento tradicionais.

Por esta razão, a idéia de lar (materializado na casa como referência concreta mais importante do espaço privado) é identificada com um papel protagonizado pelas mulheres, onde a naturalização do feminino justifica algumas situações que podem ser entendidas como iniquidades no processo de apropriação do espaço. Estas situações compreendem não só o posicionamento das mulheres no espaço doméstico, como também, a excentricidade do posicionamento dos homens no referido espaço, a impossibilidade de delegar/compartilhar as responsabilidades que este gera e a conseqüente obstaculização da apropriação das mulheres do espaço público.

A diferenciação entre o privado e o público é valorizada socialmente de maneira hierárquica e serve para designar o papel e função de varões e mulheres em cada sociedade, estabelecendo-se a divisão sexual do trabalho e das funções sociais segundo o gênero. De acordo com esta ordem, as mulheres no espaço privado devem cumprir com uma função reprodutiva biológica social e cultural e os homens no espaço público devem cumprir com uma função produtiva e provedora.

Comumente, os comportamentos que não respeitam este esquema são identificados coletivamente como transgressões às normas impostas socialmente. Assim a incursão das mulheres no espaço público geralmente é condicionada pela manutenção das responsabilidades que gera o espaço privado e é interpretada como uma saída em referência ao abandono de seu lugar socialmente naturalizado. O mecanismo que identifica este comportamento como uma saída é o mesmo que impõe obstáculos às mulheres para a apropriação do espaço público.

Na segunda metade do século XX houve uma intensificação da participação das mulheres nas atividades realizadas no âmbito público. Umás séries de fatores contribuíram para o desenvolvimento deste quadro:

- › Aspectos culturais que modificaram positivamente o posicionamento social das mulheres como o maior acesso à educação formal.

- › Aspectos sociais vinculados com a deterioração das condições materiais de existência e o aumento da pobreza, nos quais as mulheres se responsabilizam pelo cumprimento de funções que tradicionalmente foram cumpridas por outros atores sociais como o Estado¹.
- › Aspectos políticos vinculados à reafirmação dos direitos das mulheres no âmbito internacional que promoveram à adoção de leis de ações afirmativas que tentam assegurar a representatividade das mulheres, como as cotas de representatividade sindical que favorecem o reconhecimento dos seus direitos laborais.
- › Aspectos econômicos como a deterioração das condições laborais associadas às políticas econômicas neoliberais que promoveram a substituição da mão-de-obra masculina pela feminina, em piores condições, ou a transformação do lar num âmbito de trabalho assumido pelas mulheres cuja produtividade, geralmente pouco reconhecida, é a atividade rentável mais importante da família, quando não única, da composição da renda familiar.

A confluência destas variáveis culturais, sociais, políticas e econômicas representou mudanças nas práticas sociais as quais, por não terem sido acompanhadas pela ruptura da associação de idéias - que vinculam o privado-reprodutivo-feminino e o público-produtivo-masculino - reduzem legitimidade à presença das mulheres no espaço público e reproduzem as condições de iniquidade quando comparadas aos homens.

As mulheres atuam no espaço público sem abandonar as responsabilidades assumidas socialmente no âmbito privado e respeitando as normas que o espaço público impõe, em geral formuladas a partir de uma perspectiva masculina. Na prática, isto se traduz em disfunções e dificuldades simbólicas e concretas que as mulheres enfrentam na vida cotidiana. Nas raras oportunidades em que essa questão se faz explícita existe a percepção generalizada que a solução da iniquidade se resume a eleger as mulheres como beneficiárias das políticas e não como sujeitos políticos, o que implica sua exclusão da tomada de decisões e da definição de demandas que sirvam de insumos para as políticas públicas.

¹ A tendência á minimização do Estado, contribuiu para que as mulheres tomassem responsabilidades nas suas comunidades que tradicionalmente eram realizadas pelo Estado. É de interesse perceber que estas atividades podem ser identificadas facilmente com aquelas que as mulheres realizam no âmbito do lar. Um caso paradigmático são os restaurantes comunitários ou as associações de pais que sustentam a distribuição de comida nas escolas públicas, que em muitas ocasiões são gerenciados pelas mulheres da própria comunidade. Trata-se de atividades que facilmente podem ser associadas com o trabalho que as mulheres desempenham no lar e que ante a falta de outros responsáveis começam a realizar no âmbito público das suas comunidades.

Uma das grandes dívidas das políticas vinculadas com o espaço é a incorporação da perspectiva de gênero na tomada de decisões. Evidentemente não se trata apenas de incluir mulheres na definição de políticas, mas, da introdução das suas necessidades e interesses e, principalmente, da aplicação de uma metodologia que oriente às/aos atores estratégicos na tomada de decisões à realização duma leitura crítica da realidade, descobrindo os mecanismos implícitos e explícitos da lógica tradicional.

Neste trabalho tentamos olhar estas questões com o objetivo de pesquisar aplicando a perspectiva de gênero na Geografia e, paralelamente, a perspectiva geográfica no gênero. Nosso interesse se centra também na possibilidade de brindar algum aporte que possa contribuir como insumo para as/os tomadores de decisões na formulação de políticas favorecendo o exercício de práticas sociais cada vez mais inclusivas.

Na busca de respostas e confirmações centramos a análise em algumas questões que achamos fundamentais: Por que se diferencia o comportamento espacial de homens e mulheres? Como se diferencia? Como o espaço incide na reprodução das desigualdades? e Como estas situações são legitimadas pelo discurso social?

Ao longo de toda a investigação recorreremos às relações entre o público e o privado, por considerá-la estrutural nos estudos de gênero e porque cremos que resulta apropriada para identificar as manifestações espaciais das relações de gênero e adotamos o território como categoria de análise principal por considerar possível a aproximação desde ditos campos de estudo e porque se apresenta como una categoria de síntese para a temática abordada.

A unidade temporal escolhida para a contextualização destas questões corresponde ao período que se inicia na segunda metade do século XX até a atualidade e a unidade espacial considerada toma como marco de referência a América Latina, focalizando a aproximação empírica na cidade de Buenos Aires. Nesse sentido consideramos interessante para desenvolvimentos futuros a possibilidade que oferece a pesquisa de estender o marco geográfico a outras cidades da região.

Finalmente e abrindo o espaço à promoção de debates para ações futuras nos perguntamos: Qual é a contribuição desta pesquisa para a obtenção de uma sociedade mais justa?

A resposta a esta interrogação indubitavelmente faz parte de trabalhos futuros, mas nos animamos a propor a transformação destas questões em insumos para o planejamento e gestão

do espaço, com um enfoque crítico e inclusivo das diferenças e recomendamos a sensibilização dos atores estratégicos na formulação de políticas públicas relacionadas com o espaço, transformando as conclusões apresentadas em insumos para estas políticas.

1.2. JUSTIFICATIVA

Nos últimos 25 anos, as relações entre espaço e gênero foram estudadas por especialistas de diversas disciplinas. Arquitetas/os, urbanistas, engenheiras/os, antropólogos/os se dedicaram a estas questões num primeiro momento focalizando sua análise no conceito de *habitat*.

A justificativa teórica desta associação de categorias é apresentada por Ana Falú quando afirma que

“O cruzamento habitat e gênero propõe a vinculação entre o habitat como produto de processos sociais, econômicos e políticos e as relações de gênero como parte constitutivas destes. Contribui a explicar como as relações de desigualdade entre homens e mulheres se expressam no território, ao mesmo tempo em que a conformação deste incide na reprodução de ditas relações” (Falú, S/d a: 1. Tradução da autora).

Já nos anos 80 a produção acadêmica foi particularizando-se em áreas de interesse mais específicas, em que tanto a perspectiva do espaço quanto as relações de gênero são analisadas com maior complexidade, incorporando outras categorias contribuídas por diferentes disciplinas - como, por exemplo, desenvolvimento sustentável, trabalho, pobreza, raça ou etnia.

Atualmente, há muitos trabalhos acadêmicos que seguem esta tendência, na maioria dos casos patrocinados e promovidos por organismos internacionais e organizações não governamentais. Estas contribuições ao conhecimento da problemática de gênero e suas relações com outras categorias foram acompanhadas pelo surgimento – que ao mesmo tempo promoveram - de marcos jurídicos, adotados pelos Estados Nacionais geralmente associados com os Direitos Humanos, como marco cognitivo predominante. Nesse sentido, é interessante ressaltar que, em certa medida, muitos desses aportes tiveram um caráter instrumental em questões centrais como a luta contra a pobreza ou o desenvolvimento sustentável.²

² Neste grupo de pesquisadores encontram-se entre outras Caren Levy (EUA), Caroline Moser (EUA), Jeannine Anderson (Peru), Aurora Justo (Espanha), Teresa del Valle (Chile), Amalia Geraiges de Lemos (Brasil) entre muitas outras. Na Argentina, são muitas as pesquisadoras que contribuem com sua produção acadêmica neste período, de maneira ilustrativa podemos mencionar a Alejandra Massolo, Constanza Tobbio, María do Carmen Feijoo, Ana Falú, Liliana Rainero e Maite Rodrigou.

O estudo do binômio das categorias espaço e gênero, embora seja pouco abordado, tem registros dentro da geografia a partir de 1986 quando Aurora Ballesteros apresenta o livro *El uso del espacio en la vida cotidiana*. (Ballesteros, 1986). Ainda que existam outros aportes anteriores nos quais se analisam as duas categorias, o trabalho desta autora possui o mérito de haver introduzido o estudo das relações que se estabelecem entre ambas.

Ballesteros explora com novas variáveis a análise do espaço e paralelamente representa o momento inaugural da incorporação da perspectiva geográfica nos estudos de gênero.

Assim o expressa Begoña San José ao referir-se ao desenvolvimento da temática em Espanha:

“As Jornadas de 1984 sobre “El uso del espacio en la vida cotidiana” coordenadas pela geógrafa Aurora Ballesteros no Seminario de Estudios de la Mujer de la Universidad Autónoma introduziram no movimento feminista de Espanha a reflexão respeito ao deslocamento dos roles sexuais à configuração e uso dos espaços públicos e privados” (San José, 2002:2. Tradução da autora)

Posteriormente, outras investigadoras aprofundaram o desenvolvimento desta temática. Respeito ao conceito de gênero, as primeiras intervenções vincularam-no com o universo das mulheres, desvinculando-o da experiência masculina. Na atualidade, existe uma superação desta perspectiva e os novos enfoques não somente incluem dita experiência, mas também promovem o seu cruzamento com diversas variáveis que a atravessam, tais como etnia, raça, idade, etc.

As primeiras investigações que se realizaram sobre o tópico basearam-se no método qualitativo, provocando críticas entre as feministas, que associavam essa perspectiva com a reprodução de uma lógica patriarcal que domina o mundo científico. Na opinião delas, a ambigüidade dos resultados obtidos fortalece a associação do qualitativo com o subjetivo/feminino, motivando a subvaloração da temática. Embora este debate não está resolvido ainda, achamos que sua própria existência enriquece o campo de estudo da geografia porque:

- Promove a revisão epistemológica da disciplina
- Estimula a resignificação do espaço como objeto de estudo da geografia.
- Fomenta a abordagem multidisciplinar.

Paralelamente, a incorporação do componente geográfico na análise das relações sociais exige um posicionamento crítico dos geógrafos, o que foi recolhido como um desafio por muitos

membros da comunidade acadêmica. Desta forma, surgem críticas e novos enfoques metodológicos e epistemológicos que propõem dissidências com a reprodução do modelo capitalista, a ruptura com temáticas hegemônicas ou a inclusão da pluralidade de perspectivas para a abordagem teórica da realidade. (Zusman, 2002: 25-29).

1.3. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS

O sistema de gênero é o principal organizador da ordem social. Tomando-se por base a definição hierárquica de roles associados com os sexos, estabelecem-se relações assimétricas de poder, que motivam a designação de espaços e promovem comportamentos diferenciados baseados nesta estrutura.

As idéias naturalizadas segundo este esquema originam as representações sociais que vinculam o binômio de categorias espaço e gênero, contribuindo para a reprodução da ordem social.

Neste processo, o discurso é a principal estratégia utilizada pela sociedade para garantir a incorporação das mudanças e legitimar a lógica hegemônica.

O presente trabalho concentra-se na possibilidade de identificar as motivações, causas e características mais comuns no comportamento espacial diferenciado de varões e mulheres para:

- Realizar aportes acadêmicos orientados a favorecer o estabelecimento de uma sociedade sem desigualdades de gênero.
- Brindar contribuições para a Geografia de gênero.
- Brindar contribuições para o estudo do espaço na disciplina de gênero.
- Fornecer subsídios às políticas públicas vinculadas com a gestão do espaço, destinados a estimular o desenvolvimento de novos enfoques com base em uma perspectiva inclusiva.

No desenvolvimento da pesquisa estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as orientações conceituais predominantes e marcos cognitivos que regulam as relações entre espaço e gênero.
- Identificar os mecanismos socialmente estabelecidos que orientam o comportamento espacial diferenciado segundo o gênero.
- Coletar informação teórica e empírica para analisar e interpretar o comportamento espacial de acordo com o enfoque de gênero.

1.4. HIPÓTESES

Como ponto de partida, propomos duas hipóteses:

- *O espaço é uma construção resultante de processos sociais, econômicos, políticos e culturais nos quais se apresentam relações assimétricas de gênero; ao mesmo tempo, o próprio espaço se transforma em um reprodutor das mesmas.*
- *As assimetrias de gênero presentes nas práticas sociais são legitimadas através do discurso social e refletem-se nas formas de apropriação do espaço público e privado.*

2. METODOLOGÍA

O trabalho foi organizado metodologicamente em função da confluência de procedimentos indutivos e dedutivos.

O percurso dedutivo foi realizado através de uma recopilação histórica destinada a favorecer a análise e interpretação das características do comportamento espacial de gênero. Para isso baseamo-nos no método de análise histórica, que foi adaptada às características da investigação.³

A seleção de conteúdos abordados nessa parte do estudo foi realizada de modo discricionário, e embora corresponda a um período específico (segunda metade do século XX), não tenta ser uma reconstrução dessa seqüência histórica, mas somente a identificação daqueles aspectos que permitem a compreensão e explicação do processo de afirmação de roles socialmente assumidos por homens e mulheres e suas vinculações com o comportamento observado no âmbito público e privado.

Deste modo adotou-se uma metodologia com ênfase nas condições de produção e de atualização das idéias socialmente compartilhadas sobre esses roles e tentou-se apresentar um marco interpretativo que permitisse identificar as mudanças e resistências presentes na valoração hierárquica dos sexos e suas manifestações nas relações entre espaço e sociedade.

O desenvolvimento indutivo concretizou-se tomando como eixo o relato realizado por informantes (selecionados segundo critérios pré-estabelecidos) sobre suas experiências cotidianas nos âmbitos público e privado. Os aportes que estas/es brindaram foram de tipo qualitativo e incorporaram-se ao corpo da investigação como manifestações do fenômeno estudado.

Pelo caráter subjetivo das decisões metodológicas tomadas (sobre a abrangência do estudo, o grupo de participantes e o tipo de informações que seriam recolhidas), não foi um objetivo estabelecer generalizações derivadas deste material, sendo o processo indutivo limitado à

³ Este método estuda a trajetória real dos fenômenos e acontecimentos no curso de sua história. O método de análise histórica está ligado ao conhecimento das distintas etapas dos objetos em sua sucessão cronológica; para conhecer a evolução e o desenvolvimento do objeto ou fenômeno de investigação, faz-se necessário revelar sua história, as etapas principais de seu desenvolvimento e as conexões históricas fundamentais. Por meio deste método analisa-se a trajetória concreta da teoria, seu condicionamento aos diferentes períodos da história (Hernández Melendrez, 2006:36. Tradução da autora)

realização de algumas inferências sobre o comportamento das/dos informantes que participaram na experiência de campo. A sistematização dos dados registrados nessa etapa baseou-se no método de análise de discurso que foi adaptado às necessidades da investigação e complementado com a observação direta (dado que as intervenções foram de tipo presencial).

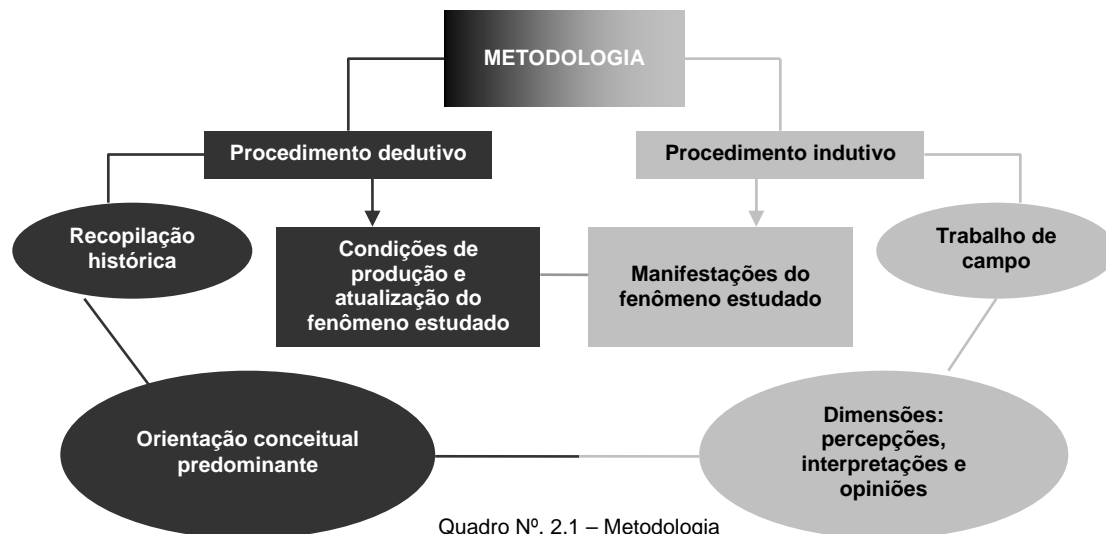
Para isso se estabeleceram como dimensões:

- Percepções (Impressões que as pessoas têm do seu próprio comportamento e do comportamento das/dos outras/os) destinadas a identificar padrões de comportamento expressados pelo grupo de informantes.
- Interpretações (Formas de justificar e argumentar suas práticas que as pessoas manifestam explícita e implicitamente) que se procurou contrastar com o marco interpretativo brindado pela recopilação histórica e a orientação conceitual predominante sobre as questões que vinculam espaço e gênero.
- Opiniões (Avaliações realizadas pelas pessoas sobre seu próprio comportamento e o comportamento das/dos outras/os) sobre as que se procuraram estabelecer aspectos objetivados da diferenciação de comportamento espacial de varões e mulheres.

Em ambos os caminhos (dedutivo e indutivo) empregaram-se a identificação de representações sociais que vinculam espaço e gênero como recurso explicativo por tratar-se de uma forma de conhecimento que possibilita as associações entre o pensamento individual e coletivo. Tal como é apresentado por Spink:

“A complexidade do fenômeno decorre da desconstrução, no nível teórico, da falsa dicotomia entre o individual e o coletivo e do pressuposto daí decorrente de que não basta apenas focar o fenômeno nível intra-individual (como o sujeito processa a informação) ou social (as ideologias, mitos e crenças que circulam em uma determinada sociedade). É necessário entender, sempre, como o pensamento individual se enraíza no social (remetendo, portanto, às condições de sua produção) e como um e outro se modificam mutuamente“.(Spink, 1993:89)

A utilização de ferramentas de outras disciplinas fundamenta-se na opção metodológica de orientar o trabalho na direção do campo de estudo multidisciplinar. Desta forma, acreditamos que se contribui para a resignificação do objeto da investigação e se enriquecem os resultados.



Quadro Nº. 2.1 – Metodologia
Elaboração da autora
Novembro 2006

2.1. CATEGORIAS DE ANÁLISE

As categorias principais adotadas na pesquisa foram *espaço* e *gênero*. O espaço foi considerado como um construto social sobre o que foi aplicada a perspectiva de gênero. Na análise foram destacados aspectos do comportamento espacial de varões e mulheres, especificamente aqueles relacionados às características que adota a circulação e a apropriação de espaços produzidos nas práticas cotidianas na casa (lar) e na rua. Nesse sentido o território foi considerado como categoria analítica de síntese das duas principais.

Num nível mais específico, escolhemos as *relações entre o público e o privado*; e como categoria complementar desta, a *divisão sexual do trabalho*. Justificamos esta eleição nas possibilidades da primeira de ser aplicada tanto à análise do espaço quanto às questões de gênero, resultando estrutural para ambos os campos de conhecimento; e da segunda de esclarecer a interpretação de dicotomia a partir de seu caráter legitimador das assimetrias de gênero, sendo o nosso interesse particularizar a análise naquelas que se relacionam com o espaço.

Em função dessas eleições, no estudo empírico do espaço privado a procura de informação se realizou tomando como categoria auxiliar para o trabalho empírico *o lar*. Assim, se abordaram tópicos como: a disponibilidade de espaço na moradia, a permanência nos cômodos da casa, as condições de privacidade e o gerenciamento das atividades de manutenção do lar, respondendo à possibilidade que esses apresentam de ser vinculados com aspectos das formas de apropriação do espaço em que se adverte a presença de padrões preestabelecidos de comportamento segundo o gênero.

Na aproximação empírica sobre espaço público, considerou-se como categoria auxiliar *a rua*. Neste caso, devido à impossibilidade de analisar a totalidade das variáveis e atoras/es que intervêm nesta problemática e à conseqüente necessidade de adotar uma categoria que seja significativa para a observação das suas manifestações no grupo de informantes, optou-se por considerar como tema testemunha a percepção de segurança/insegurança experimentada por um grupo de jovens ao circular pela rua.

Consideramos o lar e a rua como um par de categorias que apresentam grande correspondência entre si, comparte seus marcos referenciais e interage por oposição.⁴

Como expressa Roberto Da Matta⁵:

“Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas (...) estou afirmando que (...), estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, de domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (...) [A] casa, espaço que somente se define (...) quando em contraste ou em oposição a outros espaços e domínios. Assim, se a casa está, conforme disse Gilberto Freyre, relacionada à senzala e ao mocambo, ela também só faz sentido quando em oposição ao mundo exterior: ao universo da rua. Ou seja: o que temos aqui é um espaço moral posto que não pode ser definido por meio de uma fita métrica, mas –isso sim– por intermédio de contrastes, complementaridades, oposições.” (Da Matta, 1997: 15-16)

⁴ No desenvolvimento do trabalho temos aludido ao conceito do lar em função de suas dimensões simbólica e material, o que resulta coincidente com a idéia de “casa” apresentada por Roberto Da Matta no texto citado.

⁵ A geografia apresenta uma interpretação do espaço geográfico que difere da apresentada por Da Matta. Nesse sentido consideramos que quando o autor menciona os “*espaços geográficos*” define ao espaço físico sem considerar o tecido social como parte do mesmo.

Organização hierárquica das categorias de análise utilizadas	
Espaço	Gênero
Espaço socialmente construído	Comportamento espacial segundo o gênero
Território	
As relações entre o público e o privado	
A divisão sexual do trabalho	
O lar	A rua
Tabela N°. 2.1	

2.2. DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS

Na saída de campo foram aplicados dois instrumentos destinados a obter informação sobre os espaços privado e público. Trata-se de dois questionários semi-estruturados de respostas guiadas, com os quais se colheram informações qualitativas, que foram sistematizadas e analisadas sob o marco conceitual proposto na pesquisa.⁶

A aplicação desses instrumentos foi realizada de forma presencial, o que permitiu além do registro dos relatos das pessoas entrevistadas a observação das suas atitudes perante as perguntas formuladas.

O objetivo da aplicação do primeiro questionário foi caracterizar algumas das formas de apropriação do espaço privado tomando como eixo as idéias, percepções e os comportamentos referidos pelos informantes ligados ao conceito de lar. A justificativa dessa escolha está baseada nas vinculações que esse conceito permite estabelecer com os planos simbólico e material e nas suas possibilidades de brindar elementos na identificação dos papéis socialmente assumidos por homens e mulheres.

Seu conteúdo foi estruturado em duas partes. Na primeira, abordando o plano simbólico, foram feitas perguntas sobre idéias e percepções referidas ao conceito de lar. Na pergunta inicial apresenta-se a afirmação *Meu lar é o refúgio das tensões cotidianas*, sobre a qual se solicitou como resposta o grau de adesão ao seu conteúdo, tendo as/os entrevistadas/os a possibilidade de aderir parcialmente. Para a segunda opção (*Quais destas opções definem com*

⁶ Os questionários das entrevistas se apresentam no anexo 7.2 e 7.3.

mais pertinência as características de seu lar?) apresenta-se um grupo de características como opções múltiplas predeterminadas para ser respondidas utilizando uma qualificação hierárquica em função do grau de adesão do/a entrevistado/a às mesmas.

A segunda parte está ligada às formas de apropriação do espaço privado de forma mais específica, procurando identificar comportamentos segundo o gênero. Os conteúdos das questões desta segunda parte das entrevistas tentaram indagar à experiência cotidiana das pessoas entrevistadas, sendo o eixo escolhido as relações existentes entre o comportamento no espaço e os papéis socialmente determinados pelo gênero. Assim, foram apresentadas perguntas referidas aos cômodos da moradia (*Qual é o cômodo da sua casa que mais gosta? Em qual permanece mais tempo durante o dia? Possui um espaço na sua casa que seja para seu uso próprio ou exclusivo?*) e ao gerenciamento do lar (*Quem cuida de seu lar?*) que foram respondidas na maioria dos casos através de opções múltiplas predeterminadas para responder, utilizando uma qualificação hierárquica em função da adesão manifestada pelas/os entrevistados/as e na minoria através de observações qualitativas dos próprios/as entrevistados/as.

O segundo questionário foi destinado à caracterização do espaço público adotando como referência o espaço público urbano, especificamente o comportamento na rua. A justificativa dessa escolha está baseada na possibilidade que dito comportamento apresenta de associar os planos simbólico e material das normas socialmente estabelecidas para a apropriação do espaço. Nesse sentido, foi o nosso interesse identifica-los segundo o gênero, assim como também idéias e percepções que os condicionam.

O conteúdo foi estruturado tomando como eixo principal a pesquisa de comportamentos, idéias socialmente compartilhadas e percepções. As perguntas foram feitas tomando como ferramenta conceitual a temática da segurança-insegurança. A justificativa desta eleição está baseada nas possibilidades que esta temática oferece de subsidiar com informações a análise das diferentes dimensões que apresenta o espaço público urbano.

Assim, para indagar as formas de comportamento, foram feitas perguntas relativas às modalidades que se referem à circulação das/os jovens na rua. Algumas das perguntas feitas foram referidas aos meios utilizados para fazê-lo (*Habitualmente, transitas caminhando por teu bairro? Habitualmente, transitas em bicicleta por teu bairro? Utilizas meios de transporte*

público para transitar por teu bairro?)) ou às formas concretas de realizar esta circulação (Habitualmente, nos espaços abertos de teu bairro, que atividades realizas?), solicitando-se como resposta o grau de adesão da/o jovem a opções múltiplas destinadas a identificar estratégias aplicadas e padrões que orientam e condicionam esse comportamento (Segundo o horário ou o setor do bairro, modificas algum percurso ou prática cotidiana para evitar situações de insegurança ou desconforto).

Finalmente, com o objetivo de identificar auto-percepções dos jovens como grupo de pares, foram feitas perguntas sobre a sensação de insegurança (*Achas que algum destes grupos de pessoas se encontra mais exposta à insegurança na rua? Quais das seguintes pessoas achas que pode enfrentar maiores dificuldades na rua?*), solicitando-se como resposta a identificação de grupos de pessoas apresentados num listado de opções múltiplas.

Os resultados obtidos na aproximação empírica foram apresentados tomando como fio condutor as perguntas que foram traçadas no início da pesquisa: *Por que se diferencia o comportamento espacial de homens e mulheres? Como se diferencia? Como o espaço incide na reprodução das desigualdades? e Como estas situações são legitimadas pelo discurso social?*

2.3. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Caracterização das entrevistas realizadas						
Unidade espacial	Tipo	Instrumento	Tamanho	Grupos de Idade	Gênero	Caracterização
Área metropolitana de Buenos Aires.	Presencial	Questionários Semi-estruturados de respostas guiadas.	60 pessoas	Superior a 16 anos	30 mulheres e 30 homens.	Grupo heterogêneo em relação à ocupação, nível de escolaridade e lugar de residência.
Área metropolitana de Buenos Aires, 50% correspondente a um bairro periférico de baixa renda e 50% correspondente a um bairro	Presencial	Questionários Semi-estruturados de respostas guiadas.	86 pessoas divididas em dois grupos (A e B) compostos por 46 e 40 entrevistadas cada uma.	Entre 14 e 16 anos	Grupo A 23 mulheres e 23 homens e grupo B 20 mulheres e 20 homens	Dois grupos homogêneos em relação à ocupação, nível de escolaridade e heterogêneos em quanto a lugar de residência.

central de meia/alta renda.						
Tabela Nº. 2.2						

2.4. SELEÇÃO DO GRUPO DE INFORMANTES

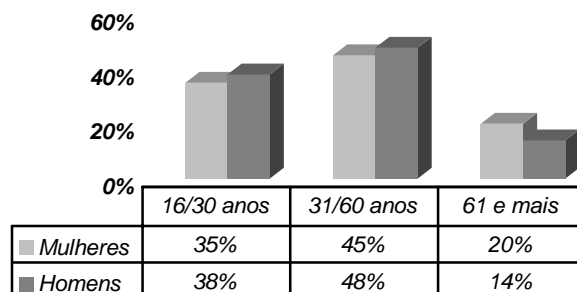
Para a seleção das/os participantes que responderam o questionário sobre espaço privado⁷ foram estabelecidos os critérios que se apresentam a seguir:

Seleção de informantes para responder o questionário sobre espaço privado
Selecionar igual número de homens e mulheres no total de participantes para garantir a perspectiva de gênero nas opiniões e informações colhidas
Selecionar a pessoas maiores de 16 anos para pesquisar e estabelecer comparações entre as experiências de aquelas que tiveram potencialmente as mesmas oportunidades de exercer apropriação, responsabilidade e gerenciamento do lar.
Selecionar a pessoas que compartilhem a moradia com outras/os maiores de 16 anos e de outro sexo para identificar práticas e formas de apropriação do espaço (neste caso o lar) de maneira diferenciada segundo o gênero em situações nas que seja possível estabelecer uma divisão de funções e tarefas vinculadas com o gerenciamento do lar entre homens e mulheres.
Selecionar pessoas que pertençam a diferentes faixas etárias, ocupações, níveis de escolaridade e morem em diferentes bairros da cidade para permitir a comparação entre as respostas de informantes que apresentem diversidade na origem sócio-econômica.
Tabela Nº. 2.3

⁷ O grupo de pessoas convocadas para participar do questionário sobre espaço privado também foram indagadas sobre questões vinculadas com o espaço público apresentando coincidências nas suas respostas com as obtidas na aplicação do questionário destinado especificamente ao espaço público. Pelos resultados coincidentes estas respostas não se apresentam evitando reiterações e priorizando aquelas que possuem maior especificidade.

2.1 Composição por idade do grupo de informantes que responderam ao questionário sobre espaço privado

*Elaboração da autora sobre universo de informantes
Buenos Aires - Novembro 2006*



Foram convocadas a participar para responder o questionário 80 pessoas, das quais mostraram disposição para fazê-lo 30 homens e 35 mulheres, entre estas últimas foram consideradas apenas 30 para respeitar o primeiro dos critérios, que estabelecia a representação proporcional de gênero.

Embora 20 das/os convocadas/os inicialmente não aceitaram participar, no grupo conformedo foi mantida a representatividade das diversas faixas etárias, que foram organizadas em três grupos: 16-30 anos (35% das mulheres e 38% dos homens), 31-60 anos (45% das mulheres e 48% dos homens) e 61 ou mais anos (20% das mulheres e 14% dos homens).

Respeito das ocupações declaradas pelas/os participantes foi possível estabelecer quatro grupos:

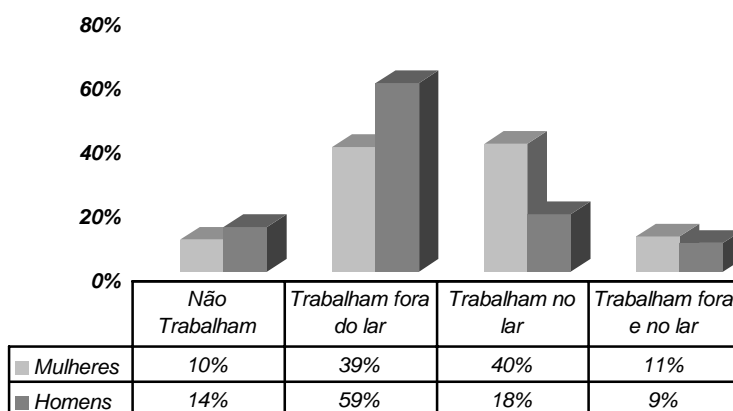
- Pessoas que declararam não trabalhar (estudantes, aposentadas/os).
- Pessoas que declararam trabalhar fora do lar (operárias/os, funcionárias/os, profissionais, etc.).
- Pessoas que declararam trabalhar no lar (trabalhadoras/es autônomas/os, donas/os de casa⁸, etc.).
- Pessoas que declararam participar de mais de uma dessas categorias.

⁸ Nenhum homem se apresentou neste grupo.

O segundo e o terceiro grupo apresentam em sua composição diferenças de gênero que foram mantidas por considerá-las representativas dos roles assumidos por homens e mulheres e pelas percepções vinculadas com o trabalho e o gênero que influem nas formas de declarar a atividade porque no geral as pessoas tendem a incluir-se em um ou outro grupo em função de

2.2 Ocupação do grupo de informantes que responderam ao questionário sobre espaço privado

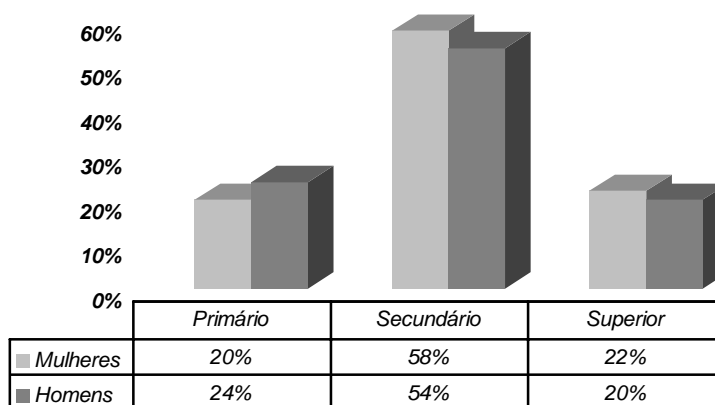
*Elaboração da autora sobre universo de informantes
Buenos Aires - Novembro de 2006*



sua identificação segundo o gênero.

2.3 Nível de escolaridade atingido pelas/os informantes que responderam ao questionário sobre espaço privado

*Elaboração da autora sobre universo de informantes
Buenos Aires - Novembro 2006*



Os níveis de escolaridade alcançados pelas/os participantes apresentaram representantes de todos os níveis, sendo maior a quantidade que respondeu haver completado o nível secundário⁹

Finalmente, selecionaram-se pessoas que morassem em bairros com diferentes perfis sócio-econômicos. A origem das/os participantes é apresentada na seguinte tabela.¹⁰

Origem dos Entrevistados¹¹	
Aglomerado de Grande Buenos Aires	
Procedência dos entrevistados da Cidade Autônoma de Buenos Aires por bairros.	Procedência dos entrevistados dos Partidos do Aglomerado do Grande Buenos Aires por partido e cidade.
Boedo, Caballito, Almagro, Mataderos, Nuñez e Villa Lugano.	Morón (Castelar e Morón), Hurlingham (Caseros, Palomar), Lanús (Lanús e Remedios de Escalada), San Isidro (San Isidro), San Miguel (San Miguel), La Matanza (Villa Luzuriaga e Villa Madero) e Quilmes (Quilmes).
Em cada bairro mencionado fez-se um mínimo de três entrevistas e um máximo de cinco	
Tabela Nº. 2.4	

Segundo o Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC) do Ministerio de Economía y Producción da República Argentina, a nomenclatura *Aglomerado del Gran Buenos Aires* corresponde à mancha urbana formada pelo espaço urbano contínuo composto pela Ciudad Autónoma de Buenos Aires e o envolvente urbano formado de maneira parcial ou total pelos 30 partidos que a rodeiam. (INDEC, 1998)

Para a seleção das/os participantes que responderam o questionário sobre espaço público¹² foram estabelecidos os critérios que se apresentam a seguir:

Seleção de informantes para responder o questionário sobre espaço público

Selecionar igual número de homens e mulheres no total de participantes para garantir a perspectiva de gênero nas opiniões e informações colhidas

⁹ Para uma melhor interpretação dos nomes dos níveis de ensino referidos na pesquisa, consultar o anexo 7.1, a tabela comparativa dos Sistemas Educativos do Brasil e da Argentina.

¹⁰ Ver mapas no anexo 7.4.

¹¹ Ver mapa no anexo 7.5.

¹² Os jovens que responderam ao questionário sobre espaço público, aportaram informações sobre papéis assumidos e representações sociais vinculadas com o gênero no espaço privado, apresentando coincidências como as respostas obtidas no questionário destinado especificamente ao espaço privado. Esses resultados não foram apresentados para evitar reiterações.

Selecionar dos grupos pares segundo a idade e as práticas cotidianas com origens socioeconômicas diferentes para possibilitar a comparação.

Tabela N°. 2.5

Na aproximação empírica sobre espaço público participaram 86 jovens (43 varões e 43 mulheres), pertencentes à faixa etária de 14-16 anos, que formaram dois grupos (que nomearemos A e B), definidos segundo a procedência.

A escolha de um grupo de idade definido (14-16 anos) justifica-se pela intenção de identificar estas idéias em grupos de pares. Neste caso, trata-se de dois grupos de jovens, que compartilham a experiência da escolaridade em duas escolas localizadas em um bairro central e em outro periférico da cidade de Buenos Aires, e que apresentam diferentes perfis sócio-econômicos. Tal como apresenta Giddens:

Outra agência socializadora é o grupo de idade. Cada geração tem certos direitos e responsabilidades (...). Os grupos informais de gente de idades aproximadas no trabalho e em outros contextos têm normalmente uma notável importância na formação das atitudes e no comportamento dos indivíduos. (...) As escolas são, [além de um processo formal], agências de socialização em outros sentidos mais sutis. Os grupos de pares se formam com frequência na escola, e o sistema de juntar às crianças em classes de acordo com a idade reforça seu impacto. (Giddens, 1994:111, Tradução da autora).

A eleição do bairro como unidade territorial do estudo de espaço público esta fundamentada na possibilidade que oferece para analisar fenômenos complexos por constituir uma unidade de análise privilegiada por diversas disciplinas entre elas a geografia. Como apresenta Ocaña:

“O bairro foi o marco geográfico privilegiado na análise social da cidade. Um bairro é um lugar com a necessária contigüidade física, logicamente identificado também sobre uma unidade formal, mas ao que, ademais, se lhe reconhece uma verdadeira integração social e uma série de significados comuns, [alem de] (...) constituir uma unidade espacial diferenciada, que desfruta de um capital determinado, que está dotado de uns equipamentos concretos, cuja população tem um verdadeiro nível de interação, compartilha uns serviços, etc. (...)”. (Ocaña, 2005:8. Tradução da autora).

A caracterização dos bairros onde se localizam as escolas escolhidas foi aplicada de maneira extensiva à distribuição espacial das pessoas entrevistadas. A justificativa desse enfoque está baseada em três elementos:

- As/os jovens entrevistadas/os moram nas proximidades das escolas que freqüentam.

‣ Os bairros que ficam nas proximidades das escolas escolhidas compartilham as mesmas características com os bairros onde estão localizadas as escolas.

‣ Ao ter estas características, as/os jovens de cada grupo compartilham possibilidades de apropriação similares e referidas aos mesmos espaços, permitindo estabelecer comparações.

O grupo A está integrado por jovens que freqüentam uma escola no bairro de Almagro na Ciudad Autónoma de Buenos Aires. O grupo B está integrado por jovens que freqüentam uma escola no bairro de Remedios de Escalada de San Martín, no município de Lanús, na província de Buenos Aires. Ambos os bairros correspondem ao Aglomerado de Buenos Aires.¹³

¹³ O Gran Buenos Aires concentra mais de 12.000.000 de pessoas, das quais 50% dos lares estão sob o nível considerado pelo Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC) como *linha de pobreza*.

Os parâmetros para considerar a linha de pobreza são:

- Carecer de provisão de água potável.
- Carecer de rede de esgoto.
- Carecer da ração alimentaria considerada básica pela Saúde Pública.
- Condição de desempregado do chefe da família por mais de seis meses.
- Moradia com mais de três pessoas por dormitório.
- Carecer de plano de saúde.

A presença de três ou mais indicadores é considerada sob a linha de pobreza.

Na Cidade Autónoma de Buenos Aires, os indicadores são menores a 4%. Nesta cidade, o bairro de Almagro apresenta uma porcentagem de 3% dos lares sob a linha de pobreza.

No partido de Lanús, o bairro de Remedios de Escalada de San Martín apresenta uma porcentagem de 48% dos lares sob a linha de pobreza (Ver mapas no anexo.)

3. OS TERRITORIOS DAS MULHERES

3.1. ANTECEDENTES

Desde o início da década de 1970 até os primeiros anos da década de 1980, as políticas territoriais implementadas na América Latina foram relacionadas o aumento da população e os recursos sob a idéia que o crescimento populacional devia ser controlado para evitar o desenvolvimento de tendências de descontrol territorial.

A antiga relação entre o *crescimento da população e desenvolvimento* que havia caracterizado a década de 1960 foi substituída pela relação *crescimento da população e pobreza*, sendo revitalizada a teoria de Malthus como umas das orientações conceituais predominantes do planejamento da época.¹⁴

Na década de 60 e nos primeiros anos da década de 70, começaram a conhecer-se as conseqüências do uso indiscriminado dos recursos e diante do grande crescimento experimentado pela população mundial, houve uma intensificação da preocupação por o aprofundamento da pobreza que essas tendências assinalavam como iniludíveis ocupando estas idéias um papel central nas políticas vinculadas com a gestão do território.¹⁵

Paralelamente em 1972 a divulgação de "Os limites do crescimento" de D. Meadows confirmando estas tendências negativas, gerou nos Estados Unidos e em alguns países da Europa Ocidental a preocupação pelo estabelecimento de políticas orientadas à redução da

¹⁴ Os neo-malthusianos resgataram as idéias de Malthus de fins do século XIX que postulavam a distância entre o crescimento populacional (crescimento considerado de projeção geométrica), e o crescimento da produção de alimentos (crescimento considerado de projeção aritmética). Baseado nesta idéia, Malthus propõe a restrição preventiva da fecundidade. Embora, existam diversas interpretações da teoria de Malthus, muitas destas relacionadas à sua suposta redução da mortalidade e possam existir diferenças na interpretação de seu posicionamento frente às medidas destinadas à redução da pobreza, a centralidade que as contribuições da teoria apresentam para analisar as relações entre natalidade e pobreza transformaram-se paradigmáticas a partir dos anos 60. É de destaque que, frente aos argumentos esgrimidos pelos neomalthusianos, de inspiração funcionalista (postulando o direito de controle social sobre a vida), existiram correntes de inspiração histórica-estrutural que relacionaram desenvolvimento e população num marco interpretativo ideológico mais amplo, mostrando que a fecundidade sofre uma retração espontânea quanto há desenvolvimento econômico e que outras variáveis participam deste processo. Estas teorias foram menos consideradas no debate e foram traduzidas em menor medida na orientação ideológica do planejamento da época. (Torrado, 1997. Tradução da autora)

¹⁵ Na década de 1960 e inícios dos anos 70, América Latina encontrava-se em pleno processo de transição demográfica (ou seja, a passagem de um baixo crescimento demográfico gerado por alta fecundidade e alta mortalidade a uma situação de baixo crescimento gerado por baixas da fecundidade e mortalidade). Durante o transito de uma situação demográfica a outra se produz primeiro um aumento do crescimento vegetativo por uma diminuição da mortalidade, resultando na diminuição do crescimento que será evidente apenas alguns anos depois, quando houver redução da fecundidade, que geralmente responde mais tardiamente neste processo. (Torrado, 1997. Tradução da autora)

fecundidade e subsidiaram planos e programas nos países pobres. Muitos dos aportes malthusianos e as projeções da obra de Meadows (ainda seja com diversas interpretações) integraram marcos cognitivos que guiaram à intervenção do Estado e a conseqüente formulação de políticas públicas.¹⁶

As dificuldades existentes nas relações entre crescimento populacional e desenvolvimento, pobreza, e descontrole no ordenamento territorial foram resolvidas tomando como ponto de partida o controle da fecundidade. Estabeleceu-se assim, um mecanismo de controle que na prática se baseou em dois eixos: a identificação do problema da fecundidade como sendo uma questão de mulheres, o que fez com que as políticas fossem dirigidas de maneira quase exclusiva à população feminina e a identificação do espaço privado como âmbito privilegiado para a resolução do controle da fecundidade, delegada às mulheres.

Nesse marco, as políticas de controle da fecundidade, dirigidas de maneira seletiva às mulheres, foram consideradas complementares de todas as políticas e especialmente das políticas territoriais.

Esta situação coloca as mulheres como público alvo na formulação de políticas, fortalecendo o marco cognitivo que relaciona apenas a metade da população com o controle da fecundidade, a pobreza e as conseqüências de desordem territorial decorrentes dessa relação. É preciso assinalar que essa centralidade também não representou uma ampliação dos direitos civis das mulheres para agir como sujeitos políticos na tomada de decisões.

Ainda que sejam estes os marcos de referência mais observados se podem identificar outras lógicas que suscitaram outras linhas interpretativas que ao distanciar-se dos padrões hegemônicos de pensamento percorrem caminhos mais difíceis e são incorporadas mais lentamente ao discurso. Estas formas de interpretar a realidade em geral constituem marcos referenciais para alguns setores técnicos ou vinculados com a academia sem atingir outros segmentos sociais. Entre elas é possível incluir os conteúdos difundidos através das Conferências Mundiais sobre População e as Conferências Mundiais sobre a Mulher que são

¹⁶ Em 1972 o Clube de Roma encomenda a um grupo de pesquisadores do Institute of Technology de Massachussets, a cargo de D. Meadows, um estudo sobre as tendências e problemas econômicos que ameaçavam a sociedade globalizada. O resultado deste trabalho foi: "Os limites do crescimento" com o teve por objetivo estabelecer projeções partindo das tendências existentes na época, estabelecendo relações com o comportamento demográfico e a disponibilidade de recursos.

referenciais alternativos que desafiaram, e até hoje desafiam, as idéias compartilhadas sobre esses temas.

Porém, em termos gerais as políticas não adotam a perspectiva proposta pelas Conferências Mundiais de População. Analisando especificamente as políticas urbanas, fica evidente, que uma das razões de maior peso na escolha da orientação conceitual predominante na época era que se acreditava na idéia de que a diminuição do crescimento da população (regulado através do controle da fecundidade) geraria uma diminuição do crescimento das cidades, que, por sua vez, era visto como um fenômeno com efeitos negativos (fundamentalmente o aumento da pobreza).¹⁷ Na prática, o resultado das políticas dirigidas ao controle do crescimento populacional foi outra. O comportamento demográfico experimentado na América Latina no período 1965-89 mostra que a diminuição nas taxas de natalidade não gerou o efeito desejado, pois não gerou uma retração no aumento na população urbana.¹⁸

Na década de 1990, o predomínio das ideias neoliberais gerou modificações na valoração das cidades. Algumas das funções cumpridas pelas cidades foram acrescentadas no marco da crescente mundialização das economias locais, como por exemplo, a tendência à descentralização política e administrativa, a aplicação de mecanismos de redução do papel do Estado evidenciada na a privatização dos serviços públicos, a valorização do âmbito urbano como espaço de troca de serviços e informações e a formação de redes, atendendo as necessidades das economias informatizadas em expansão.

As mudanças produzidas nos anos 1990 geraram também modificações nos eixos escolhidos para nortear as definições sobre o planejamento, ligando a atenção dos planejadores e atores estratégicos na formulação de políticas à necessidade de atualizar as modalidades de consumo que ao incrementar-se durante toda a década, tornaram-se difíceis de manter.

No entanto, e paralelamente, o caminho traçado pelas Conferências Mundiais sobre População estimulou o desenvolvimento de outros marcos interpretativos que permitiram um aprofundamento dos argumentos baseados no marcos dos direitos humanos, que ganham

¹⁷ Focalizamos nossa atenção nas políticas territoriais urbanas por ter relação direta com este trabalho, embora esses marcos conceituais sejam aplicáveis para outras áreas do planejamento territorial.

¹⁸ Na América Latina a urbanização foi sempre associada com elevados índices de crescimento demográfico. Embora, a população urbana tenha aumentado mais rapidamente que a população total nas últimas décadas, no período de 1965 até 1980 o índice de crescimento anual meio da população urbana, em todos os países fosse superior a 3%, sendo para a população total pouco superior a 2%.(CEPAL, S/d: S/n. Tradução da autora).

grande importância no direito internacional neste período. Esses argumentos foram complementados e fortalecidos com os avanços produzidos pelas Conferências Mundiais sobre a Mulher, convocadas pela Organização das Nações Unidas no período 1975-1995 com o objetivo de situar a problemática da igualdade de gênero no debate mundial.

As questões relacionadas às iniquidades de gênero transcenderam o âmbito das conferências e passaram a integrar os marcos jurídicos e normativos que regeram os acordos internacionais, supranacionais e nacionais.

Como apresenta Lourdes Bandeira:

"...a cegueira para a perspectiva de gênero nos esforços de planejamento no passado implicou em custos de desenvolvimento evitáveis. Assim, passaram a chamar atenção para a necessidade do levantamento de estimativas do que representa economicamente a omissão em relação à questão de gênero nas políticas públicas. Emergiu nesse debate a percepção – de fundamental importância – de que as desigualdades de gênero expressam as relações de poder entre homens e mulheres na sociedade e estão profundamente institucionalizadas. Portanto, um dos principais fatores da cegueira para a perspectiva de gênero nas políticas do passado relaciona-se, exatamente, a pressupostos e formas de pensar que fazem as relações entre homens e mulheres apresentarem-se através de um aspecto eterno, fixo e imutável da condição humana. Diante dessa nova sensibilidade para um tipo de Política Pública que tenha a dimensão de seu impacto diferenciado, principalmente em homens e mulheres, surgiu a perspectiva da Transversalidade de Gênero". (Bandeira, 2001:2)

No entanto, é importante reconhecer que estas instâncias apesar de não assegurarem a eliminação das desigualdades, foram de extrema importância na consolidação de tendências nesse sentido, ainda que, se trate na maioria dos casos de incorporações formais na agenda política internacional.

As políticas inclusivas são aquelas que não se distanciam da prática inclusiva, portanto o reconhecimento formal das diferenças deve refletir em adoção de decisões, adoção de instrumentos e execução de ações, fato que ainda poucas vezes acontece. A exclusão-omissão das mulheres no cenário político é uma definição política [em si mesma] sobre as desigualdades de gênero que aparece apagada no plano discursivo, mas é facilmente detectada na praxe.

Esta exclusão-omissão se oculta e aprofunda quando a inclusão das mulheres está baseada na atribuição de papéis vinculados com a gestão social (associados com o papel reprodutivo

atribuído às mulheres) sob a idéia de que sua presença registrada apenas nessas áreas é suficiente, estabelecendo implicitamente a existência de outras onde é naturalizada sua ausência. Se oculta no fato da presença e se aprofunda quando os mecanismos de participação, não são atendidos inibindo sua promoção como verdadeiras agentes de cambio social.

É claro que a transversalização de gênero no planejamento deve ser acompanhada pelo exercício da cidadania das mulheres, assegurando o cumprimento ou a ampliação dos direitos e a sensibilização dos atores estratégicos no planejamento e formulação de políticas.

Na América Latina, a inclusão da perspectiva de gênero encontra-se presente em praticamente todos os acordos supranacionais, mas não incentivou ainda a transversalidade da categoria. Nas alianças entre países geralmente é apresentado na formação de comissões específicas, respondendo ao esquema tradicional de criar uma comissão para os problemas das mulheres que funciona de maneira independente das outras comissões, reduzindo as possibilidades de articulação.

Nas décadas posteriores ao período de ditaduras militares e com a instalação do sistema democrático na América Latina, se produz a criação de instituições ocupadas na defesa dos direitos das mulheres em quase todos os países da Região. Este reconhecimento se traduziu na institucionalização da problemática de gênero na política, mas isto não significou a transversalização de gênero nas políticas públicas. Evidentemente se registra um aumento da preocupação, mas não se pode esquecer que muitas destas questões são adotadas por serem consideradas politicamente corretas formalizando um discurso que geralmente apresenta uma ampla brecha entre o discurso político e a praxe.

No período compreendido entre os anos 1970 e 1990 foram praticamente inexistentes as referências feitas em declarações, planos de ação e estratégias surgidas das conferências e foros mundiais, reconhecendo de maneira concreta as relações entre gênero e espaço, a pesar da visibilidade adquirida pelo deterioro ambiental que houve neste período. Ainda que, seja possível encontrar referências à inclusão social e à igualdade de direitos das mulheres, não se apresentam com clareza dois aspectos fundamentais que estarão presentes no debate político a partir da década de 90: a importância da identificação das necessidades espaciais diferenciadas entre homens e mulheres, e o respeito pelo direito das mulheres de agirem como

sujeitos políticos na definição, planejamento e gestão dessas necessidades. Conceitualmente, estas questões de tipo instrumental são incorporadas seguindo como eixos principais os direitos humanos e a cidadania, e foram contextualizadas inicialmente por meio da idéia de habitat.

Na Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos de Vancouver (1976), o tema de gênero foi abordado colocando as mulheres entre os grupos vulneráveis e estabelecendo como princípio a rejeição da discriminação. As relações sócio-espaciais foram apresentadas através da utilização da qualidade de vida como variável relacionada ao habitat como categoria principal. Não se formularam ou introduziram questões sobre a participação das mulheres na tomada de decisões e resulta claro o posicionamento que identifica a existência das desigualdades, mas coloca às mulheres como beneficiárias de políticas destinadas a reparar as discriminações.

Vinte anos depois, na Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos de Istambul (1996) foi mais clara a identificação de necessidades diferenciadas segundo o gênero e posicionamento político das mulheres, e embora seja mantida a orientação conceitual dos direitos humanos, foi incorporado o eixo da cidadania com a reivindicação da participação das mulheres nas decisões. Por outro lado, se fez evidente um aprimoramento da caracterização do espaço, evoluindo o conhecimento e a compreensão das suas relações com a sociedade. A perspectiva de gênero, não somente é considerada uma ferramenta interpretativa, como também, um marco cognitivo da participação das mulheres como sujeitos políticos. O marco contextual brindado pelo habitat vinte anos antes se torna mais complexo sendo em muitas oportunidades substituído pelo meio ambiente e começa a ser identificado com outras variáveis como degradação ambiental, exploração dos recursos naturais, desenvolvimento sustentável, etc.

Vale ressaltar que, embora se trate de uma identificação da problemática de gênero mais próxima à realidade cotidiana das mulheres, que suscitou a adesão de todos os países participantes, na prática ainda subsiste a desconsideração do enfoque de gênero nas definições prévias ao planejamento e à gestão territoriais. Assim tal como apresenta a Carta Mundial pelo Direito das Mulheres à Cidade (Barcelona, 2004) as políticas habitacionais e urbanas ainda são

baseados em conceitos limitados do espaço que não incluem as necessidades das mulheres, geradas ao articular as responsabilidades do espaço privado e público.¹⁹

Somente a partir de 1990 houve uma efetiva inclusão destas questões, o que marcou este período. As conferências e foros que aconteceram neste período instalaram ou ampliaram o debate e a definição de caminhos de ação. Além dos próprios resultados das ações, que podem ser avaliados a partir de diversas perspectivas, a importância que possuem estas instâncias reside na criação de espaços de negociação e acordos entre os países a partir dos compromissos assumidos pelos governos dos países participantes, gerando diretrizes para a política internacional e incentivando a mobilização das organizações não governamentais (ONGs). Sem abandonar o eixo localizado nos direitos humanos, foram-se incorporando questões relativas à adoção de mecanismos inclusivos que assegurem os direitos políticos das mulheres e se começaram a identificar com maior clareza as relações, entre outras, de gênero e espaço como categorias de análise da realidade.

3.2. JUSTIFICATIVA HISTÓRICA

Através da reconstrução do marco contextual histórico é possível identificar a influência das idéias do Capitalismo na reafirmação da divisão sexual do trabalho e as suas vinculações com a valoração hierárquica do espaço.

Nos últimos anos do século XIX e primeiras décadas do XX, a difusão das idéias liberais no mundo ocidental e das normas econômicas do Capitalismo pode ser associada à reprodução das condições de desigualdade, que caracterizaram as relações assimétricas entre homens e mulheres, contribuindo para a legitimação da estrutura social, de estilo patriarcal, que fomentou a idéia do homem provedor, responsável pelo sustento econômico da família, identificado com o espaço público e a mulher essencialmente dependente e responsável pelo equilíbrio emocional e assistencial da família, identificada com o espaço privado.

Na primeira metade do século XX, os avanços tecnológicos aplicados na indústria, especialmente no que se refere à mudança tecnológica, impactaram o processo produtivo gerando grandes transformações quantitativas e qualitativas nos bens de produção e nos

¹⁹ No programa Habitat das Nações Unidas foram desenvolvidas diversas ações: a Conferência Mundial de Vancouver sobre Habitação e Assentamentos Humanos (1976) também conhecida como Habitat I, a agenda Habitat (1996) a Conferência Mundial de Istambul sobre Assentamentos Humanos (1996) também conhecida como Habitat II e os Foros Urbanos Mundiais de Nairobi (2000) e Barcelona (2004). (Para mais informação ver Anexo, pontos 7.6 e 7.7)

produtos obtidos. Essas mudanças promoveram o estabelecimento de uma nova cultura do trabalho. Trata-se principalmente de uma mudança nas relações laborais e, conseqüentemente nas demandas sofridas pelos trabalhadores. Nesta conjuntura, as maiores demandas de qualificação profissional que requeria a introdução da tecnologia foram dirigidas aos homens, gerando-se uma distância de qualificação e possibilidades de acesso com relação às mulheres.

“A industrialização significou a segregação e zonificação da vida social em dois âmbitos diferenciados: a fábrica e a casa. A fábrica é o mundo da produção, ligada à esfera pública da vida social. Este será o âmbito masculino; a casa será o âmbito da reprodução e o consumo, da privacidade; este será, cada vez mais, o âmbito da mulher” .(Sánchez García, 2001:S/n. Tradução da autora)

No período que abrange desde 1945 até princípios dos anos 60, nos Estados Unidos e os países industrializados criaram-se mercados internos diversificados, que promoveram a circulação monetária e estimularam os investimentos, sendo estas características vinculadas quase unidirecionalmente à idéia de desenvolvimento. Na América Latina, neste período se adotou esse modelo com as metas orientadas ao desenvolvimento autônomo, mas as diferenças estruturais que existiam entre os países da região e o mundo desenvolvido geraram resultados diversos. Como assinala Weller:

“Desta maneira, os elementos básicos do Fordismo estavam presentes nos países da região. (...) No contexto de economias menos abertas ao exterior que as industrializadas, alguns desses elementos se aplicaram [na América Latina e impactaram] afetando negativamente sua eficiência econômica. Por outro lado, [devido às particularidades das economias nacionais sua aplicação apenas foi possível], (...) numa parte muito menor da estrutura produtiva, social e política que nos países industrializados e com importantes diferenças entre eles.” (Weller. 1998:12 Tradução da autora)

Neste período, até os primeiros anos da década de 60 o papel central da mão de obra proletária no processo de produção centrou as preocupações nos trabalhadores e em particular em seu bem-estar. Tal como apresenta Hayden (1979), se os trabalhadores estavam felizes cumpriam com dois pilares necessários para a manutenção e o progresso do sistema: por um lado, teriam um rendimento maior, gerando mais produção e por o outro, assegurariam o consumo do que eles mesmos produziam.

Esse bem-estar era particularmente necessário ademais, porque se seguia adequava ao modelo fordista, caracterizado pela anulação de toda experiência de tipo individual ou expressão criativa dos trabalhadores no processo de produção. O incentivo à propriedade privada

articulou-se com o consumo e os dois foram considerados fontes de bem-estar.

Neste processo, o Estado assumiu progressivamente a responsabilidade de assegurar o bem-estar da população, desenvolvendo mecanismos que protegiam a propriedade privada e o consumo através da regulação dos marcos legais e jurídicos, estabelecendo metas de pleno emprego e paralelamente encarregando-se dos serviços sociais básicos como educação e saúde. Neste contexto o progresso era considerado fruto do esforço pessoal e privado, do trabalho individual e devia ser protegido com a aplicação do princípio de igualdade ante a lei e a ascensão social era percebida como um horizonte possível.

A partir dos anos 70, tem início a crise deste modelo, originada por um conjunto de fatores que mudaram as relações de produção. Na ordem internacional, a recuperação da Europa Ocidental e do Japão transformou em concorrentes dos Estados Unidos devido à necessidade crescente de criar novos mercados destinados a receber as exportações. Paralelamente, nos países latino-americanos a substituição das importações gerou uma redução da demanda de produtos. Assim, internamente, Estados Unidos presenciaram, a redução da produção que obrigou à demissão de mão-de-obra e a redução do consumo em massa, transformando a relação, existente até esse momento, entre capital e produto e por extensão reduzindo os lucros, gerando desemprego e provocando inflação. Paralelamente, a crise do petróleo dos anos 70, influi decisivamente na inaplicabilidade do modelo. (Harvey, 1993:135).

Nesses anos a centralidade do debate do desenvolvimento baseado numa visão antropocêntrica do mundo, se evidencia em teorias e prognósticos, que encontraram na economia e na demografia as variáveis básicas nas quais se apoiaram as políticas da época. Das diversas formas de intervenção estatal que se observaram, muitas foram orientadas ao controle da natalidade porque nessa época as idéias malthusianas sobre as relações entre o crescimento desigual da população e a necessidade de recursos naturais foram muito difundidas e associadas à teoria do desenvolvimento.

A ausência de um posicionamento crítico com respeito ao pensamento dominante nas sociedades capitalistas em muitas oportunidades justificou o intervencionismo do Estado, legitimando as relações assimétricas de poder. Simultaneamente, as políticas de desenvolvimento, apesar de muitas vezes terem sido orientadas às mulheres (um exemplo concreto são as políticas de controle de natalidade), elas não questionaram a lógica dominante,

o que fez com que poucas vezes as mulheres fossem consideradas sujeitos políticos. Desta maneira a intervenção do Estado cumpriu um papel legitimador e reprodutor de uma lógica excludente, neste caso direcionado às mulheres.

Estas concepções do desenvolvimento foram respondidas desde diferentes perspectivas que respeitavam outras formas de interpretar a realidade. Segundo Marcelo Lopes de Sousa (2001) essas idéias se caracterizaram pela carência de críticas ao sistema Capitalista, reproduzindo sua própria lógica e inibindo toda possibilidade de atingir uma mudança social positiva.

As idéias ligadas ao desenvolvimento, neste período, não propiciaram uma mudança social positiva, porque para consegui-la, o processo crítico social deve conter a autocrítica que permita questionar a vigência da lógica dominante. Isto pressupõe interagir com a ambigüidade dos interesses sociais, o reconhecimento da diversidade e a impossibilidade de apresentar esquemas fixos e permanentes. Não se trata, de fortalecer a antítese entre o espontâneo e o planejado, mas, pelo contrario, permite conceber outro tipo de planejamento com espaço para a autonomia.

Assim, desde os anos 70, vem se intensificando a participação das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres saem do espaço e do papel e função que se considera natural para incluir-se em outro espaço e assumir outros papéis e funções, ainda que nunca represente um abandono da carga doméstica. A partir deste período as mulheres ingressam em um outro espaço, socialmente considerado como natural a ela. Esse acúmulo de atividades demanda maiores esforços de articulação e adaptação do que o requerido aos homens.

O discurso que reafirma a divisão sexual do trabalho se mantém, ainda que as práticas sejam outras, inclusive quando muitas mulheres assumem o papel provedor determinado pela nova estrutura que assumem as famílias e a crise do emprego que afeta de maneira diferenciada a homens e mulheres.

Paralelamente neste período o papel dos Estados Nacionais se enfraquece frente às enumeráveis obrigações contraídas internamente, particularmente sociais, e, na ordem externa, o Estado Nação como instituição perde poder frente à insipiente tendência à integração comercial e financeira internacional.

A partir dos anos 1980 se produz a redução do Estado assumindo o papel de controle e regulação e abandonando seu papel assistencial. Esse aspecto se traduz na prática, mas não no

discurso até os anos 1990 onde as políticas neoliberais se fazem explícitas. Na prática o Estado transfere responsabilidades à sociedade civil para a manutenção de algumas funções que em muitas ocasiões foram exercidas pelas mulheres, geralmente a partir de seu papel de mães.

A persistência no tempo dos papéis estabelecidos pela divisão sexual do trabalho se transforma em códigos de apropriação do espaço público. Assim, as dimensões do espaço urbano (físicas, culturais, sociais, políticas) dificultam a articulação das necessidades de articulação das mulheres. Trata-se de obstáculos materiais, como a acessibilidade e a circulação, simbólicos, como os mecanismos de censura ou auto-censura gerados em relação às idéias do ser homem ou ser mulher, ou ideológicos como, a omissão das necessidades das mulheres no processo de planejamento urbano. Estes obstáculos podem ser analisados de maneira sistemática a partir da aplicação dos indicadores urbanos de gênero.

3.3. JUSTIFICATIVA CONCEITUAL.

Segundo Milton Santos, o espaço é:

“... uma instância da sociedade, ao mesmo nível que a instância econômica e a instância cultural e ideológica. Isto significa que, sendo instância, o espaço contém e está contido pelas demais instâncias, do mesmo modo que a cada uma delas o contém e é por elas contida. A economia está no espaço, bem como o espaço está na economia. O mesmo ocorre com o político-institucional e com o cultural e ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social.”(Santos, 1986:120. Tradução da autora)

Neste trabalho, consideramos o espaço como a interseção de três sistemas, formados por: os componentes naturais do espaço, as obras humanas e os significados que a sociedade lhe atribui ao espaço. Deste modo, trata-se de um conceito complexo, pois se refere a um objeto de conhecimento que se manifesta através de uma dimensão material e de uma simbólica que por sua vez se apresentam intimamente associadas.

Estas dimensões são intrínsecas à idéia de espaço, sendo impossível a consideração isolada de cada uma porque não constituem um par de oposição senão um par vinculado dialeticamente, representativo da produção, mudanças e mobilidade social. A correspondência entre forma e conteúdo de uma porção de espaço é a manifestação do segmento social que lhe outorga sentido e ao mesmo tempo resgata dele os sentidos para a sua existência.

“Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada, e que o conteúdo adquire uma nova dimensão ao encaixar-se na forma. A ação, que é inerente à função, está em harmonia com a forma que a contém: assim, os processos só adquirem

plena significação quando se materializam. O movimento dialético entre forma e conteúdo que preside o espaço é igualmente o movimento dialético do tudo social, preso em e através da realidade geográfica.” (Santos, 1986:119. Tradução da autora).

A persistência das dicotomias em algumas produções geográficas promove a fragmentação do objeto e reduz as possibilidades de estabelecer marcos interpretativos que favoreçam o conhecimento do espaço. Por outro lado, a análise da realidade em função das dicotomias é rejeitada pelo feminismo por ser ditas dicotomias consideradas como representativas de uma lógica que se afirma através de pólos antagônicos - como os que motivam a estrutura hierárquica da ordem social - na qual os gêneros são categorias opostas que conquanto não se concebam uma sem a outra, fazem-no por meio de relações de poder assimétricas e pela subvalorização do feminino respeito do masculino.

O espaço esta carregado de temporalidade – nele, o passado é presente. O espaço não é neutro porque possui um passado que o carrega de sentidos.

O espaço não é um objeto científico separado da ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço aparenta neutralidade e indiferença frente a os seus conteúdos - e por isso parece ser puramente formal e o epítome de abstração racional -, é precisamente porque já foi ocupado e usado, e já foi o foco de processos passados cujas trilhas não são sempre evidentes na paisagem. O espaço foi formado e modelado por elementos históricos e naturais; mas isso foi um processo político. O espaço é político e ideológico. (Lefevre, 1976 apud Oslender. S/d.:4)

A idéia de espaço social costuma ser utilizada numa multiplicidade de situações e com significados que muitas vezes resultam divergentes entre si. Portanto, achamos necessário estabelecer a diferença existente entre o sentido comumente utilizado de espaço social, para referir-se à cena na qual se estabelecem negociações ou acordos entre pessoas ou grupos ou o posicionamento das pessoas ou grupos dentro dessa cena, do sentido que nós geógrafos conferimos ao espaço físico socialmente construído, onde a sociedade deposita e identifica símbolos e significados. Geralmente, estes conceitos costumam contribuir um ao entendimento do outro de maneira recíproca, mas é importante ter em conta, que nem sempre as estruturas e contingências que regem o espaço social são reproduzidas no espaço físico.

É interessante acrescentar a estas considerações que existe uma diferença ontológica entre as duas idéias. O que distingue a perspectiva geográfica de outras perspectivas, segundo Valera, é que:

“... a característica social do significado espacial não se adquire apenas através de um processo aditivo de significações individuais, mas que também atinge à própria natureza do espaço e às relações que se estabelecem com ele”. (Valera, S/d.:131. Tradução da autora)

No presente trabalho, partimos do suposto teórico que recusa a neutralidade do espaço físico e que postula seu valor simbólico a partir de significados socialmente atribuídos.

“É a própria relação pessoa-meio ambiente a que dá sentido a nossa vida permanentemente contextualizada no espaço e a que, por sua vez, define duas instâncias: com nossos atos transformamos e dotamos de significado, de sentido ao meio enquanto este contribui de maneira decisiva a definir quem somos, a localizar-nos não só ambiental mas também pessoal e socialmente e a estabelecer modalidades de relação com nosso mundo perceptivo, funcional e simbólico.” (Valera, 1999:2-3. Tradução da autora).

Segundo Paul Claval:

"A organização da vida segundo as normas e os valores afirmados por uma cultura e a execução de sistemas de relações institucionais que ela supõe não podem se fazer no vazio: eles se desenrolam no espaço e o pressupõem em todos os níveis. Ele lhes é necessário como suporte material e lhes fornece uma de suas bases simbólicas."(Claval, 1996:23)

O espaço recolhe e reflete os sentidos definidos pela sociedade e possui características que permitem aos indivíduos fortalecer sua identidade, mas não se trata de um processo unidirecional entre espaço e indivíduo, pois também condiciona as relações dos indivíduos entre si e as suas manifestações coletivas no espaço. Evidentemente, no transcurso do tempo histórico, a complexidade que estas relações adquirem é cada vez maior. Ao contrário da experiência das sociedades tradicionais, hoje a maioria das pessoas desenvolve identidades múltiplas e participa de grupos diferentes gerando múltiplos e diversos mecanismos de controle e apropriação espacial. A inclusão destas questões nos estudos geográficos contribuiu para que os geógrafos desenvolvessem e incorporassem o conceito de territorialidade, muitas vezes utilizado em substituição ao conceito de espaço. Como apresenta Paul Claval,

"O interesse das ciências sociais pelos problemas de identidade cresceu paralelamente ao interesse dos geógrafos pelo território: a identidade está vinculada à construção do "self" ou das relações com o outro, e permanece como uma noção elusiva. O território serve como uma base para sentimentos de identidade de diversos modos." (Claval, 1996:24)

Na relação com o espaço, as pessoas instituem normas que são introduzidas no comportamento e incorporadas ao discurso social. Essas normas nem sempre são concretas e expressadas explicitamente, pois existem mecanismos de regulação e de controle exercidos

socialmente, que funcionam baseados em regras implícitas, contribuindo na definição dos papéis socialmente atribuídos e assumidos por homens e mulheres no comportamento espacial. As condições objetivas do espaço físico são mediadas pelos significados atribuídos socialmente que se transformam em categorias mentais fundamentais no estabelecimento da identidade social dos indivíduos. Como expressa Milton Santos (Santos 2000 apud Corrêa Leite, 2000:18)

“Na realidade, a natureza, hoje, é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas, no processo histórico, ela é social. Quer dizer, eu a valorizo em função de uma história, Isso já ocorria antes, mas hoje é muito mais evidente. O valor da natureza está relacionado com a escala de valores estabelecida pela sociedade para aqueles bens que antes eram chamados naturais.”

Olhando sobre o gênero é possível inferir que se trata duma categoria –como o espaço– também complexa. Nos primeiros estudos sobre gênero, as acadêmicas feministas apresentavam dita categoria como uma diferenciação originada e fundamentada na socialização das pessoas, afastando-a da representação binária sociedade segundo o sexo. Na atualidade, reconhece-se que, embora se trate do resultado da designação social de roles e funções, não se pode desvinculá-la da consideração da aparência sexual das pessoas tal como o apresenta Scott:

“É um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e um jeito primordial de significar relações de poder. Opera no plano simbólico, normativo, institucional e da identidade subjetiva” (Scott, 1986 apud Bonder, 2006: S/n. Tradução da autora)

Segundo Silvia Yannoulas,

“... refere-se ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres. Em outras palavras, o gênero é o modo em que as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres. (...) Não se trata de um atributo individual, mas de algo que se adquire a partir da interação com os outros e que contribui na reprodução do ordem social” (Yannoulas, 2003:322)

Além das particularidades aportadas pelos distintos posicionamentos, o horizonte acadêmico tenta fornecer elementos para a identificação de subjetividades e de normas sociais naturalizadas, atendendo às heterogeneidades dos homens e das mulheres e às relações de poder que se estabelecem entre eles.

"...[em] forma simultânea, têm avançado na criação de novas categorias teóricas e instrumentos metodológicos, na sua tentativa de explicar como se têm construído - ao longo da história e nas diversas culturas - diferenças hierárquicas entre homens e mulheres, e como estas diferenças se reproduzem e transformam." (Bonder, 1998:2. Tradução da autora)

Segundo esta autora, a categoria de gênero apresenta três dimensões:

"Descritiva: visibiliza o caráter sócio-histórico das diferenças e desigualdades entre varões e mulheres.

Analítica: Proporciona elementos para interpretar ditas diferenças e desigualdades em cada contexto social.

Política: É uma opção ética e política que promove a transformação das iniquidades entre varões e mulheres por meio da leis, políticas, instituições, normas, práticas, redes, etc." (Bonder, 2006:S/n. Tradução da autora)

Para a maioria das feministas, o caráter instrumental que adquire a categoria, mediante sua dimensão política, é seu aspecto mais destacado e o que a diferencia de outros enfoques teóricos.

Para analisar as vinculações entre as categorias gênero e espaço é necessário voltar à idéia desenvolvida anteriormente que rejeita a neutralidade do espaço físico e postula seu valor simbólico a partir de significados socialmente definidos. O espaço socialmente construído é dotado de sentido pelas pessoas e contribui na construção das suas identidades a partir dos sinais que ele proporciona. (Valera, 1999).

Nas idéias compartilhadas socialmente sobre o espaço é possível identificar assimetrias sociais que são mantidas no comportamento e cumprem um papel central na definição das identidades. Neste jogo de identidade e significado, a relação entre o espaço público e o espaço privado resulta paradigmática e a carga simbólica que cada um deles apresenta pode variar sensivelmente em diversas situações históricas ou temporais, mas algumas características podem ser referidas como perduráveis como a possibilidade ou impossibilidade de interagir com iguais. A designação social de funções, respeitando o esquema público-masculino e privado-feminino, condiciona às mulheres a permanecerem num âmbito caracterizado pela impossibilidade de se posicionar em situação de igualdade, pois as trocas não se produzem entre pares ou iguais, diferenciando-se esta experiência majoritariamente masculina no espaço público.

Os termos público e privado são frequentemente utilizados como categorias de análise das ciências sociais. A aplicação destes a análise espacial é menos freqüente, mas não ausente. Em algumas oportunidades são estudados de maneira independente, no entanto, a maioria dos autores prefere pesquisar sobre a influência de um no outro e as zonas comuns que se estabelecem entre ambos.

Nos estudos de gênero é habitual a utilização de dicotomias como recursos explicativos e interpretativos das relações sociais. Assim, a dicotomia entre o produtivo e reprodutivo, o natural ou o socialmente estabelecido são encontradas nos trabalhos sobre gênero para caracterizar as assimetrias existentes entre homens e mulheres, mas, na nossa compreensão, nenhuma delas é tão estrutural para o estudo das mesmas como a dicotomia que comumente se estabelece entre o público e o privado, embora na atualidade os estudos de gênero orientam-se a considerar estas categorias como pares relacionais e não como dicotomias. Além dos diversos posicionamentos dos pesquisadores, na práxis, aparecem estreitamente vinculadas e contribuem à organização da sociedade segundo o gênero.

As definições de espaço público e de espaço privado se modificaram com o passo do tempo ao mudar o conteúdo simbólico e social que as sociedades lhes atribuem, mas nunca estas redefinições provocaram mudanças no que se refere à assimetria que se estabelece entre o privado-feminino e o público-masculino. (Yannoulas, 2003)

Segundo Celia Amorós

“Nem em todas as épocas e sociedades o privado e o público tiveram as mesmas conotações que na atualidade; embora, com todas as reservas e matizes que se podem fazer com toda pertinência, acho (...) que o privado e o público constituem o que poderíamos chamar uma invariante estrutural que articula as sociedades hierarquizando os espaços: o espaço que se adjudica ao homem e o que se adjudica à mulher.” (Amorós. 1994:22.Tradução da autora)

Na caracterização de espaço público e de privado existem múltiplas variáveis que intervêm interagindo umas com outras e em certa medida impossibilitando a sua análise isolada. Sem esquecer esse aspecto, achamos que como recurso interpretativo para nossas afirmações, é possível identificar algumas delas como persistentes e determinantes na sua definição como a diferenciação de atividades e comportamentos segundo o gênero e a possibilidade ou impossibilidade de interagir com pares.

Na maioria dos estudos urbanos a rua e a casa são consideradas as principais representações do público e o privado. Ainda que sejam referências carregadas de materialidade, estas implicam um universo complexo de significados e símbolos atribuídos socialmente e sobre os quais as sociedades constroem suas relações, organizando as estruturas de poder e hierarquias sobre as quais se estabelecem os papéis e funções sociais.

A atribuição das mulheres ao espaço privado pode ser acompanhada historicamente de a era pré-cristã. Um exemplo que apresenta com clareza esta situação nos remete ao período Arcaico da Grécia, onde a evolução do sistema político, social, econômico e cultural, no século VIII a C., se organiza em função de duas instituições paradigmáticas da dicotomia entre espaço público e espaço privado: a *polis* e o *oikos*. Na *polis*, representativa do espaço público, os homens participavam das decisões políticas e das atividades relativas ao mercado e no *oikos* as mulheres ocupavam com exclusividade o espaço privado, doméstico, sendo o lar o lugar onde cumpriam funções de assistência às crianças, anciãos e doentes e gerenciamento do lar.

A *polis* pode ser identificada como um espaço de intercâmbio com pares, enquanto o *oikos* representa o espaço da família caracterizado pela presença de membros que não se apresentam no posicionamento de pares e que estabelecem relações assimétricas de poder entre eles. Nele as mulheres além das tarefas de assistência e reprodução, realizavam, entre outras, atividades de artesanato e agricultura familiar que não eram consideradas trabalho, precisamente por serem desenvolvidas no âmbito doméstico, fora da incumbência do mercado praticado pelos homens no espaço público.

Com o transcorrer da história se produz uma naturalização destas relações em que as mulheres no âmbito privado assumem um papel reprodutivo biológico, social e cultural e os homens no âmbito público assumem o rol produtivo, provedor, caracterizado pelo exercício da cidadania e sua incorporação no mercado de trabalho. Assim,

“... entre o privado e o público há uma articulação dessimétrica, não é uma relação de simetria nem de complementaridade: numa das categorias se põs sempre o valorizado socialmente e na outra o não ou o menos valorizado, isto é uma recorrência histórica”. (Amorós, 1994:23. Tradução da autora).

Até os primeiros anos da década de 60, as idéias sobre o masculino e o feminino estabeleceram uma relação linear com o espaço público e privado respectivamente. Apresentava-se assim uma naturalização da relação espacial.

O conhecimento da realidade que as pessoas possuem é mediado por argumentos explicativos, que adotando a forma de construções cognitivas socialmente compartilhadas, se organizam a partir de significados produzidos na interação entre as pessoas. Estas construções que incluem conteúdos cognitivos, afetivos e simbólicos exercem uma central influência na organização das práticas da vida cotidiana.

Em 1969 Moscovici, aprofundando na compreensão desse tipo de construções cognitivas, introduz o conceito de representações sociais no campo da psicologia social. O autor parte do conceito desenvolvido por Durkheim de representações coletivas ao que complementa com outros conceitos provenientes da psicologia. O aporte de Moscovici representa uma contribuição conceitual muito importante para o campo das ciências sociais sendo especialmente de destaque em primeiro lugar, sua contribuição ao estudo do caráter normativo que elas têm e que se manifesta no estabelecimento de limites e possibilidades que regem a vida dos indivíduos na sociedade condicionando a adoção de atitudes e práticas e, em segundo lugar, a possibilidade de estender os esquemas interpretativos aplicados á conduta social dos indivíduos, pela fusão que apresenta de percepções individuais e coletivas, especialmente porque na sua proposta ocupa um papel central a idéia de considerar que os elementos provenientes da experiência e percepções individuais encontram-se fusionados com os provenientes da experiência e percepção coletiva transformando-se em um aporte inovador que supera os limites da psicologia social para constituir-se numa grande contribuição para todo o campo das ciências sociais.

Tal como o autor as define, trata-se de sistemas cognitivos de grande força nos que intervm estereótipos, opiniões, valores que oferecem orientações e agem como guia na adoção de atitudes e práticas individuais. Álvaro colhe as palavras do autor para defini-las:

“As representações sociais deveriam ser vistas como uma forma específica de entender e comunicar o que já sabemos (...) Têm sempre duas facetas, que são tão interdependentes como as duas faces duma folha de papel: as facetas icônica e simbólica. Sabemos que: representação é igual a imagem/significado; em outras palavras, que faz corresponder a cada imagem uma idéia e a cada idéia uma imagem” (Moscovici, 1984:17 apud Álvaro e Fernández Ruíz, 2006:2. Tradução da autora)

A percepção do mundo, a idéia de realidade, são construções sociais organizadas por esses sistemas cognitivos que ao combinar os planos individual e coletivo permitem ás pessoas

considerar os processos subjetivos como realidades objetivas. Neste marco pode se entender que situações de injustiça ou iniquidade sejam reproduzidas por mecanismos aplicados pelas mesmas pessoas que as padecem -como acontece em muitas oportunidades com a reprodução de estereótipos de gênero feita pelas mulheres- embora sejam motivo de condicionamentos no domínio das próprias ações. O papel reservado para as representações sociais é servir à construção simbólica do médio social diferenciando-se das atitudes em que estas representam manifestações individuais e as representações sociais são atos coletivos destinados à construção simbólica do médio social. Em palavras de Araya Umaña

“Se constituem, por sua vez, como sistemas de códigos, valores, lógicas classificatórias, princípios interpretativos e orientadores das práticas, que definem a chamada consciência coletiva, a qual se ordena com força normativa em tanto que institui os limites e as possibilidades da forma em que as mulheres e os homens agem no mundo (...) As pessoas percebem a vida cotidiana como uma realidade ordenada, isto é, as pessoas percebem a realidade como independente da sua própria percepção, aparecendo ante elas objetivada e como algo que se lhes impõe”. (Araya Umaña. 2002:11-13. Tradução da autora)

Como temos dito, na sua construção intervêm processos de ordem individual e processos de ordem coletiva. As crenças compartilhadas socialmente, os rasgos culturais e históricos são as fontes de determinação das representações sociais e a partir deles se produzem os mecanismos de ancoragem e objetivação. Araya Umaña (2002:34-36) assinala, com muita clareza, que o mecanismo de ancoragem é a operação que conecta a inovação com o sistema conhecido e integrado gerando num primeiro momento um problema que precisa ser resolvido, entanto que, a objetivação faz referência à naturalização da inovação no sistema de valores e crenças compartilhados socialmente. Quando a objetivação se produz a inovação abandona seu caráter de novidade e passa a integrar o esquema que permite compreender o mundo e as suas relações, sendo utilizada para emitir juízos e opiniões, formando parte dos códigos da comunicação e condicionando a vida cotidiana das pessoas que a compartilham. Em palavras de Moscovici

“O propósito de todas as representações sociais é o de fazer de algo desconhecido o do desconhecido algo familiar” (Moscovici, 1984:24 apud Álvaro e Fernández Ruiz, 2006:3. Tradução da autora)

Neste trabalho temos feito recorrentemente referências à naturalização do papel destinado socialmente às mulheres, também temos dito que na maioria das situações esta atribuição não

é feita somente pelos homens senão também e sustentada, ideologicamente e na prática, pela atitude das mulheres sendo possível fazer a associação desses comportamentos com a existência de um conjunto de representações sociais que definem a idéia do feminino e os seus atributos presentes na formulação do conhecimento social compartilhado ou sentido comum.

Este corpo de representações sociais, embora seja de caráter absolutamente polissêmico exerce, sem dúvidas, o controle social dos comportamentos, sendo a proposta de qualquer desvio desta direção, identificada socialmente como uma transgressão aos valores socialmente aceitados. Na compreensão desta idéia contribui observar que o corpo feminino seja talvez o eixo sobre o qual descansa este conjunto de representações sociais. O corpo da mulher associado principalmente com a reprodução, a pureza, o abrigo e o lar é vinculado com valores e códigos morais que permitem uma vez traduzidos em comportamento, a reprodução da ordem imposta com o conseguinte controle social das ações individuais.

Alguns autores assinalam que a grande polissemia presente nas representações sociais sobre as mulheres admite a atribuição de significados contraditórios entre se. A idéia do corpo, tal como temos apresentado aqui, pode ser confrontada com idéias de imperfeição, mistério, escuridão, indubitavelmente objetivadas a partir de tabus vinculados com a sexualidade associados com a perspectiva masculina sobre o corpo feminino. Embora aparentemente a existência destas idéias possa ser considerada contraditória, é importante perceber que esta contradição fortalece a norma que regula os comportamentos considerados socialmente aceitáveis ou inaceitáveis. Existe uma interpretação positiva e negativa dos atributos do corpo feminino que fornece de categorias sobre as quais é possível encontrar os limites existentes entre o nosso conceito do bem e do mal. As transgressões identificadas no corpo feminino colaboram com a formulação do código moral da mesma forma que aquelas relacionadas com comportamentos considerados positivos.

Resulta de interesse não esquecer que existe uma forte correspondência entre o valor simbólico atribuído ao corpo feminino e os atributos atribuídos á conformação do corpo social. Neste sentido, as representações sociais do corpo feminino atuam como os elementos que permitem objetivar os valores culturais que formam os códigos de conduta social. A função fundamental que cumprem pode ser descrita como o canal pelo qual o desconhecido é

objetivado através do conhecido (o corpo feminino, comum á experiência de todas as pessoas sejam homens ou mulheres). Segundo Álvaro e Fernández Ruiz:

“... esse processo de familiarização com uma ordem social que se inscreve no corpo da mulher, assinalando suas ameaças, consegue mediante sua representação, naturalizar uns valores culturais como se de biologia se tratar. (...) [Assim] consegue transformar algo abstrato como os valores hegemônicos de uma sociedade dominada por homens, em algo (...) concreto como a imagem corporal da mulher, transformando uma realidade mental numa realidade física. (...) Este processo de objetivação acompanha-se por um processo de categorização que situa e fixa as idéias que dão lugar ás práticas culturais dominantes num contexto de “categorias e imagens ordinárias”. E esse corpo ideológico é o que há outorgado as nossas atitudes para as mulheres e que foi constituindo nossa ambivalente representação da mulher. A representação social da mulher fez possível por rosto ao mal, ao tempo que gerou uma visão estereotipadas desta que perdura na nossa contemporaneidade. (Álvaro e Fernández Ruiz, 2006:10. Tradução da autora)

Sobre estas representações se constrói a vida cotidiana transformando-se em saberes compartilhados nos que se funda não só a posição ocupada na estrutura social senão também as funções e tarefas desempenhadas nela pelos varões e mulheres. Assim, as tarefas atribuídas segundo o gênero (divisão sexual do trabalho) diferem cultural e temporariamente, porque se afirmam nos conteúdos simbólicos e materiais de cada cultura.

Nesta perspectiva, a divisão sexual do trabalho implica uma valoração hierárquica das funções exercidas pelos homens e as mulheres, e vincula-se com os pares de idéias trabalho/cuidado e trabalho pagado/não pagado. Esta valoração difere nas diferentes sociedades e épocas, mas na maioria o posicionamento das mulheres apresenta desvantagens em relação ao dos homens.

A consideração da divisão sexual do trabalho nos conduz necessariamente ao estabelecimento de relações com o espaço, especificamente com o espaço público e privado. A divisão de tarefas e funções estabelecidas socialmente como próprias de homens ou de mulheres se manifesta na organização espacial, trazendo elementos úteis para sua legitimação. Paralelamente, dita divisão é recolhida pelo discurso social, proporcionando argumentos que confirmam e contribuem para a reprodução da ordem social.

A incorporação do espaço ao análise da abrangência da divisão sexual do trabalho na vida cotidiana, contribuindo á ampliação dos marcos interpretativos existentes, mas também permite inferir a importância do próprio espaço para a manutenção e a reprodução da ordem social pré-estabelecida.

Voltando o olhar sobre os anos 60, é possível observar que as representações sociais sobre o espaço respeitavam a lógica da divisão de papéis e funções num esquema binário de gênero sustentado espacialmente no público e o privado. As tensões cotidianas vividas pelos homens na fábrica encontravam sua contrapartida no lar onde as mulheres asseguravam o funcionamento. O espaço privado é objetivado com a idéia de lar. Paralelamente o lar significava *refúgio, liberação de tensões e descanso*.

Como apresenta Dolores Hayden

"O homem trabalhador voltaria de seu trabalho diário na fábrica ou no escritório ao espaço doméstico privado, longe do estressante mundo do trabalho numa cidade industrial caracterizada pela poluição ambiental, a degradação social e a alienação pessoal. O homem entraria num lar sereno cuja manutenção física e emocional seria tarefa de sua esposa. Desse modo a habitação privada suburbana era a cena estabelecida para a eficaz divisão sexual do trabalho. Era a comodidade por excelência, um estímulo para o trabalho masculino remunerado e um âmbito contendor do trabalho feminino não remunerado."(Hayden, 1979:S/n. Tradução da autora)

As relações de produção estabelecidas pelo capitalismo geraram uma distância entre o trabalhador e o produto final de seu trabalho. Ao não possuir a propriedade dos bens produzidos e dos bens de produção, a redistribuição do excedente se materializa através do salário. Nesse contexto o espaço privado representa exatamente o contrário. Nele, o trabalhador tinha possibilidades de materializar seu esforço através do consumo e da possibilidade de acessar a propriedade privada. Assim, entre as metas socialmente compartilhadas, possuir a propriedade da moradia transformou-se no primeiro objetivo, *o sonho da casa própria* funcionou como máxima e princípio e foi seguido pela posse de outros bens de uso particular como o carro ou eletrodomésticos que fazem o conforto do lar. O lar como representação social do espaço foi acompanhada pela idéia de realização.

O processo de apropriação do espaço pode ser interpretado partindo da idéia de um palco no qual se estabelecem relações de poder, mas não deveria reduzir-se essa idéia para um esquema simples de oposição entre homens e mulheres. Existem outras variáveis que induzem certos comportamentos que influenciam no sentido de facilitar ou inibir a ação das pessoas envolvidas. Muitos desses comportamentos estão implícitos e conduzem às pessoas a respeitar certos limites impostos socialmente e a exercer a auto-censura, pois nem sempre o controle é exercido pelos outros. O território se transforma assim, em referente material do exercício de desse poder, mas não se trata de um espaço onde o poder acontece, mas sim que essas relações

são parte constitutivas do território, e são imprescindíveis para a sua compreensão. Como apresenta Marcelo Lopes Sousa nesse esquema o território pode ser caracterizado como um cenário/ator onde se apresentam:

“...relações de poder espacialmente delimitadas e operando (...) sobre um substrato referencial. (SOUZA, 1995^a:97; grifo no original). Esta última definição, mais rigorosa e parcialmente inspirada em SACK (1986), aponta, adicionalmente, para a característica do território como sendo não a materialidade do espaço ou substrato espacial em si, mas sim uma espécie de “campo de força” articulado com uma porção específica do substrato material (apropriada ou controlada por um grupo social). Ou seja, o território, em si mesmo, no fundo, sequer é “físico” ou tangível”. (LópezSouza, 2001:61)

O espaço privado nos 60 representava bem-estar (refúgio, descanso, liberação de tensões) e realização. O lar outorga significado à valoração da casa como espaço material. Ao nos referirmos ao lar fazemos referência ao espaço físico, ninguém pensa no lar sem uma referência ao espaço material, porém existe mais que o aspecto material quando se trata do lar. A difusão da idéia de bem-estar, centralizada na idéia de lar, e este entendido como espaço antagônico ao espaço de trabalho identificado com a fábrica, serviu como ponto de ancoragem para a objetivação do lar como espaço de descanso, liberação de tensões e realização.

Ao mesmo tempo, as relações de produção caracterizadas pelo esquema produção-salário-consumo incentivaram a propriedade privada exercida particularmente no espaço privado. Estes mecanismos de ancoragem e objetivação foram determinantes para a formulação das representações sociais sobre o lar como descanso, refúgio de tensões e realização. Assim, pode-se pensar que, as representações sociais sobre o lar surgem da experiência masculina e legitimaram-se mediante o discurso. As mulheres reproduziram o discurso masculino e, apesar de estarem impedidas de participar no esquema produção-salário-consumo, resultava comum que elas objetivaram a idéia de lar partindo da experiência masculina.

A experiência concreta das mulheres no lar evidentemente diferia da dos homens, por isso as representações sociais sobre o lar eram as mesmas para homens e mulheres. O lar, como representação social mais importante do espaço privado, foi objetivado partindo desta estrutura marcadamente patriarcal. Sendo naturalizada a idéia, presente até hoje, do lar como um espaço de refúgio, descanso, liberação de tensões e realização.

Nestas questões os homens intervinham de maneira seletiva, porque eram eles, os que participavam da redistribuição dos excedentes através do consumo. As mulheres estavam

inibidas de fazê-lo, porque seu trabalho não era negociado no mercado de trabalho e, portanto não recebiam contrapartida por seus serviços carecendo assim da condição indispensável para intervir no esquema produção-salário-consumo: a propriedade do dinheiro.

Nesta lógica, os mecanismos que regiam a apropriação do espaço privado apresentam certa complexidade. Por um lado, existia a idéia socialmente compartilhada que ressaltava o papel protagonista das mulheres no lar, por outro, contraditoriamente são fortes as evidências que mostram a impossibilidade das mulheres de escolher, dispor e tomar decisões que mudariam estruturalmente esse espaço, basicamente porque, como foi dito anteriormente, o direito à propriedade era masculino e o sistema se fundamentava pela propriedade privada.

Neste processo de divisão sexual do trabalho e da propriedade, a percepção que as mulheres tinham da sua situação também se conduzia através de padrões do pensamento hegemônico. As mulheres que realizavam labores no âmbito doméstico do lar comumente não se auto-definiam como trabalhadoras.

Essa falta de reconhecimento contribui na valoração do papel social das mulheres, segundo Elizabeth Jelin

"O reconhecimento do valor da produção doméstica e do papel das mulheres na rede social que apóia e reproduz a existência social foi um dos temas chave dos anos setenta [onde pela primeira vez começaram a se visualizar estas questões e de fato foi considerada pela primeira vez a necessidade de fazer visível o invisível]. Reconhecer e nomear outorga existência social, e a existência é um requisito para a auto-valoração...."(Jelin, 1996:1. Tradução da autora)

A omissão do valor desta produção legitima estas idéias socialmente compartilhadas com tanta força que, ainda que mude o posicionamento social das mulheres, se mantém intactas.

Em geral, as mesmas mulheres assumiram a função de reproduzir estas situações com a manutenção de estereótipos sobre predisposições e atitudes que supostamente formam parte da condição feminina e mostram-se contraditórias se as relacionarmos às características que comumente tem o trabalho doméstico, geralmente acompanhado pela insatisfação gerada por uma atividade ininterrupta, pela impossibilidade de interagir com pares ou por se tratar de atividades que normalmente não eram reconhecidas ou simplesmente consideradas trabalho.

O discurso transforma-se no grande legitimador desta ordem social. O discurso é um ato de comunicação, em que é impossível separar a linguagem das relações que vinculam as pessoas que participam deste ato. Neste sentido a análise do discurso exige um exercício que supera a

identificação de elementos sintáticos ou gramaticais e requer que sejam também priorizados os aspectos semânticos, incluídos os elementos contextuais que o atravessam. Como apresenta Cynthia Meersohn:

“O que distingue a análise do discurso da gramática da oração é que a análise do discurso na prática concentra-se especificamente nos fenômenos [presentes] por trás da oração.” (Meersohn, S/d.:4. Tradução da autora)

A análise do discurso é uma ferramenta metodológica valorizada além dos limites da lingüística ou da filosofia da linguagem, atingindo outras ciências pelos recursos interpretativos que oferece. É uma área do saber particularmente atrativa para as ciências sociais, já que contribui para a compreensão das relações que as pessoas estabelecem no campo social, na medida em que, permite observar as formas de exercício de poder e mecanismos de reprodução da ordem social presentes nessas relações.

Entre as teorias existentes, muitos cientistas sociais utilizam as contribuições de Teun van Dijk nas que tratam principalmente da análise dos aspectos contextuais presentes no discurso.

O contextual se apresenta de maneira transversal no discurso, estimulando a identificação de significados que promovem a reafirmação de pertencimento ao grupo e possibilitam a sua reprodução. Na exploração desta temática os lingüistas privilegiam o uso de modelos de interpretação apropriados para abordar os mecanismos presentes na atribuição de significados que a sociedade incorpora na comunicação, constituindo-se numa valiosa ferramenta para o cientista social.

A partir deste olhar, para que a análise de discurso seja efetiva na interpretação das implicações do contexto nas falas e textos, é necessário identificar o papel das representações sociais no discurso dos participantes. Assim, se por um lado esta ferramenta da lingüística (a análise do discurso) é de grande valia para outras disciplinas, por outro o estudo dos aspectos contextuais do discurso também se serve de ferramentas destas outras disciplinas. Neste caso, a incorporação no modelo interpretativo do discurso das representações sociais apresenta as possibilidades de desenvolver estudos multidisciplinares neste campo do conhecimento social. Ao referirmos ao discurso como um ato de comunicação, é necessário, interpretá-lo como algo mais que uma transmissão oral ou escrita. No discurso intervêm recursos semânticos que superam os limites da fala e da escrita. Situações de estresse, dominação, aceitação, desconformidade, são incorporadas ao discurso e dialeticamente este interfere nestas questões.

Segundo Silva (van Dijk.1992 apud Silva, S/d: 1) no discurso é possível identificar questões ambientais como tempo e espaço, questões referentes às características dos participantes como o seu papel na sociedade e funções cumpridas socialmente, bem como aspectos referentes ao posicionamento dos participantes na emissão da mensagem (nas que se projetam as assimetrias associadas com a autoridade emanada do discurso) e também os objetivos, metas e prioridades envolvidas na comunicação.

“Mediante a utilização da língua, entre outros, desempenhamos papéis, afirmamos ou negamos, estamos de acordo ou em desacordo, pedimos ou fornecemos informação, adquirimos conhecimento e, inclusive, (...) somos capazes de “desafiar” uma estrutura social, política ou institucional”. (van Dijk.1992 apud Silva, S/d: 8. Tradução da autora)

Assim, alguns acontecimentos relacionados ao comportamento humano que podem ser interpretados numa primeira aproximação como isolados ou conjunturais, adquirem maior significação ao ser contextualizados e identificados com alguma estrutura global que facilite a sua interpretação. Segundo van Dijk:

“...outra de minhas hipóteses é que é muito mais difícil mudar, transformar e modificar as estruturas do que as opiniões. Assim, uma opinião acerca de um assunto pontual, (...) pode ser modificada pela estrutura social, ao confrontá-la com outros dados (...). Mas nosso modelo é muito mais difícil de mudar, já que o modelo refere-se à atitude que tem-se com respeito às coisas (...) o modelo de ideologia é utilizado constantemente em cada ato, não somente nos textos escritos e nos discursos. Se faz um uso permanentemente de toda esta estrutura de base de cognição social que controla o que se diz, o que se compreende, o que se faz...”(van Dijk, 1994:S/n.Tradução da autora)

Partindo desta perspectiva, à análise das assimetrias de gênero pode ser integrada a análise do discurso como uma ferramenta de grande utilidade. Como vimos afirmando, esta ferramenta não se restringe ao conteúdo literal das falas e textos abarcando também outros conteúdos incluídos neles como atitudes, desejos, negações, afirmações, etc. Associando discurso e gênero Silva apresenta:

“... em todos os níveis do discurso podemos encontrar as “trilhas do contexto” nas quais as características sociais dos participantes têm um papel fundamental ou vital tais como “gênero”, “classe”, “etnia”, “idade”, “origem” e “posição” ou outras formas de pertencimento grupal”. (van Dijk 1992 apud Silva. S/d: 2. Tradução da autora)

Na aproximação empírica realizada neste trabalho tentamos identificar nas falas das pessoas entrevistadas alguns dos aspectos contextuais que caracterizam seu discurso, com o intuito de

pesquisar os aspectos vinculados às assimetrias de gênero presentes nelas. É também nosso interesse observar os posicionamentos assumidos segundo o gênero, as formas que apresentam as relações estabelecidas em função desses posicionamentos (relações de poder e controle) com a sua conseqüente reprodução da desigualdade que elas produzem.

Em nossa opinião, um dos aspectos mais interessantes da proposta de Van Dijk é a perspectiva crítica ou ideológica da análise do discurso. A leitura que Meersohn faz deste assunto é esclarecedora neste sentido:

“A análise de discurso ideológico devia ser vista como um tipo específico de análise sócio-política do discurso. Essas análises tentam relacionar as estruturas do discurso com as estruturas da sociedade. Ou seja, relações ou propriedades sociais como classe, gênero ou etnicidade, são sistematicamente ligadas a unidades estruturais, níveis e estratégias da fala e o texto inseridos em seus contextos sociais, políticos e culturais.” (van Dijk apud Meersohn. S/d: 11. Tradução da autora)

De acordo com esta perspectiva é possível pensar que existe na análise do discurso uma possibilidade implícita de estimular o questionamento das situações de desigualdade. Acreditamos que a análise crítica do discurso deve orientar-se tomando como ponto de partida os problemas de desigualdade social baseados no gênero, classe, etnia, etc. sendo ao mesmo tempo uma ferramenta para conhecer e um instrumento para questionar. Assim se constitui seu espírito puramente ideológico, na medida em que contribui para a mudança social positiva.

Não é a nossa intenção reduzir a carga afetiva conferida ao lar, também não pretendemos negar que para as mulheres o lar é refúgio, descanso, liberação de tensões e realização. O que observamos é que o lar também representa trabalho, obrigação, responsabilidade e nele acontecem atos discriminatórios e violentos contra a mulher, mas em geral isto não se manifesta de maneira explícita no discurso social. Não existem dúvidas que a identificação de refúgio, descanso, liberação de tensões e realização, sem aludir a outras questões responde a um critério baseado na vivência masculina. A invisibilidade das funções exercidas pelas mulheres no espaço doméstico contextualiza-se nas idéias coletivas sobre o lar na sua condição de invisíveis.

Desde meados dos anos 80 o aumento constante do desemprego, gera modificações nos padrões de comportamento das mulheres que se incorporam massivamente ao mercado de trabalho. Notoriamente, o que devia ser interpretado como um *ingresso* passa a ser

interpretado e referido no discurso social, como uma *saída*, o que induz à idéia de transgressão das normas impostas, ao fazer referência ao ato de abandonar um espaço no qual a presença das mulheres foi naturalizada, o espaço privado e ao mesmo tempo, representa a incorporação das mudanças no marco lógico existente.

A incorporação das mulheres ao mercado de trabalho se produz, entre outras situações, ocupando cargos que em períodos anteriores foram ocupados pelos varões ou aceitando condições de desigualdade pelo deterioro das ofertas laborais. Assim, muitas acessam em condições de grande fragilidade, com marcos legais flexíveis que promovem a instabilidade e recebem salários inferiores aos tradicionalmente recebidos pelos homens na execução das mesmas tarefas. Paralelamente se produz um aumento sensível da presença feminina no mercado de trabalho informal em condições ainda piores.

Quando as mulheres se dedicam a atividades informais na sua casa, estas não são consideradas como *saída*. Porque a *saída* faz referência ao movimento espacial, ainda que se trate somente de circulação. A valoração desse movimento está mediada pelos papéis e funções socialmente assinalados a homens e mulheres. Neste sentido, as mulheres *saem* do espaço, do papel e da função que se considera natural para inserir-se no outro espaço e assumir outros papéis e funções.

Caberia perguntar como se incorpora esta nova situação na valoração coletiva dos roles do feminino e do masculino? A resposta é complexa, mas neste trabalho postulamos a hipótese que não se produz uma mudança na valoração dos papéis e funções socialmente definidos. Assim, pode-se observar como o trabalho informal realizado no lar, comumente, não é considerado trabalho por acontecer no espaço privado, sustentando a lógica patriarcal que legitima a divisão sexual do trabalho, embora, em alguns casos possa receber uma contrapartida em dinheiro (o que corresponderia a um salário no mercado de trabalho) e mais ainda, embora seja convertido, em muitas oportunidades no sustento principal de muitas famílias. A valoração do trabalho feito no espaço privado é independente dessas situações em geral é baseada na exclusão dessas atividades da idéia de trabalho.

Por outro lado essa *saída*, seja percebida ou não socialmente, não representa sob algum sentido o abandono das responsabilidades domésticas, mas sim uma sobrecarrega na jornada de trabalho.

Finalmente, a *saída* sempre responde a uma justificção. É muito difundida a idéia de que as mulheres mães trabalham para complementar o ingresso familiar. O argumento não é falso e faz referência a uma das maiores razões que estimula a participação das mulheres no mercado de trabalho. Evidentemente, trata-se de um argumento que gera certa desordem na lógica tradicional que prevalece na definição dos papéis masculinos e femininos. O que suscita nossa atenção é a escassa referência feita a outras situações que não seja o complemento familiar ou refere-se à procura de realização profissional ou autonomia econômica, sendo estas últimas, razões em geral identificadas apenas nas mulheres jovens e sem filhos.

As relações de gênero assim definidas não somente devem ser interpretadas sob a perspectiva das mulheres, também os homens sofrem as conseqüências, sendo menores suas oportunidades de participar na educação dos filhos, ao carecer geralmente da presença de um marco jurídico que promova o exercício da paternidade que não o sobrecarregue com a responsabilidade social de ser o principal provedor do sustento familiar.

A incorporação das mulheres às atividades consideradas socialmente produtivas, muda o seu posicionamento na sociedade, gera a sua autonomia e reforça a consciência sobre os seus próprios direitos, simultaneamente, o cumprimento da dupla jornada de trabalho, reduz essas conquistas e condiciona a qualidade do tempo passado no lar.

Geralmente a volta ou o momento prévio à saída da casa, são ocupados com tarefas domésticas ou de supervisão das tarefas domésticas. Esta situação não modifica as idéias coletivas sobre o espaço doméstico privado que segue sendo considerado como o espaço de descanso, liberação de tensões e realização.

Como apresenta Marta Alonso Vidal:

"Os estudos de uso do tempo e do espaço comparando homem-mulher oferecem uma disparidade enorme entre pautas de comportamento de uns e outros. As mulheres ocupam-se das crianças e dos idosos, das compras e da assistência, ou seja, assumem boa parte do trabalho doméstico e comunitário que contribui à manutenção da sociedade. A dupla jornada de trabalho se traduz num uso da cidade mais diverso e complexo".

"Se na construção e/ou aproveitamento da trama urbana, do espaço público como lugar de encontro e pertencimento de todos/as existe exclusão ainda que seja parcial de uma parte da sociedade o pleno exercício da cidadania está limitado" (Alonso Vidal, 2004:36 Tradução da autora)

A identificação das mulheres com o espaço privado não está desligada da sua experiência no espaço público. As cidades refletem na sua organização física e funcional a valoração espacial

segundo a lógica tradicional do gênero.

A experiência cotidiana das mulheres requer da articulação entre as condições que apresentam o espaço privado e o espaço público e a falta de consideração das suas necessidades específicas, se transformando num problema para enfrentar na prática diária. Mas esse conflito não pode ser interpretado apenas sob a perspectiva dos obstáculos a vencer, trata-se de uma situação de iniquidade baseada em argumentos ideológicos patriarcais que superam o aspecto funcional e repercutem no exercício da cidadania.

“O espaço construído pelo ser humano, com a cidade como principal paradigma, é, ante tudo, um espaço para ser ocupado, para servir e ser usado, para preencher e esvaziar com a presença real ou simbólica, para interagir com outras pessoas num entorno e para interagir como o entorno entanto que pessoas. É este um espaço normalizado, definido através de réguas e convenções. As menos, aquelas legalmente estipuladas, as mais, aquelas construídas social e culturalmente”
(Valera, 1999:2. Tradução da autora)

A objetivação do posicionamento das mulheres nos espaços privados se traduz em dificuldades para a apropriação dos espaços públicos que percorrem todas as dimensões que podem se identificar dentro do espaço público. Como fundamenta Aurora Justo

“Os estudos de uso do tempo e do espaço comparados homem-mulher mostram uma disparidade enorme entre o comportamento de uns e de outros que refletem esta situação e que, definitivamente, refletem que as mulheres vivemos nas cidades de uma forma diferente (...) Isto é, as mulheres nos ocupamos das crianças e dos idosos, das compra e da assistência, isto é, as mulheres assumimos boa parte do trabalho doméstico e comunitário que contribui à manutenção da sociedade. A tradução no espaço que têm todas estas atividades que as mulheres desenvolvermos é que fazemos um uso da cidade mais intenso e diferente ao de outros grupos sociais.” (Justo, 1999:S/n. Tradução da autora)

Cada uma destas dimensões do espaço (física, social, cultural, política, econômica) pode ser abordada a partir da perspectiva de gênero porque homens e mulheres interagem de maneira diferenciada com o espaço.

A circulação das mulheres nem sempre respeita os padrões da circulação dos homens. Um exemplo disto é o regresso em etapas ao lar depois da jornada laboral. Os homens costumam realizar trajetos unidirecionais de ida e volta com poucas escalas enquanto as mulheres realizam várias escalas, nas que fazem compras, procuram as crianças na saída da escola, cumprem com compromissos vinculados com o seu papel de mães como reuniões escolares de

país, visita ao médico, etc.

"A estrutura espacial das cidades incide na condição feminina já que a mulher deve compatibilizar diariamente suas distintas funções na casa, no trabalho e nos serviços situados em pontos diversos do espaço urbano. As mudanças nesta estrutura espacial afetam às mulheres mais que aos homens por essa necessidade de articulação cotidiana. Portanto a cidade das mulheres é diversa, temporal e espacialmente" (Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2000:12. Tradução da autora)

Levar o carrinho com uma criança, necessitar de um espaço adequado para trocar as fraldas ou esperar com um idoso ou uma criança num centro assistencial em muitas ocasiões são verdadeiros desafios enfrentados com maior frequência pelas mulheres por tratar-se de necessidades surgidas das tarefas objetivadas socialmente como femininas.

A partir da dimensão cultural, opiniões sobre a natureza de ser homem ou mulher conduzem a atribuir atitudes, aptidões, condutas e papéis às mulheres e aos homens e são traduzidas em comportamentos no uso do espaço público.

Ao observar as características dos movimentos e as formas de apropriação do espaço que as mulheres experimentam nas cidades, é comum a existência de mecanismos que prevalecem nessas condutas e que funcionam estabelecendo limites e censuras.

Estes mecanismos funcionam de maneira implícita, regulando as relações das mulheres com o espaço. Assim, é comum que as mulheres não transitem por determinados lugares, ou procurem companhia para fazê-lo ou que essa restrição seja para determinados horários ou a determinados grupos de idades. Em alguns casos relaciona-se esta situação com questões de segurança que apresentam as cidades atualmente, frente às quais as mulheres constituem grupos mais vulneráveis. (Também em relação com horários, setores da cidade e idades)

Segundo Raineri e Rodigou

"A percepção de insegurança aparece com maior frequência ligada às mulheres, sendo uma das limitações fundamentais para a sua mobilidade e autonomia" (Raineri e Rodrigou, 2003:4. Tradução da autora)

Em outros casos esses mecanismos, se manifestam em desconforto ou insegurança experimentado pelas mulheres quando têm a percepção de estar em lugares e horários que são considerados inadequados ou simplesmente, na maioria das vezes, quando elas mesmas evitam o acesso a certos espaços por apresentar dificuldades operativas por não estarem adaptados a

suas necessidades ou por possuir algum tipo de hostilidade.²⁰

O reconhecimento do sentimento de insegurança no discurso é mediado por crenças socialmente compartilhadas, facilmente associadas com posicionamentos assumidos pelos gêneros. Muitas das representações sociais sobre a insegurança são objetivadas fundando-se nas diferentes possibilidades de apropriação do espaço público urbano que experimentam os gêneros; ao mesmo tempo, a incorporação no discurso destas representações contribui com a reprodução destas possibilidades. Na sua construção, podem identificar-se mecanismos de ancoragem e objetivação, nos quais é relativamente simples aplicar a perspectiva de gênero. Seguindo nessa direção, é possível observar que as mulheres tradicionalmente são desvinculadas da apropriação do espaço público, assumindo nele um posicionamento de alteridade respeito dos homens. Não é a nossa intenção afirmar que as mulheres não participam do espaço público, pelo contrário, tentamos destacar que esta característica pode ser observada precisamente a partir da sua presença na rua. Na interpretação desta situação é importante perceber que existe uma naturalização da presença masculina no espaço público que não ocorre com as mulheres, pelo qual elas assumem o posicionamento do “outro” (ou, mais precisamente, da “outra”) na rua, sendo, por este motivo, diferentes as suas possibilidades de estabelecer territórios em comparação com as possibilidades que possuem os homens. Evidentemente não se trata somente da posição ocupada, mas também do caminho

²⁰ Neste trabalho temos apelado às idéias de segurança e insegurança pelas possibilidades que estas brindam para identificar diferentes comportamentos vinculados com a percepção que homens e mulheres têm de uma ou de outra e a sua convalidação mediante o discurso. Em cada sociedade estas idéias aludem a questões diferentes porque, ainda que sejam originadas em situações concretas (que podem ser similares em distintos lugares), vinculam-se diretamente com aspectos simbólicos e sociais próprios de cada grupo social.

Perante a necessidade de esclarecer os limites conceituais destas idéias e de associá-los com o comportamento de homens e mulheres na rua, temos tentado identificar os mecanismos que promovem a construção e posterior objetivação da sensação de medo ao risco de sofrer agressão física e/ou verbal que pode provocar danos físicos, morais e/ou materiais na rua (violência na rua) como elemento central na sensação de insegurança.

Temos considerado como elemento central na definição da insegurança sua vinculação com a violência criminosa por achar que no caso estudado, esta era a referência mais concreta de temor durante a circulação pela rua, mas é importante ter em conta que em outras sociedades existem outro tipo de temores vinculados a outras razões que geram insegurança durante a circulação pela rua, por exemplo, o medo aos fenômenos naturais, aspectos religiosos, etc. Com respeito ao eixo escolhido, achamos de interesse estabelecer que como apresentam Zubillaga e Cisneros (1997:S/n. Tradução da Autora), “...Violência é a imposição inter-humana de um grau significativo de dor e sofrimento evitável”. Esta definição estabelece dois aspectos essenciais: a violência é um produto de ações realizadas por humanos. Mas também nos assinala que essa violência pode ser evitável. “A violência não é parte da essência do ser humano, esta surge associada a condições psicológicas, sociais e, principalmente, culturais, que podem ser modificadas”.

percorrido para acessar a essas posições, o que na maioria dos casos implica a necessidade de transpor limites e condicionamentos que o obstaculizam.

Este posicionamento desigual estimula a atribuir uma maior vulnerabilidade nas mulheres, vulnerabilidade que também costuma ser associada com outros grupos sociais - como idosos, crianças ou pessoas portadoras de deficiências. Todos eles são percebidos e se percebem a se mesmos em inferioridade de condições para enfrentar os riscos da insegurança e inibem sua circulação segundo diversos tipos de condicionantes - os horários, os setores, a companhia de outras pessoas, etc. Portanto é possível compreender o fato de que dificilmente seja reconhecido que o nível de exposição á insegurança é semelhante para os dois gêneros, gerando uma auto-percepção diferenciada sobre os riscos padecidos na rua. O discurso social resulta confirmatório dessas representações sociais e estimula a adoção de atitudes em função desses códigos.

Neste esquema, a situação apresentada somente se completa quando nesta trama de relações se identifica a presença de outra relação de alteridade com um “outro desconhecido”, quem é o principal responsável pela existência do risco de insegurança: o possível agressor, que também admite uma consideração de gênero e pode ser vinculado com o esquema proposto, já que dificilmente seja identificado com uma mulher. (Zubillaga e Cisneros, 1997:S/n)

É de interesse perceber que a situação de vulnerabilidade atribuída ás mulheres na rua não é transferida ao espaço privado. Nesse sentido deve notar-se que o lar constitui um dos cenários mais comuns onde se produzem situações de violência, sendo particularmente importantes os casos baseados nas assimetrias de gênero. Em geral existe uma invisibilidade social destes episódios. As representações sociais do lar não dão conta delas por varias razões. Ao acontecerem no âmbito privado, não são consideradas como fatos sociais, o que debilita sua percepção.

Existem bares, clubes, praças, ruas, setores das cidades onde a presença das mulheres é considerada imprópria. Como afirmamos anteriormente esses mecanismos são implícitos, mas facilmente identificáveis. Assim, dificilmente registra-se a presença de mulheres em ruas onde existem oficinas mecânicas ou venda de acessórios para carros ou é menos comum a presença de mulheres sozinhas caminhando durante a noite, ou mulheres maiores nas praças pela manhã. Estas questões excedem as dimensões físicas do espaço porque não se trata apenas de

possibilidades de acesso.

Paradoxalmente a sensação de vulnerabilidade na rua diminui quando a circulação é feita assumindo alguma função identificada socialmente com o universo feminino (cuidado de outras/os mais vulneráveis como crianças ou idosos). Se produz um fenômeno interessante consistente na supremacia da função frente ao gênero (Por exemplo, a mulher que transita pela rua cumprindo o papel de mãe é principalmente identificada com este último mais do que por o primeiro). É possível pensar que nestas situações a presença das mulheres adquire legitimidade porque não é censurada motivando nelas uma sensação de maior segurança.

A existência da dupla jornada de trabalho, e algumas vezes tripla jornada cumprida pelas mulheres, as leva a enfrentar dificuldades operativas. A redução do tempo que pode se dedicar a cada tarefa se faz quando os serviços que as cidades oferecem não são adequados a essas necessidades. Seguindo com Aurora Justo

"Com a incorporação das mulheres ao mundo do trabalho remunerado, que nos têm conduzido à nomeada dupla jornada, o uso da cidade é cada vez mais complexo e diverso e ainda mais, esta complexidade e diversidade sejam caracterizadas pela continuidade, não é conjuntural e temporal como aquela dos homens." (Justo, 1999:S/n. Tradução da autora)

Muitas vezes, a ideologia que prevalece no funcionamento das cidades não considera a mobilidade das mulheres fora do âmbito doméstico.

Como assinala Hayden

"... a moradia típica [nas zonas residenciais] elimina habitualmente qualquer espaço público compartilhado, lojas e serviços de creche, de lavanderia, por exemplo, [Pois existe a suposição que no lar se cumprem essas funções e existe um funcionário, neste caso a mulher, que as cumpre] dentro do espaço da moradia." (Hayden, 1979:S/n. Tradução livre)

Estas disfunções implicam grandes custos (laborais, de tempo e econômicos) porque muitas vezes estas situações demandam soluções custosas como delegar funções em outras pessoas, utilizar transportes ou fazer com que sobre tempo para outras atividades.

Assim, nas políticas territoriais urbanas comumente não se consideram especificamente as necessidades das mulheres porque estas permaneceram ocultas durante séculos com a conseqüente impossibilidade de se transformar em necessidades políticas e formar parte das agendas políticas. Nesse sentido, a construção do espaço público reproduz as condições de iniquidade que estabelece a divisão sexual do trabalho a partir da contradição adjudicada entre o público e o privado e as sua relação com o masculino e o feminino respectivamente. Em

função disso, é possível pensar que as mulheres são excluídas duplamente: por um lado na tomada de decisões sobre o espaço e por outro em seu direito de acessar em igualdade de condições ao mesmo.

Nas críticas feitas pelo feminismo às idéias liberais, ocupa um lugar central o questionamento do princípio de igualdade como garantia do direito a exercer a cidadania. A igualdade não assegura a equidade porque apaga as diferenças que as pessoas possuem na relação com os outros. Não existem limites explícitos que regulem o ingresso e desempenho das mulheres no espaço público, mas a experiência cotidiana das mulheres está impregnada destes limites. A desconsideração das diferenças se transforma em posicionamento político quando age como fio condutor das políticas.

4. ENTRE O LAR E A RUA

Para a abordagem empírica, nossa proposta incluiu a aplicação de dois instrumentos destinados a obter informação qualitativa que acompanhasse nossas afirmações. A realização desta atividade de campo não foi realizada com o objetivo de procurar informação confirmatória dos processos enunciados, mas sim de uma aproximação entre teoria e praxe.

As questões propostas nas entrevistas foram orientadas para a identificação de idéias coletivas que conduzam e condicionem a circulação e as formas de apropriação do espaço no âmbito privado e público e as conseqüências que esses saberes apresentam para varões e mulheres. Em ambos os casos, a análise e a interpretação das respostas tentaram identificar a persistência destas idéias no discurso social, assim como estabelecer os mecanismos de ancoragem e objetivação presentes neste processo.

4.1. O ESPAÇO PRIVADO

O desenvolvimento do tópico proposto pela hipótese foi realizado sob a orientação do método de análise de discurso, utilizando como ferramentas conceituais a idéia do lar e as representações sociais vinculadas com essa idéia, atendendo às vinculações que esta apresenta com os campos concreto e simbólico que subsidiam as condutas diferenciadas segundo o gênero.

No campo do concreto, a idéia do lar remete a casa como referência material mais representativa do espaço privado, mas só pode ser compreendida em sua totalidade quando associada com valorações afetivas, estabelecidas socialmente, que condicionam as condutas individuais. Por sua vez, as representações sociais são formas de conhecimento da realidade que possibilitam a inclusão do desconhecido num marco de referência conhecido, vinculando o individual e o coletivo.

Como ponto de partida, pesquisamos sobre o grau de adesão gerado por uma afirmação que achamos *a priori* representativa do discurso, que se refere á idéia do lar: *meu lar é o refúgio das tensões cotidianas*.

Na primeira análise, as respostas obtidas não apresentaram diferenças significativas segundo o gênero. A totalidade (100%) dos/as entrevistados/as responderam concordar com a afirmação, destes 80% responderam estar *amplamente de acordo*. Embora seja diferente a experiência de

homens e mulheres (tal como justificamos anteriormente), evidentemente o discurso não expõe essas diferenças, e ao incorporar outras opções para caracterizar o lar se confirma esta tendência (em varões e mulheres).

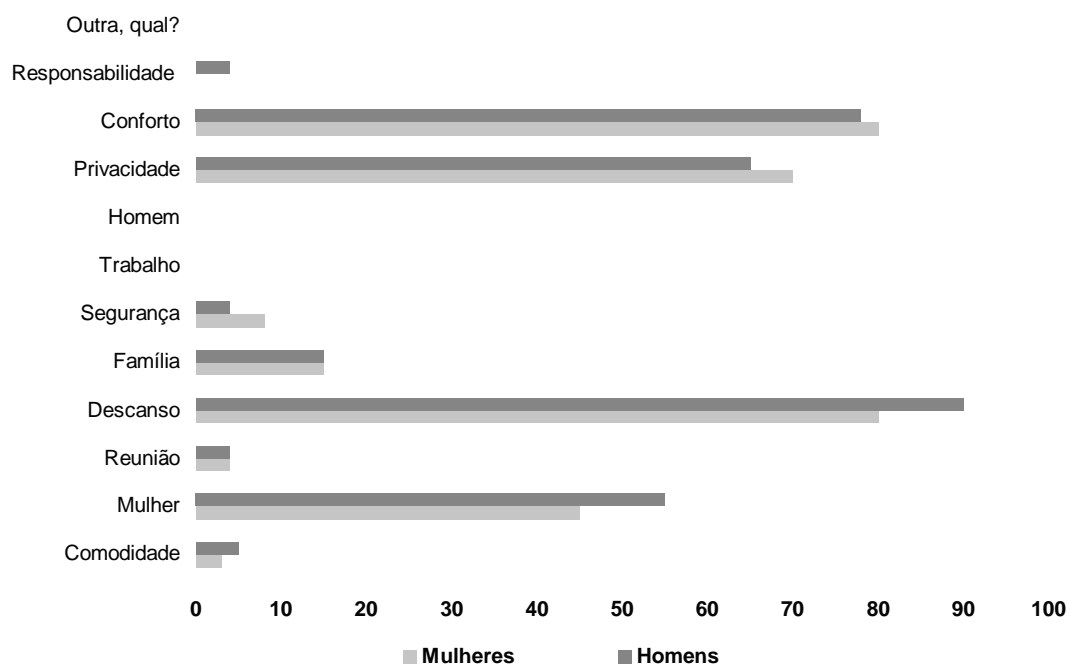
Como se apresenta no gráfico N°. 4.1, as escolhas feitas pelos/as entrevistados/as sobre as opções apresentadas para definir o lar coincidiram com a adesão à sentença inicial.

Nessas respostas, for possível identificar alguns dos elementos que compõem o discurso sobre o lar das pessoas, podendo-se inferir que a idéia de lar se encontra principalmente associada com a idéia de *descanso*. Certamente não se trata de uma percepção distante da realidade, mas também se pode observar que outras características apresentadas indiscutivelmente pelo lar não são registradas pelo discurso.

Desta forma, idéias como *trabalho* ou *responsabilidade* foram excluídas pelos/as entrevistados/as (a idéia de *responsabilidade* foi escolhida por 5% dos homens, sem registro de adesão entre as mulheres. O *trabalho* não gerou adesões) sendo estas duas opções perfeitamente compatíveis com a experiência cotidiana, em particular a experiência das mulheres, que assumem a função socialmente definida dos trabalhos domésticos (ou o

4.1 Caracterização do lar

Elaboração da autora com dados obtidos na encuesta sobre espaço privado
Buenos Aires - Novembro 2006



gerenciamento dos mesmos) e as responsabilidades sobre funcionamento do lar vinculadas com a família. Embora a *responsabilidade* no lar possa ser identificada claramente com as práticas realizadas pelas mulheres, é importante observar que esta não é habitualmente reconhecida e que a idéia aceita de *responsabilidade* geralmente tende a ser identificada com o sustento econômico do lar. Nesse sentido, é vinculada com a função provedora atribuída socialmente aos homens. É de interesse observar que ao perceber somente aspectos positivos na noção de lar, ocultam-se outros acontecimentos que se produzem no interior deste e que também o caracterizam. A naturalização de questões como a violência doméstica ou intra-familiar por estarem objetivadas não são observadas criticamente, sendo invisibilizadas no cotidiano e excluídas do discurso.

Também é de interesse observar que aproximadamente 50% dos homens e 50% das mulheres entrevistados escolheram vincular a idéia do lar com a palavra *mulher*, demonstrando a naturalização do lar como espaço de apropriação feminina. Certamente, a identificação das mulheres com a casa e o lar coincide com a experiência cotidiana, sendo para nós o importante desse fato a possibilidade de observar como esse posicionamento é naturalizado como um dos atributos do ser mulher, incidindo no comportamento, os mecanismos de censura social e a incorporação dos mesmos no discurso como elemento legitimador. Assim, como temos dito anteriormente, o afastamento do lar para realizar outras atividades é considerado como uma *saída* que deve ser justificada porque constitui uma transgressão à norma. Esta questão é facilmente observável no discurso.

Contudo, a palavra *homem* não foi escolhida por nenhum dos/as participantes, sendo possível inferir que estas associações se vinculam com a valoração diferenciada do papel e funções assumidas segundo o sexo em que se projeta o posicionamento excêntrico dos homens no lar.

O segundo grupo de freqüências mais significativas é aquele representado pelas opções *conforto e privacidade*, nas quais – numa primeira análise – não se apresentaram diferenças baseadas no gênero (as porcentagens nas duas categorias superam em todos os casos 65%, sendo as adesões feitas pelas mulheres levemente superiores), ainda que seja possível alcançar conclusões partindo das opções escolhidas por homens e mulheres. Subsidiando os comentários expressados no capítulo anterior sobre as condições de produção e atualização das idéias socialmente compartilhadas sobre roles e comportamentos segundo o gênero, pode-se

observar que tanto no discurso de homens quanto no discurso de mulheres, existem elementos próprios da experiência masculina. Dessa forma, é possível inferir que existe uma relação direta entre a eleição destas categorias e as associações que habitualmente se estabelecem entre lar e bem-estar. Ao vincular o lar com o bem-estar se potencia a experiência masculina, enquanto se ocultam aspectos da experiência feminina, gerando mecanismos de ancoragem nas percepções dos homens, que são objetivadas e incluídas no discurso.

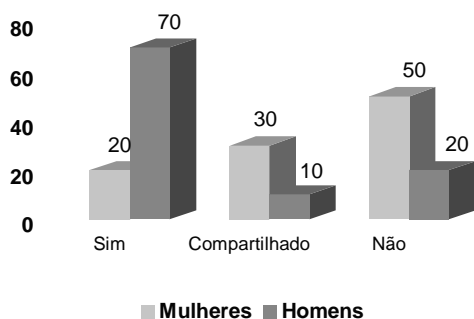
Aos efeitos de estabelecer considerações de gênero, temos analisado esta resposta no marco das outras opções escolhidas pelas entrevistadas para a mesma pergunta, atendendo à possibilidade de que na escolha múltipla se associe o lar com outras características não vinculadas apenas à idéia de bem-estar.

Os resultados obtidos demonstram que todas as entrevistadas que escolheram a palavra *conforto* não optaram por outras palavras que referiam às outras funções desempenhadas comumente pelas mulheres na casa, por exemplo, responsabilidade, trabalho ou família, embora quando consultadas sobre funções desempenhadas por elas neste âmbito, as respostas deram evidência de que todas elas assumem atividades deste tipo cotidianamente. Dessas respostas, poderia inferir-se que no grupo das mulheres consultadas o discurso não reflete na sua totalidade a diversidade de atividades assumidas pelas mulheres no lar.

Por sua vez, a idéia de *privacidade* implica a possibilidade concreta de isolamento

4.2 Disponibilidade de espaços de uso próprio

Elaboração da autora com dados obtidos na encuesta sobre espaço privado Buenos Aires - Novembro 2006



voluntário²¹. Nesse sentido, observamos que geralmente as mulheres entrevistadas identificaram a privacidade relacionando-a com a permanência nos limites da casa, sem colocarem em consideração a possibilidade de isolamento voluntário, não percebendo como invasão de sua privacidade a presença de outras pessoas se as mesmas formam parte da família ou moram na casa. Aparentemente, a privacidade para as mulheres entrevistadas poderia definir-se em contraposição com o exterior ao espaço doméstico e não com o interior do mesmo. Entretanto, no caso dos homens a idéia de privacidade foi, em todos os casos, ligada à possibilidade de isolamento voluntário; logo, nas suas respostas foram considerados cômodos da casa nos quais é possível este isolamento, como é o caso do escritório ou a oficina, discordando das escolhas feitas pelas mulheres, que apontaram como espaços de uso próprio o comedor ou a sala, onde de fato correntemente não se apresentam condições para exercer a *privacidade*.

Tal como se apresenta no Gráfico N°. 4.2, consultadas as mulheres sobre a possibilidade de contar com *um espaço de uso particular* dentro da casa, onde seja possível conseguir isolamento voluntário, 50% responderam não possuir ditos espaços. Dentro do universo formado por aquelas que responderam afirmativamente (50%), apenas 20% responderam possuir esses espaços plenamente, no entanto 30% restante declararam dispor desses espaços num momento do dia ou nos finais de semana, porque os *compartilham com outras pessoas*. A escolha pela opção afirmativa feita pelas mulheres separa a prática do discurso, e permite identificar mecanismos diferenciados na definição da *privacidade* segundo o gênero. Proporcionalmente, nas respostas dos homens se invertem essas porcentagens sendo 30% os que responderam não contar com ditos espaços.

Os homens se diferenciaram das mulheres ao adotar a opção negativa nos casos em que a utilização desses espaços achava-se condicionada a determinados horários ou a necessidades

²¹ Tomamos como definição de privacidade: “ Desde um ponto de vista antropológico, alguns autores como Altman e Moore, sustentam que a privacidade é um fato universal que se manifesta de maneira variável. Estas diferenças dependem da forma em que as diversas culturas articulam os mecanismos que regulam a interação social. A privacidade se define como um processo de controle dos limites pelos quais os homens se mostram as vezes abertos e acessíveis aos demais e outras vezes se fecham a seus semelhantes. Podemos entendê-la, pois, como a prática de uma solidão procurada, o escape temporal de umas exigências e ônus de uma interação que se vive como excessiva, opressiva ou exigente. Configura-se como uma necessidade socialmente criada.”(Mercader, Quiñonero e Viqué, 1998:2 Tradução da autora).

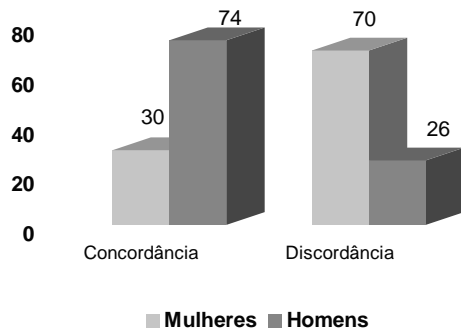
Esta definição foi apresentada às pessoas que responderam esta pergunta.

de compartilhar o espaço com outros membros da família. Baseando-se nas respostas qualitativas aportadas pelos/as entrevistados/as, foi possível observar a peculiaridade de que os homens se referem ao uso de espaços de privacidade fora do lar enquanto esse aspecto não se registra entre as respostas das mulheres.

Duas das perguntas da entrevista faziam referência à permanência dentro do lar, tentando identificar o comportamento e as formas de apropriação no espaço privado. A primeira pergunta (*em qual dos cômodos da moradia você mais gosta de permanecer?*) foi complementada com uma segunda pergunta (*em qual cômodo da moradia você permanece mais tempo durante o dia?*). Os resultados obtidos mostram algumas diferenças de gênero. Como pode ser observado no Gráfico N°. 4.3, mais de 70% dos homens respondeu de maneira coincidente nas duas perguntas, porém as mulheres responderam majoritariamente que permaneciam mais tempo do dia num cômodo que não era de seu gosto (70%).

4.3 Apropriação do espaço na moradia Onde permanece mais tempo? Onde gostaria permanecer?

Elaboração da autora com dados obtidos na encuesta sobre espaço privado Buenos Aires - Novembro 2006



Desse grupo de mulheres, quase 50% respondeu permanecer mais tempo na cozinha ou a sala de jantar. Evidentemente, existe uma distância entre o comportamento referido por meio do discurso e as práticas cotidianas. As mulheres aderiram majoritariamente à afirmação inicial e convalidaram essa eleição ao optarem pelas palavras que identificaram com a

idéia do lar, mas no momento de mencionar à apropriação concreta do espaço privado, essas escolhas permitiram identificar uma maior relação entre a permanência no lar e o trabalho (opção sem registrar adesões entre as mulheres) que no caso dos homens. Neste caso, a tendência confirma a idéia de que as formas de apropriação que eles experimentam apresentam maiores coincidências com as escolhas feitas no início da entrevista.

A apresentação de diferenças segundo o gênero não deve ser interpretada desde uma perspectiva reducionista, onde somente se liguem as práticas cotidianas das mulheres no espaço privado com o trabalho e as práticas cotidianas dos homens ao lazer ou ao descanso,

quando na realidade tanto homens quanto mulheres realizam umas e outras. Uma aplicação construtiva do olhar de gênero permite identificar os matizes que apresentam essas associações, favorecendo a percepção tanto das diferenças concretas (como o tipo, a quantidade e o grau de responsabilidades assumidas em função do gênero) quanto das diferenças simbólicas (como no caso dos mecanismos de legitimação e reconhecimento social que intervêm na valoração hierárquica dos sexos).

Os trabalhos assumidos pelas mulheres no lar comumente se vinculam com a limpeza, o abastecimento, o funcionamento diário da casa e a assistência dos membros da família ou moradores. Trata-se de trabalhos de realização diária e continuada, enquanto os trabalhos dos homens têm mais relação com o funcionamento e em geral consistem em atividades esporádicas assumidas temporariamente. No plano simbólico, as atividades feitas pelas mulheres no lar não são reconhecidas como trabalho, sendo esta apreciação compartilhada por homens e mulheres e exercendo grande influência na caracterização e reprodução do que é considerado como masculino ou feminino. Como temos dito anteriormente ao perguntarmos sobre os espaços nos que homens e mulheres permaneciam mais tempo durante o dia, foi possível identificar nas respostas das mulheres mais referências implícitas ao trabalho e nos homens ao descanso, embora todos eles optassem na pergunta inicial por aderir ao conceito do lar vinculado com o descanso. Trata-se de uma exclusão-omissão destas atividades no discurso social que se origina e é confirmatória da objetivação de determinadas funções e papéis, os quais são identificados segundo o sexo.

Ao perguntarmos sobre as características adotadas pelo trabalho feito pelas mulheres no lar, certamente as respostas são muito variadas e diferem em função das distintas variáveis que se apresentam em cada caso, embora seja possível também identificar alguns mecanismos que se apresentaram no grupo de informantes e que resultam de utilidade no momento de analisar o comportamento feminino no gerenciamento do lar.

Geralmente, as informantes declararam realizar pessoalmente as atividades domésticas, e em menor medida se apresentaram casos em que se mencionou a delegação destas tarefas em empregadas/dos (para os trabalhos de limpeza e cuidado dos meninos e anciões se mencionaram mulheres, enquanto para trabalhos de jardinagem e manutenção se mencionaram

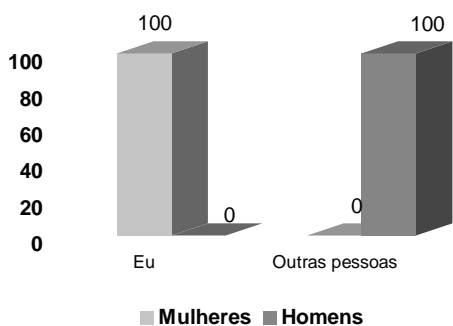
homens), mas em todos os casos estudados, a responsabilidade sobre o gerenciamento do lar foi assumida pelas mulheres.

Embora se realize a delegação das tarefas a um/a empregado/a, em geral as mulheres assumem algumas atividades como próprias e indelegáveis. Comumente são consideradas indelegáveis aquelas atividades que são identificadas como parte do ser feminino e que funcionam como mecanismos de reprodução social y cultural. Assim, quando existe uma delegação de tarefas, esta é assumida majoritariamente por mulheres pela naturalização destas atividades como funções próprias das mulheres. Desta forma, filhas, avós, mulheres da família ou empregadas realizam a substituição de outras mulheres no trabalho doméstico e não é comum que dito trabalho seja delegado a homens. Por outro lado, a descaracterização destas atividades como parte do mundo do trabalho pode ser advertida pelas mesmas pertencerem em grande parte ao mercado informal e na aceitação desta situação por parte das trabalhadoras e empregadoras.

Finalmente, quando os homens realizam atividades domésticas, costuma-se considerá-lo como um complemento para o trabalho das mulheres, sendo comum o discurso que identifica estas incursões como uma ajuda ou colaboração e lhe atribui aos homens um posicionamento excêntrico nas responsabilidades sobre o lar.

4.4 Responsabilidade no cuidado do lar Quem cuida do seu lar?

Elaboração da autora com dados obtidos na encuesta sobre espaço privado
Buenos Aires - Novembro 2006

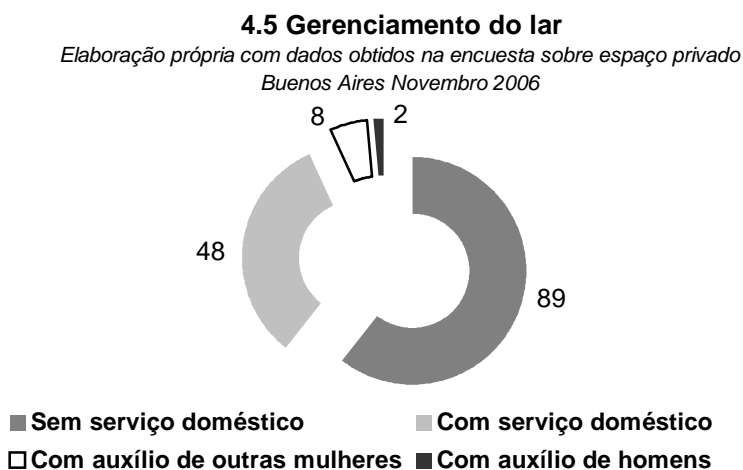


No Gráfico N°. 4.4 são apresentados os resultados obtidos nas entrevistas respeito ao *gerenciamento e responsabilidades no lar* segundo o gênero. Após analisar estas respostas, podem-se identificar algumas das questões apresentadas anteriormente. Todas as mulheres entrevistadas responderam ser responsáveis pelo gerenciamento do lar, observando-se

algumas particularidades que se apresentam no gráfico 4.5.²².

²² Optamos pela denominação genérica de *gerenciamento* para referir-nos aos trabalhos de manutenção, limpeza e abastecimento do lar. Nesse sentido, achamos de interesse destacar que os aportes qualitativos feitos pelas mulheres entrevistadas foram incluídos dentro deste grupo de atividades os trabalhos assistenciais feitos pelas mulheres no seno da família.

Do total de entrevistadas, 32% relataram ter *serviço doméstico feito por uma empregada* e não foram registrados casos em que esse serviço fosse realizado por um empregado, com exceção dos trabalhos ligados à jardinagem. A presença de empregadas apresenta diversas modalidades, relacionadas com a disponibilidade de horas trabalhadas; porém, mesmo sendo o caso de empregadas de tempo completo, as mulheres citam executar pessoalmente algumas das tarefas domésticas como responsabilidades próprias, independentemente da presença da



empregada.

Outras opções, como *contar com auxílio de outras/os membros da família ou habitantes da casa ou desempenhar-se como auxílio de outra pessoa no gerenciamento do lar* permitiram identificar algumas particularidades relacionadas com o gênero. Assim, 10% das mulheres consultadas responderam contar com o auxílio de outras/os membros da família ou habitantes da casa, e nessa porcentagem podem discriminar-se dois grupos: o primeiro (8%) é composto por aquelas mulheres que manifestaram ter o auxílio de outras mulheres e o segundo (2%) é composto pelas mulheres que declararam contar com o apoio de homens para realizar os trabalhos domésticos.

Finalmente, achamos interessante destacar que 15% das participantes declaram participar do gerenciamento do lar sendo auxílio de outras pessoas, sendo 30% as adesões masculinas para esta opção. Analisando as respostas obtidas neste último ponto, pode-se perceber que as mulheres que aderiram a esta opção também manifestaram ser responsáveis pelo gerenciamento do lar, enquanto os homens que declararam prestar auxílio a outras pessoas não

responderam coincidentemente à pergunta sobre a responsabilidade no gerenciamento do lar. Assim, ao responder a pergunta sobre *quem tem a responsabilidade do gerenciamento do trabalho das/os empregadas/os*, a totalidade das mulheres respondeu assumir a direção do trabalho dos/as empregados/as enquanto a totalidade dos homens manifestou que essa tarefa era feita por uma mulher na sua casa.

Na tabela que se expõe a seguir, são apresentadas algumas considerações sobre as manifestações observadas durante a implementação do instrumento sobre espaço privado e aspectos do marco explicativo que orientou a pesquisa.

Manifestações do fenômeno estudado presentes nos resultados obtidos nas entrevistas sobre espaço privado	
A caracterização do lar pelas/os mulheres e homens que responderam o questionário ofereceu coincidências mesmo quando a experiência referida por umas e outros no âmbito privado diferiu sensivelmente.	A experiência masculina serve de ancoragem para a construção das representações sociais que vinculam lar e gênero.
	Tomando-se por base a associação que tradicionalmente se estabelece entre a idéia de lar e a idéia de bem-estar, hegemônica-se a experiência masculina sobre a feminina.
	A naturalização da presença e das funções cumpridas pelas mulheres no lar promove a invisibilidade de aspectos concretos e simbólicos das práticas das mulheres no âmbito doméstico. Isto se vê refletido na ausência de referências às mesmas nas representações sociais ligadas ao espaço privado.
	O discurso social atua como legitimador destas situações.
A noção de responsabilidade não foi escolhida para caracterizar o lar. Contudo, foi mencionada tangencialmente por todas/os as/os entrevistadas/os e nestas referências acharam-se aspectos simbólicos fortemente associados à divisão sexual do trabalho.	Associando essa categoria à noção de lar pode-se apreciar que seu significado difere sensivelmente entre homens e mulheres.
	A responsabilidade masculina sobre o lar está ligada à naturalização do role provedor atribuído aos homens.
	A responsabilidade feminina sobre o lar está vinculada com a naturalização do role reprodutivo ligado às mulheres.
Pode ser percebida nos discursos de todas/os as/os participantes uma vinculação entre a idéia de descanso e o espaço privado.	Estes roles socialmente impostos são sustentados pelo discurso tanto pelos varões quanto pelas mulheres porque as representações sociais sobre as quais se afirmam influem na auto-percepção e no comportamento individual.
	Todas as mulheres entrevistadas assumiram sem exceções as responsabilidades vinculadas com o gerenciamento do lar. No entanto, os homens somente assumiram esses roles em qualidade de auxiliares, assumindo um posicionamento excêntrico que responde às expectativas de conduta instaladas socialmente.
	A atividade realizada pelas mulheres no lar não é considerada como trabalho, sendo incorporada no esquema reprodutivo associado ao universo feminino e afastada do esquema produtivo associado ao universo masculino.
	O âmbito familiar em que acontecem as tarefas vinculadas com o gerenciamento do lar, os destinatários (do núcleo familiar) e a falta de contrapartida em dinheiro - entre outras características - influem na identificação desse trabalho com o esquema reprodutivo.

	Como consequência, produz-se uma sub-valorização das atividades feitas no espaço privado respeito àquelas feitas no espaço público.
As formas de apropriação do espaço representado na casa (principal referência material dentro do espaço doméstico) diferem segundo o caso.	Ao estarem ausentes no discurso, mas não na vida cotidiana, ditas características exigem das mulheres mecanismos de adaptação, que em muitos casos se traduzem em uma sobrecarga de responsabilidades. Apesar de vincular-se fortemente às mulheres com um role de importância no âmbito privado, as entrevistadas manifestaram dificuldades para exercer a privacidade e limitações para a apropriação de espaços dentro de suas casas. A falta de privacidade e as dificuldades para dispor dos espaços segundo suas preferências dentro de suas casas são manifestadas sem questionamentos no discurso das entrevistadas em razão de que se trata de características do comportamento que se apresentam objetivadas, sendo percebidas dentro deste marco de referência.
Tabela Nº. 4.1	

4.2. O ESPAÇO PÚBLICO

Tal como apresentamos no início da nossa pesquisa, o comportamento no espaço de homens e mulheres pode ser analisado partindo da perspectiva de gênero. Na busca de respostas para as questões traçadas (e tentando estabelecer ligações entre nossas afirmações teóricas e a práxis), incorporamos os resultados da realização de um questionário aplicado em dois grupos de jovens sobre suas percepções e comportamento na rua.

Para isto, temos escolhido como ferramenta conceitual a idéia de *segurança-insegurança* na rua, devido à possibilidade que essa idéia oferece para ligar aspectos simbólicos e concretos do comportamento espacial e sua vinculação com as diversas dimensões identificáveis no espaço público; para isto baseamo-nos na análise do discurso, que foi adaptado às expectativas propostas para o instrumento.

Na primeira aproximação sobre os dados obtidos das entrevistas, pode-se observar que tanto mulheres quanto homens responderam afirmativamente e majoritariamente que transitam sozinhos pelo seu bairro (91% dos homens e das mulheres do grupo A e 90% dos homens e das mulheres do grupo B). Após perguntarmos sobre algumas particularidades desta circulação, foram-se registrando diferenças de gênero nas respostas das/os jovens.

Assim, ao perguntarmos sobre particularidades associadas à maneira de transitar pelo bairro (*caminhando*, em *bicicleta* ou utilizando algum *meio de transporte*) houve respostas que marcaram grandes diferenças entre os gêneros. As mulheres condicionaram sua circulação a

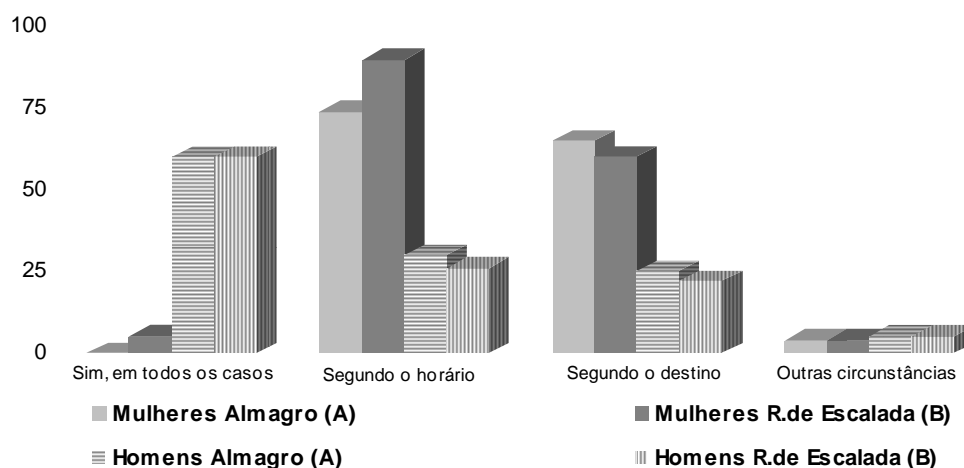
uma série de variáveis - como, por exemplo, ao horário, setor, companhia ou outras circunstâncias - e em alguns casos mencionaram não fazê-lo (embora respondessem afirmativamente à pergunta inicial). Perante as mesmas questões, os varões declararam circular livremente sem condicionamentos.

Tal como é apresentado no gráfico N°. 4.6, ao referir-se a seu deslocamento caminhando, nenhuma das mulheres do grupo A e somente 5% do B responderam que circulavam sozinhas sem atender a outras circunstâncias, enquanto 60% dos homens entrevistados nos dois grupos responderam afirmativamente à primeira opção de respostas: *sim, em todos os casos*.

No grupo B, 74% das mulheres e 90% no A manifestaram realizar suas caminhadas segundo o momento do dia, apresentando-se as maiores frequências entre aquelas que escolheram não circularem sozinhas nas primeiras horas do dia ou à noite. Para os homens, aparentemente o

4.6 Habitualmente, você transita caminhando sozinho/a por seu bairro?

Elaboração da autora com dados obtidos na encuesta sobre espaço público
Buenos Aires Novembro 2006



momento do dia não é uma variável a ter em conta, sendo inferior a 30% a porcentagem que manifestaram ter dificuldades ou temor para circular segundo o horário.

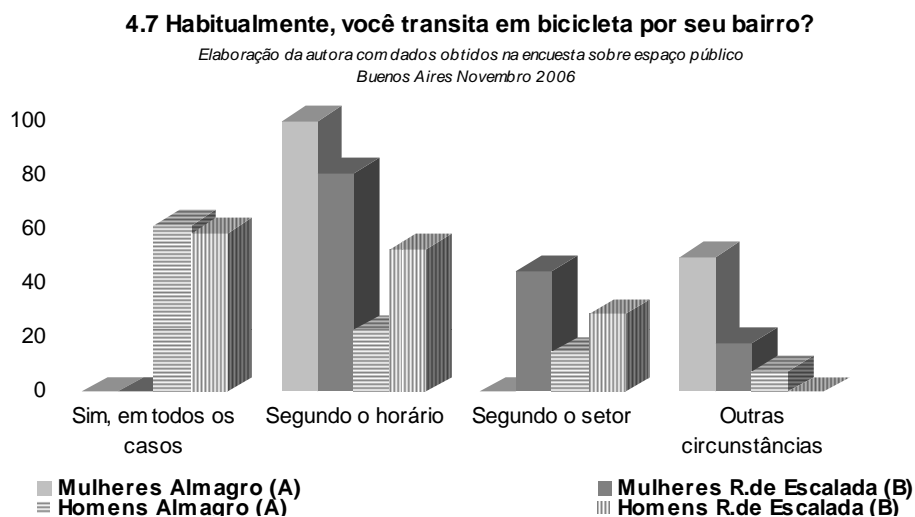
Observam-se comportamentos similares perante outras situações, tais como o destino dos deslocamentos, sendo superior a 65% a quantidade de mulheres que responderam limitar seus movimentos dependendo do setor de destino (porcentagem similar em A e B), entanto que entre os varões as porcentagens não superaram 25%.

Para aqueles que moram em Remedios de Escalada (grupo B) a maior preocupação centra-se na circulação feita caminhando, tendo como fator limitante o horário; e para aqueles que

moram em Almagro (grupo A), o maior temor respeito da circulação a pé se apresenta no setor de destino para o qual fazem os seus deslocamentos.

Entre 55 e 80% dos/as jovens responderam que utilizam a bicicleta para se trasladar, com a exceção das mulheres do grupo A, entre as quais o uso da bicicleta é citado somente por 9% das entrevistadas.

Tal como pode ser observado no gráfico N°. 4.7, tomando como referencia aqueles/as que responderam afirmativamente, mais de 60% dos homens dos dois grupos manifestaram circular em bicicleta sem limitações (*Sim, em todos os casos*) declarando fazê-lo sozinhos e sem atender a outras circunstâncias.



A experiência difere no caso das mulheres, pois nenhuma respondeu sentir liberdade para circular sem limitações associadas à sensação da insegurança. Estas majoritariamente (100% do grupo A e 81% do B) condicionaram sua circulação em bicicleta ao momento do dia, apresentando-se as maiores frequências entre aquelas que escolheram não circularem sozinhas durante as primeiras horas do dia ou à noite.

A respeito do comportamento pesquisado em função do sector ou destino dos deslocamentos, apresentaram-se situações diferenciadas segundo a origem dos entrevistados.

► Os jovens provenientes do bairro da cidade autônoma de Buenos Aires (grupo A) não manifestaram maior preocupação pelo destino dos deslocamentos.

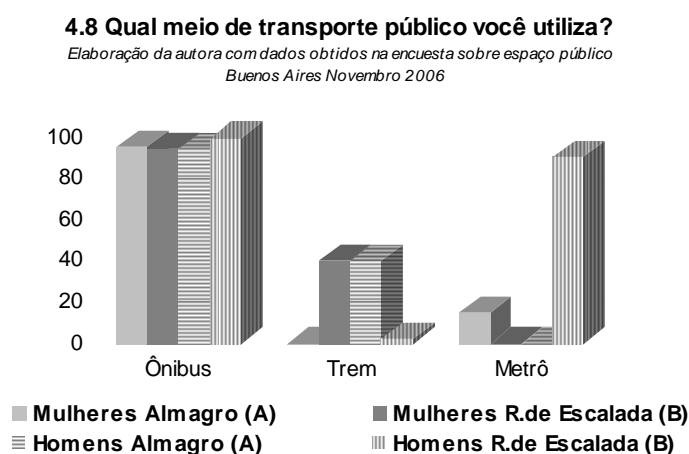
▶ Naqueles do bairro localizado no Grande Buenos Aires (grupo B), pode-se perceber a existência de condicionamentos para transitar.

Contudo, de qualquer forma podem ser identificados comportamentos segundo o gênero, sendo as mulheres as que responderam realizar seus deslocamentos segundo a opção: *Sim, dependendo do sector do bairro do que parto ou ao que me dirijo* (45% das jovens e 29% dos jovens)²³.

Finalmente, pesquisando sobre outras circunstâncias, foram maioria as jovens que condicionam seus deslocamentos à companhia de homens - tanto jovens quanto adultos - ou à possibilidade de fazê-lo como parte de um grupo de mulheres jovens.

Como pode ser apreciado, o comportamento ligado aos deslocamentos em bicicleta segundo o gênero tem as mesmas características que aqueles feitos caminhando, sendo as mulheres aquelas que relataram maiores condicionamentos para realizá-los. O comportamento das jovens aparece mediado pela intervenção de diversas variáveis identificadas com a percepção da insegurança (horários, setores, companhia).

Voltando sobre o total de participantes, pode-se inferir que a preferência pela bicicleta é sensivelmente maior entre os/as jovens do grupo B, mesmo mantendo as diferenças de gênero. Neste bairro, a utilização da bicicleta como meio de transporte entre os/as jovens entrevistados é maior, apesar de existir mais registro de situações de insegurança e a carência ou deterioro dos equipamentos urbanos. Esse comportamento pode ser adjudicado à deficiência e o alto



custo dos transportes públicos. No caso de Almagro são outros os condicionantes que se apresentam sendo os mais citados pelos/as jovens os perigos do trânsito intenso que se registra nas ruas.

Ao perguntar pela circulação feita utilizando o transporte público, maioritariamente os/as jovens

²³ Neste caso é importante lembrar que as porcentagens foram feitas partindo dos casos que responderam afirmativamente transitar em bicicleta, sendo em valores absolutos muito menor o número de mulheres que de homens.

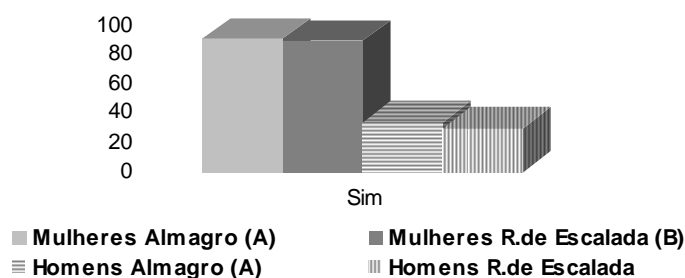
manifestaram utilizar o ônibus com maior frequência. Nesse sentido se observam diferenças segundo a origem dos entrevistados. Os/as jovens de Almagro (grupo A) registram maiores frequências que os/as jovens de Remedios de Escalada (grupo B), o que pode interpretar-se, como temos dito anteriormente, como um exemplo do maior custo e a menor eficiência que o serviço de ônibus apresenta no Grande Buenos Aires. Observando os comportamentos respeito ao trem e o metrô, as diferenças de gênero se aprofundam.

Como pode ser observado no gráfico N°. 4.8, entre as jovens de Almagro (grupo A) não se apresentaram casos que declararam utilizar o trem e foram muito poucas as jovens que escolheram como opção o metrô, enquanto os jovens registraram frequências em ambos os meios de transporte. No caso de Remedios de Escalada (grupo B), as opções consideradas foram o ônibus e o trem, pois o bairro não possui serviço de metrô. Neste último grupo se apresenta-se a particularidade das frequências registradas serem semelhantes para homens e mulheres, mas ao confrontá-las com as outras opções, podem-se apreciar diferenças no tipo de adesões feitas pelas jovens e pelos jovens. Nenhuma das jovens manifestou utilizar os meios de transporte mencionados independentemente de outros condicionamentos, em coincidência com os outros tipos de deslocamentos analisados anteriormente, enquanto majoritariamente os jovens manifestaram conduzir-se independentemente de condicionamentos.

Em vista disso, é possível observar no Gráfico N°. 4.9 que mais de 90% das jovens que foram entrevistadas admitiram modificar percursos ou práticas cotidianas de apropriação do espaço

4.9 Você modifica algum percurso ou prática cotidiana para evitar situações de insegurança ou desconforto?

Elaboração da autora com dados obtidos na encuesta sobre espaço público
Buenos Aires Novembro 2006



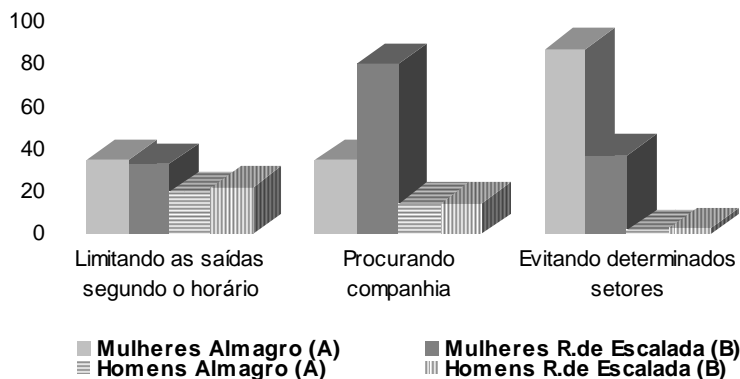
público urbano para evitar situações de insegurança ou desconforto, sendo inferior a 35% a porcentagem dos jovens que manifestaram fazê-lo em virtude desses condicionantes.

No gráfico N°. 4.10 são apresentadas as opções que concentraram as maiores freqüências, estabelecendo-se algumas diferenças segundo a origem das entrevistadas:

- ▶ No grupo A, correspondente ao bairro de Almagro, as jovens manifestaram procurarem companhia para evitar riscos na rua.
- ▶ No grupo correspondente ao bairro de Remedios de Escalada, as jovens manifestaram a tendência a evitar transitar por determinados setores devido à sensação de insegurança ou desconforto na rua.

4.10 Como você modifica algum percorrido ou prática cotidiana para evitar situações de insegurança ou desconforto?

*Elaboração da autora com dados obtidos na encuesta sobre espaço público
Buenos Aires - Novembro 2006*



Nesse sentido, as diferentes características dos bairros considerados (luminárias, calçadas, vigilância, etc.), exercem mais influência no comportamento das jovens do que no comportamento dos jovens, que manifestaram fazer seus deslocamentos independentemente do bairro.

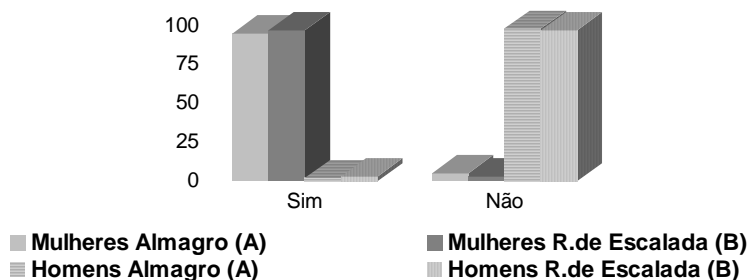
É de interesse observar que as mulheres costumam responder a maiores condicionamentos que os homens, e embora a idéia insegurança ou os riscos que esta implica atinjam tanto os jovens quanto as jovens, em geral existe um posicionamento diferente entre eles. As jovens aceitam e referem-se com naturalidade a limites para sua circulação, enquanto os homens jovens assumem uma posição de independência e indiferença frente aos possíveis riscos que apresenta a rua, o que pode ser interpretado como o resultado da adesão a normas socialmente

impostas. Confrontados os entrevistados com a questão de seu posicionamento perante a insegurança na rua, podem-se conferir estas afirmações.

No gráfico N°. 4.11 é apresentada a sistematização das respostas à pergunta: *Você sente insegurança quando transita por seu bairro?* Tanto homens quanto mulheres manifestaram sentimentos opostos referidos à sensação de insegurança, certamente as idéias compartilhadas sobre o ser homem e o ser mulher se apresentam com toda clareza nas respostas dos/as jovens. Essas idéias compartilhadas coletivamente são determinantes na percepção que os/as jovens constroem de si mesmos. Para as jovens, os condicionamentos e limitações são naturalizados como parte do ser feminino e formam uma lógica que ordena os comportamentos e subsidia a idéia de dependência.

4.11 Você sente insegurança quando se transita por seu bairro?

Elaboração da autora com dados obtidos na encuesta sobre espaço público.
Buenos Aires - Novembro 2006



A idéia de insegurança é mencionada tangencialmente no discurso dos jovens entanto que é explícita entre as jovens. Trata-se de uma idéia socialmente compartilhada, que domina o pensamento coletivo, gerando (especialmente nas jovens) a percepção da própria vulnerabilidade na rua, influenciando nas suas condutas individuais e sendo transmitida através do discurso. Sob estes mecanismos, as mulheres vinculam sua experiência com padrões de vulnerabilidade que se manifestam no espaço público, assinalando por contraposição a segurança representada pelo espaço privado.

Tomando-se por base a identificação do privado/feminino e público/masculino pode ser compreendido o discurso diferenciado entre jovens varões e mulheres. Nas falas dos jovens resulta difícil identificar a sensação de temor o vulnerabilidade na rua. Claramente, o discurso não reflete estas questões, agindo como mecanismo de reprodução da ordem social.

A sensação de temor é reduzida com a posta em prática de estratégias utilizadas pelas mulheres para conciliar a sua necessidade de realizar os deslocamentos e evitar a sensação de insegurança. A estratégia mais utilizada é a busca de companhia. No caso das mulheres, *a companhia* é referida como estratégia; contudo, no caso dos homens, apresenta-se como uma opção ligada ao exercício de práticas de relacionamento social.

É interessante observar que os jovens demonstram preferência por transitarem sozinhos ou em companhia de pares, sendo muito baixa a frequência daqueles que escolheram a opção de fazê-lo com pessoas adultas. Perante as mesmas opções, as jovens mencionaram procurar companhia para transitar pela rua, sendo alta a frequência daquelas que declararam fazê-lo com pessoas adultas. Particularizando nas respostas qualitativas, é possível inferir que mais de 60% das entrevistadas manifestou que, perante a sensação de insegurança na rua, procura companhia masculina, tanto de jovens adolescentes quanto de adultos, sendo também muito frequente entre elas a preferência de circular em grupos de mulheres jovens, evitando as duplas.

Poderia inferir-se destas respostas que a idéia de segurança na rua pode ser associada com a presença masculina tanto de pares quanto de adultos e a idéia de insegurança pode ser ligada à idéia de vulnerabilidade atribuída às mulheres. Muitas das entrevistadas responderam sentir maior segurança nos deslocamentos feitos com um jovem, e maior insegurança na companhia de uma jovem, respondendo desta forma às assimetrias de gênero existentes na valoração do ser homem e do ser mulher e às suas vinculações com a idéia de segurança e insegurança na rua.

Transpor os limites dessa lógica gera reações nas pessoas que a compartilham e dificuldades para quem as desafia. As próprias mulheres costumam sentir desconforto diante de situações que as posicionam fora desses padrões de comportamento socialmente definidos. Também acontece que nas oportunidades em que a transgressão se apresenta no desempenho de funções socialmente ligadas com o comportamento identificado como feminino, produz-se uma assimilação da mesma no discurso, facilitando as práticas das mulheres sem gerar contradições e facilitando a reprodução da ordem social. Assim, é muito interessante observar que as mulheres se referem à necessidade de companhia para transitar nas ruas, mas ao mesmo tempo transformam-se em acompanhantes de crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência,

não sendo estas práticas questionadas sob a lógica da insegurança. Talvez seja possível associar estes deslocamentos com a divisão de funções segundo o gênero na sociedade, na que o papel das mulheres é associado com funções do tipo assistencial. Nos dois grupos entrevistados 30% das jovens responderam ao mesmo tempo procurar companhia adulta ou masculina para circular em determinadas situações na rua e a sua responsabilidade como acompanhantes de irmãos menores e idosos, entanto que não se apresentaram registros destes hábitos entre os jovens das duas amostras.

Na observação das condutas mencionadas pelos/as entrevistados, podem-se identificar outras características da valoração hierárquica dos sexos que têm influência no comportamento espacial. Assim, ao serem consultados os/as pessoas entrevistadas sobre o objetivo (*o para quê?*) da sua circulação na rua (caminhando, em bicicleta ou em transportes públicos) surgem diferenças entre os dados aportados por homens e mulheres. As mulheres das duas amostras se referem a caminhar com fins determinados. Assim, percebe-se na maioria dos deslocamentos das jovens a finalidade do cumprimento de alguma necessidade como *frequentar a escola*, enquanto os homens das duas amostras responderam majoritariamente à opção *passar*. Nas respostas qualitativas, é possível confirmar esta tendência com outras preferências mencionadas, tais como *percorrer a rua, sair à rua, procurar encontros casuais, etc.*, tratando-se de opções mais ligadas com o lazer e o relacionamento social do que aquelas opções apresentadas pelas mulheres.

Estas respostas podem associar-se com as registradas sobre a utilização de espaços abertos nos bairros (*Habitualmente, nos espaços abertos de teu bairro, que atividades você faz?*) onde se podem estabelecer assimetrias respeito do gênero. Em geral foram os jovens os que manifestaram utilizá-los sendo possível identificar também algumas diferenças com base na origem dos entrevistados. Os/as jovens de Almagro identificaram as praças como espaços abertos, apresentando-se diferentes formas de utilização segundo o gênero. Os jovens mencionaram uma diversidade maior de atividades (*fazer música, jogar futebol, encontros com amigos, assistir a recitais*) entanto que as jovens mencionaram menos atividades relativas ao lazer (*assistir a recitais*) e mais atividades ligadas ao cumprimento de alguma tarefa (*acompanhar irmãos menores*).

As jovens de Almagro, mesmo em proporções muito menores que os jovens, teriam maiores possibilidades de apropriação dos espaços abertos do que as jovens de Remédios de Escalada. Neste caso, os resultados da análise mudam porque a carência ou deficiências da infraestrutura urbana lhes outorgam às jovens menos possibilidades de apropriação do espaço, transformando-se numa experiência praticamente masculina. As atividades citadas pelos jovens foram menos variadas que no caso dos jovens de Almagro e a proporção de mulheres que demonstraram adesão a alguma das opções propostas foi muito reduzida (5% declararam realizar alguma atividade em espaços abertos de seu bairro). Evidentemente, as melhores condições dos equipamentos urbanos têm uma influência grande nos comportamentos, e perante condições desfavoráveis da infra-estrutura urbana, aprofundam-se as assimetrias de gênero na apropriação do espaço.

Voltando sobre as condutas pesquisadas e analisadas, a aceitação de idéias coletivas se transforma em insumos de grande importância na definição da auto-percepção das pessoas e nos condicionamentos que orientam os mecanismos de censura social, promovendo determinadas condutas e inibindo outras. A sensação de temor pela insegurança é um elemento presente nas declarações dos jovens e das jovens, porém o modo de referir-se a essa sensação é diferente segundo se trate de uns ou outras por causa de que as formas de expressão - tanto por meio do discurso quanto nas práticas cotidianas - adotam os limites da lógica socialmente imposta.

Assim, achamos interessante observar que, embora a maioria dos jovens entrevistados respondesse não ter sensação de insegurança, quando foram consultados sobre que aspecto de seu bairro eles mudariam (*Que aspectos de teu bairro você mudaria para melhorá-lo?*) todos os entrevistados responderam que melhorariam as condições de segurança na rua. Essas respostas, além de simplesmente evidenciar uma contradição nos jovens, podem ser interpretadas como a manifestação da idéia socialmente aceita sobre a menor exposição dos homens nas situações de insegurança.

Nesse sentido, conferimos o dito até aqui sobre as diferenças entre a auto-percepção dos jovens e das jovens. Os jovens majoritariamente identificaram às mulheres (crianças, adolescentes, adultas e idosas) e pessoas portadoras de deficiências como grupos vulneráveis na rua; e em porcentagens menores, a meninos e idosos, sem incluir-se, enquanto as jovens se

posicionam dentro do grupo de pessoas com maior vulnerabilidade. Esta auto-percepção do lugar ocupado socialmente condiciona o comportamento, subsidia o discurso social e transforma-se no ponto de partida de relações assimétricas de gênero.

No discurso feminino, a sensação de insegurança é citada explicitamente e vincula-se com a própria experiência. Percebe-se nas jovens um posicionamento de vulnerabilidade e fragilidade que é naturalizado pela sociedade e pelas próprias mulheres porque isso responde a uma lógica compartilhada e é legitimado e reproduzido através do discurso social. No discurso masculino, a sensação de insegurança é referida tangencialmente e geralmente é vinculada com outros grupos sociais. Em ambos os casos, o respeito pela ordem estabelecida compromete o agir e o sentir de uns e de outras.

Manifestações do fenômeno estudado presentes nos resultados obtidos nas entrevistas sobre espaço público	
Existem diferenças entre varões e mulheres nas motivações que os/as entrevistados/as disseram possuir para circular e permanecer no espaço público, o que gera uma apropriação diferenciada do espaço.	La presencia de las mujeres en el espacio público en general debe ser justificada a través del discurso. Porque es considerada una salida del espacio privado en donde está objetivada su presencia.
	Nas respostas respeito das motivações que possuíam as/os informantes para circularem e permanecerem nos espaços públicos ou abertos, foi possível observar que as jovens saíam à rua com objetivos determinados e que em poucas ocasiões mencionaram o lazer; porém, os jovens citaram essa opção reiteradamente.
As mulheres respondem a maiores condicionamentos para circular na rua, embora a idéia de insegurança ou os riscos que esta implica alcança tanto aos jovens quanto às jovens. Em geral existe um posicionamento diferente entre eles.	A variável de gênero pôde ser identificada nos relatos dos/das jovens como o principal condicionamento para circularem na rua, influenciando fortemente na percepção e as interpretações que aqueles têm sobre sua conduta e a conduta dos outros na rua.
	O comportamento das jovens aparece mediado pela intervenção de diversas variáveis relacionadas com a percepção da insegurança (horários, setores, companhia). As características sócio-econômicas dos bairros escolhidos influíram nas estratégias adotadas para superar situações de temor ou desconforto; contudo, as diferenças de gênero no comportamento se mantiveram.
A partir da idéia de vulnerabilidade na rua foi possível identificar nas respostas das/dos informantes a valoração hierárquica dos sexos vinculada com o espaço.	A companhia é a principal estratégia adotada para superar a sensação de insegurança ou o risco de sofrê-la. Isto pode ser vinculado com a percepção de vulnerabilidade que geralmente se associa com as mulheres. É comum que as mulheres procurem a companhia de homens para sentir segurança, respondendo aos atributos socialmente atribuídos aos sexos.
	A idéia de suposta vulnerabilidade atribuída às mulheres no espaço público foi compartilhada pela maior parte do grupo de jovens entrevistadas/os (tanto varões quanto mulheres) vinculada com o posicionamento excêntrico que aquelas têm no espaço público provocado pela

	<p>naturalização de sua presença no espaço privado.</p>
<p>As jovens aceitam e incorporam no seu discurso com naturalidade os limites que elas experimentam na sua circulação, enquanto os jovens assumem uma posição de independência e indiferença perante os possíveis riscos que apresenta a rua, o que pode ser interpretado como o resultado da adesão a normas socialmente impostas.</p>	<p>As/os jovens entrevistados coincidiram em considerar as mulheres dentro do grupo de pessoas vulneráveis ou expostas a maiores riscos na rua, junto com anciãs, anciões, crianças e pessoas portadoras de deficiências. É possível apreciar claramente a existência de uma lógica patriarcal, na qual se apresenta uma sub-valorização das mulheres respeito dos varões ao serem aquelas vinculadas com o grupo de pessoas que precisam de uma maior proteção.</p> <p>O discurso atua como um mecanismo legitimador dos comportamentos diferenciados segundo o gênero no espaço público.</p> <p>A experiência concreta dos/das jovens não é reproduzida com fidelidade no discurso. Assim foi possível observar entre os jovens a omissão do temor ou a sensação de insegurança mesmo quando apontam como problema de seu bairro a falta de segurança na rua.</p> <p>No discurso das jovens podem advertir-se menos alusões à sensação de insegurança quando elas circulam assumindo funções associadas com o universo feminino (como por exemplo, o cuidado de menores e anciões). Ao transitarem como acompanhantes reduz-se a excentricidade que elas possuem no espaço público porque elas estão atuando segundo as expectativas de conduta estabelecidas socialmente e desta forma modificam sua auto-percepção.</p> <p>Ao manifestar as incursões que realizam no espaço público observou-se que as jovens apresentam a tendência de justificar ditas incursões, porque as mesmas traspassam a organização do espaço segundo o esquema feminino/privado e masculino/público.</p>
<p>Tabela N°. 4.2</p>	

5. CONCLUSÕES

Neste trabalho, nós tentamos propor o debate sobre algumas questões que vinculam duas categorias complexas: espaço e gênero. O caráter descritivo, analítico e político que ditas categorias apresentam e a multiplicidade de relações que as mesmas estabelecem entre si e com outras as transformam em ferramentas ideais para a compreensão de fenômenos também complexos (como é o caso das relações de poder e as assimetrias sociais). Desta forma, assumimos o desafio tentar identificar algumas das dimensões que essas categorias oferecem para serem aplicadas à análise de manifestações dos fenômenos estudados.

Como expressamos no capítulo respeito à metodologia, não é a nossa intenção generalizar, porque além das questões de método que impedem isso (tais como a representatividade estatística dos dados obtidos), os fatos estudados não admitem ser mensurados e classificados separadamente dos contextos que os geram e reproduzem, e isso excede a abrangência deste trabalho.

Nesse sentido, estes comentários finais somente se ajustam aos grupos estudados, mas não têm como objetivo generalizar respeito a seu comportamento, mas destacar algumas de suas manifestações fundadas na observação e a literatura existente sobre estes tópicos.

Por sua vez, o caráter parcial da nossa investigação nos proporciona a vantagem de poder pensar em desenvolvimentos futuros para outras direções, que complementem os resultados alcançados.

A leitura crítica dos produtos obtidos nos permitiu abordar algumas questões que achamos interessante destacar:

A estrutura social se organiza em função dos gêneros. As sociedades distribuem o poder de formas diversas, mas sempre se baseiam nas idéias coletivas sobre o feminino e o masculino. Todos os sistemas de gênero apresentam um componente temporal/espacial. Tempo, espaço e gênero são categorias indissociáveis, pois na definição de cada uma está implícita a presença das outras.

Para compreender a existência de idéias compartilhadas coletivamente e sua influência nas percepções, interpretações, juízos e valorações que ordenam a vida cotidiana, é necessário recorrer aos aspectos histórico-espaciais que permitiram a objetivação desta e que intervieram na sua formulação. Dos exemplos que se apresentam na pesquisa e que ilustram este processo

são a associação do lar com o descanso e a vulnerabilidade adjudicada às mulheres, associada à segurança/insegurança na rua.

As mulheres estão presentes no espaço público, mas tomam uma posição excêntrica respeito ao mesmo. Essa conduta é absolutamente ideológica e reproduz-se através do discurso social. O discurso social atua como mecanismo reprodutor e se apóia nas representações sociais, que vinculam – neste caso – espaço e gênero. As mudanças sociais são ancoradas nos marcos cognitivos pré-existentes e quando podem ser explicadas através destes, objetivam-se e incorporam-se no discurso. Deste modo, as modificações experimentadas no comportamento espacial do coletivo de mulheres são respaldadas por uma lógica compartilhada que garante a persistência da ordem imposta e a conseqüente manutenção das assimetrias, sem que isso seja questionado.

Quando as novas situações não apresentam correspondência com os esquemas tradicionais e não é possível realizar o ajuste, geralmente se produz sua exclusão no discurso. Por causa disto, consideramos que a omissão é um ato político. Obviamente, as pessoas não sabem que omitem ou reproduzem assimetrias, pelo menos de forma explícita; portanto, é importante a difusão de conteúdos alternativos à lógica hegemônica, assim como também que muitas organizações da sociedade civil apostem à sensibilização como caminho para gerar mudanças sociais positivas.

Como resultados deste processo, os conteúdos dos discursos são sustentados por homens e mulheres por igual, e assim têm grande influência na percepção que uns e outras constroem sobre si mesmos/as.

A incorporação massiva das mulheres no mercado formal de trabalho é percebida como uma *saída*. Esta forma de expressar a entrada delas alude a um movimento espacial ligado à naturalização da presença feminina no espaço privado.

A valoração desse movimento está mediada pelos roles e funções socialmente assinalados a homens e mulheres. Neste sentido, as mulheres *saem* do espaço, do papel e da função que se considera natural, para inserir-se no outro espaço e assumir outros papéis e funções.

As mulheres ocupam o espaço público sem abandonar o espaço privado. Isto, que se vincula com a divisão sexual do trabalho, obstaculiza a apropriação do espaço público e promove o posicionamento excêntrico dos homens no espaço privado.

A experiência cotidiana das mulheres exige a articulação entre as condições que apresentam o espaço privado e o espaço público e a falta de consideração das necessidades específicas delas, transformando-se num problema a confrontar na prática diária. Mas esse conflito não pode ser interpretado apenas sob a perspectiva dos obstáculos a vencer; trata-se de uma situação de iniquidade, baseada em argumentos ideológicos patriarcais que superam o aspecto funcional e repercutem no exercício da cidadania.

As diferenças de gênero na circulação e apropriação do território não são recolhidas pelo planejamento territorial. A orientação político-conceitual predominante nas políticas vinculadas com o espaço se baseia na estrutura sócio-espacial, definida segundo os gêneros: privado/feminino, público/masculino.

As políticas inclusivas são aquelas que não se distanciam da prática inclusiva, portanto o reconhecimento formal das diferenças deve traduzi-se na adoção de decisões e instrumentos, e na execução de ações, fato que acontece poucas vezes ainda. A exclusão-omissão das mulheres no cenário político é uma definição política (em si mesma) sobre as desigualdades de gênero que não aparece no plano discursivo, mas é facilmente detectada na praxe. Esta exclusão-omissão se oculta e aprofunda quando a inclusão das mulheres está baseada na atribuição de papéis vinculados com a gestão social (associados com o papel reprodutivo atribuído às mulheres) sob a idéia de que a presença delas, registrada apenas nessas áreas, é suficiente - estabelecendo implicitamente a existência de outras áreas onde é naturalizada a ausência delas. Dita ausência é ocultada no fato da presença e aprofundada quando os mecanismos de participação não são atendidos, inibindo sua promoção como verdadeiras agentes de mudança social.

A inclusão das mulheres no espaço público por meio da incorporação daquelas no mercado de trabalho se traduziu de maneira muito fraca num aumento dos direitos de cidadania das mulheres. Com respeito ao tema que nos ocupa, isto se evidencia na falta de consideração das necessidades operacionais que as mulheres possuem como beneficiárias da gestão do espaço urbano; paralelamente, dá-se a ausência das mulheres como sujeitos políticos na definição de políticas públicas.

Acreditamos que o planejamento se transforma num instrumento de muito valor, mas para que isto se produza é necessária uma mudança nas práticas políticas. Não existe o planejamento

baseado na autonomia sem uma decisão política que a alente; nesse sentido, a experiência cotidiana está cheia de exemplos. É ali, na experiência cotidiana, onde as mudanças devem experimentar-se - e é sobre essa experiência que o planejador deve intervir. A identificação dos problemas não é suficiente e deve ser complementada com a identificação dos padrões que regem as condutas das pessoas. O planejador deve enfrentar o duplo desafio de intervir na busca de justiça (onde as práticas sociais se revelam injustas) e paralelamente respeitar o sentido que os indivíduos outorgam aos fins do planejamento.

Evidentemente não se trata de uma tarefa fácil, em algum sentido até parece impossível. Talvez a forma de construir um caminho com esse objetivo seja incentivar o debate democrático, a participação cidadã, assim como aceitar formas de intervenção que assegurem os direitos daqueles que não participam em condições de igualdade.

Achamos que a ampliação da cidadania é um requisito prévio para qualquer processo que se considere democrático, e nesse sentido a postulamos como o primeiro obstáculo a vencer no caminho para o planejamento. Uma vez afirmado o respeito à alteridade, encontrar-nos-emos perante a necessidade de propor-nos o segundo passo - que talvez seja responder ao interrogante de como incluir a diversidade no planejamento para viver numa sociedade mais justa.

6. BIBLIOGRAFIA

ALONSO VIDAL, Marta. “Plan urbano ambiental. Una mirada de género” Disponível na Internet em: www.amai.org.ar

ALVARO, José Luis, "Representaciones sociales". In Román Reyes (Dir): **Diccionario Crítico de Ciencias Sociales**. Publicação eletrônica, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2004. Disponível na Internet em: <http://www.ucm.es/info/eurotheo/diccionario>

----- e FERNANDEZ RUIZ, Beatriz. “Representaciones Sociales de la Mujer”. In: **Athenea Digital**. Publicação digital, Nº 9:65:77, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2006. Disponible na Internet em: <http://antalya.uab.es/athenea/num9/Alvaro.pdf>

AMORÓS, Celia. “Feminismo, igualdad y diferencia”. México: Universidad Autónoma de México, 1994.

ARAYA UMAÑA, Sandra. “Las representaciones sociales: ejes teóricos para su discusión”. Costa Rica: FLACSO Sede Académica de Costa Rica, Cuaderno de ciencias sociales, Nº 127. Costa Rica. 2002.

BAIGORRI, Artemio. “Género y espacio. Segregación social vs. segregación espacial”. Granada: Grupo de investigación en estudios sociales y territoriales. 1995

BALLESTEROS, Aurora. “El uso del espacio en la vida cotidiana”. Madrid: Servicio de publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid. 1986.

BONDER, Gloria. “Género y subjetividad: avatares de una relación no evidente”. In: **Género y epistemología: Mujeres y disciplinas. Programa Interdisciplinario de Estudios de Género (PIEG)**. Chile: Universidad de Chile. 1998

----- “Qué entendemos por género”. In: **Seminario PRIGEPP: Género y Educación. Repensando el género y la educación en un contexto global: mapa de los debates actuales en teoría, investigación y políticas**. Buenos Aires. 2006

CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES. "Plan de Igualdad Real de Oportunidades y de Trato entre Mujeres y Varones" In: **Ley 474 de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires**. Buenos Aires: Boletín oficial, 2000.

CLAVAL, Paul. “O território na transição da pós-modernidade” *In: Géographies et cultures* N° 20. Paris: L’Harmattan. 1996.

-----“El enfoque cultural y las concepciones geográficas del espacio” *In: Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles (AGE)*. París: Universidad de Sorbonne, 2003.

CORRÊA LEITE, José, DE CARVALHO, Mónica e SEABRA, Odette (Entrevistadores). “Território y Sociedad. Entrevista con Milton Santos”. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2000.

DAMATTA, Roberto. “A casa e a rua”. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1991. Guanabara Koogan.

DAMMERT, Lucía. “La inseguridad urbana en Argentina. Diagnóstico y perspectivas”. Buenos Aires. S/d.

DURAN, María Ángeles. “La ciudad compartida” *In: Boletín Ciudades para un futuro más sostenible. Madrid: Colectivo de mujeres urbanistas*, 1998.

ESQUIVEL HERNÁNDEZ, María Teresa. “El uso cotidiano de los espacios habitacionales: de la vecindad a la vivienda de interés social en México. *In: Scripta nova. Revista de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. II, N° 146(029), 2003.

FALU, Ana. “Las mujeres y la ciudad: hábitat y género” Ecuador: UNIFEM, S/d.a Disponível na Internet em: www.redmujer.org.ar

----- e RAINERO, Liliana. “Habitat urbano y políticas públicas” S/d.b Disponível na Internet www.redmujer.org.ar

GORRÍA, Ana Estirado, “La casa, lo intangible y lo cotidiano en el espacio doméstico”. *In: Woman who build*. S/d.

GUIDDENS, Anthony.: “Sociología”. Madrid. Alianza Universidad Textos. 1994.

HARVEY, David. “Condição pós-moderna”. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

HAYDEN, Dolores. “¿Cómo sería una ciudad no sexista? Especulaciones sobre vivienda, diseño urbano y empleo” *In: Ponencia Planificando y diseñando una sociedad no sexista*. Los Ángeles: Universidad de California, 1979.

HERNÁNDEZ MELÉNDREZ, Edelsys “Metodología de la investigación” Disponível na Internet em: www.sld.cu/galerias/pdf

JELIN, Elizabeth. “Las mujeres y la cultura ciudadana en América Latina” Buenos Aires: UBA-CONICET.(Documentos PRIGEPP, 2002)1996.

JUSTO MORENO, Aurora (1999) “La salud de las mujeres y la salud de las ciudades”. *In: Boletín Ciudades para un futuro más sostenible*. Madrid: Colectivo de Mujeres Urbanistas, 1999

LARRAIN, Max . “El consenso de Washington. Gobernador de Gobiernos”. Buenos Aires: 1999. Disponível na Internet em: <http://members.tripod.com> Consultado 11/2004.

LÓPEZ ACCOTTO, Ana I. “Género y desarrollo: el círculo vicioso de la interdependencia desigual” *In: Boletín Ciudades para un futuro más sostenible. Colectivo de Mujeres Urbanistas*. Madrid: Colectivo de mujeres urbanistas, 1997.

LUNA, Matilde. “Las familias en el Mercosur. Buenos Aires. S/d.

MEERSOHN, Cynthia. “Introducción a Teun Van Dijk: Análisis de Discurso” Chile: Universidad de Chile. S/d.

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y PRODUCCIÓN DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO (INDEC). ¿Qué es el Gran Buenos Aires? Buenos Aires. 2003. Disponível na Internet: <http://www.buenosaires2010.org.ar>

MUÑOZ, Jairo. “Espacio y relaciones de género. Dimensionamiento político de los espacios construidos culturalmente”. Colombia. S/d. Disponível na Internet em: <http://www.colciencias.gov.co>

NAREDO MOLERO, María. “Autonomía de las mujeres y seguridad urbana” *In: Boletín Ciudades para un futuro más sostenible*. Madrid: Colectivos de Mujeres Urbanistas, 1998. Disponível na Internet em: <http://habitat.aq.upm.es/boletin/n7/amnar.html>

OCAÑA OCAÑA, Carmen. “Microanálisis sociodemográfico de espacios urbanos. *In: Boletín de la A.G.E*. España: AGE, N.º 40. 2005

OSLENDER, Ulrich. “Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una espacialidad de la resistencia”. *In: Scripta nova. Revista de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Vol. VI, N° 115, 2002.

-----“Especializando resistencia: perspectivas de espacio y lugar en las investigaciones de ciencias sociales”. Colombia: Banco de la República. S/d.

- OSPINA, Guillermo. “El espacio como construcción socio-cultural” *In: Directorio ecológico y natural*. Disponível na Internet em: <http://www.ecoportall.net>
- PELUSO, Marília Luíza. “Reflexões sobre ambiente urbano e representações sociais” *In: PAVIANI, Aldo; GOUVÊA, Luiz Alberto de C. (orgs.) Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora UnB, 2003.
- PERNAS, Begoña. “Reinventando el espacio”. *In: Boletín Ciudades para un futuro más sostenible*. Madrid: Colectivo de Mujeres Urbanistas, 1998.
- POL, E. “La apropiación del espacio”. *In: Iñiguez, L. y Pol, E (Coord.). Cognición, representación y apropiación del espacio*. Barcelona, Publicacions Universitat de Barcelona, Monografies Psico/Socio/Ambientals N° 9, 1996.
- RACINE, Jean Bernard. “Discurso geográfico y discurso ideológico. Perspectivas epistemológicas” *In: GeoCrítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Año III, N° 13, 1978.
- RAINERO, Liliana y RODIGOU, Maite. “Indicadores urbanos de género. Instrumentos para la gobernabilidad urbana” *In: 51 Congreso Internacional de Americanistas*. Santiago de Chile: 2003. Disponível na Internet em: www.redmujer.org.ar/articulos.htm
- RODRÍGUEZ, Lilia. “La representación política de las mujeres”. Trabalho monográfico Brasília. 2004.
- SÁNCHEZ GARCÍA, Anna Belén. “Los usos del espacio urbano y el proceso de integración de la mujer inmigrante”. *In: Scripta nova. Revista de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, N° 94(101), 2001.
- SAN JOSÉ, Begoña. “Reparto de espacios, reparto de poderes. *In: Segundo seminario internacional género y urbanismo. Infraestructuras para la vida cotidiana*. Madrid. 2002. Disponível na Internet em: <http://www.generourban.org>
- SANTOS, Milton. “Espacio y Método”. *In: GeoCrítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Año XII, N° 65, 1986.
- SILVA, Omer V. “El análisis del discurso según Van Dijk y los estudios de la comunicación” *Chile: Depto. Lenguas, Literatura y Comunicación, Facultad de Educación y Humanidades, Universidad de La Frontera. S/d.*

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos". Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

SPINK, Mary Jane. "O estudo empírico das representações sociais". *In: O conhecimento do cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Editora Brasiliense. 2004.

TOBÍO, Constanza. "El acceso de las mujeres al trabajo, el espacio y el urbanismo" *In: Boletín Ciudades para un futuro más sostenible*. Madrid: Colectivo de mujeres urbanistas, 1994

----- "Estructura urbana, movilidad y género en la ciudad moderna". *In: Boletín Ciudades para un futuro más sostenible*. Madrid: Colectivo de mujeres urbanistas, 2000

VALERA, Sergi. "Espacios privado, espacio público: dialécticas urbanas y construcción de significados. *In: Public art observatory project*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1999.

VALERA, Sergi. "El significado social del espacio" Barcelona: Universitat de Barcelona, s/d. Disponível na Internet em: <http://www.ub.es>

VAN DIJK, Teun. "Análisis crítico de discurso" *In: Catedra UNESCO*. 1994. Disponible na Internet em: http://www.geocities.com/estudiscurso/vandijk_edcs.html

----- "Estructura discursiva y cognición social". *In: Catedra UNESCO*. 1994. Disponible na Internet em: http://www.geocities.com/estudiscurso/vandijk_edcs.html

VEGA, Pilar. "Las mujeres de la calle y la calle de las mujeres. La conquista de la calle" *In: Boletín Ciudades para un futuro más sostenible*. Madrid: Colectivo de mujeres urbanistas, 1996

WELLER, Jürgen. "Los retos de la institucionalidad laboral en el marco de la transformación de la modalidad de desarrollo en América Latina" *In: Serie reformas económicas n°10*. México: CEPAL, 1998

YANNOULAS, Silvia (coord.). "As mulheres e o poder político" *In: A convidada de Pedra. Mulheres e Políticas Públicas de Trabalho e Renda: entre a descentralização e a integração supranacional. Um olhar a partir de Brasil 1988-2002*. Brasília: Flacso/Brasil/Abaré, 2003.

ZUBILLAGA, Verônica e CISNEROS, Angel. “la construcción social del temor a la violencia delincuencial: Una perspectiva de habitantes de barrios populares y urbanizaciones de Caracas. Caracas. 1997.

ZUSMAN, Perla. “Geografías disidentes. Caminos y controversias”. *In: Documentos de Análisis Geográfico*. Espanha: Universitat Autònoma de Barcelona. Nº. 40, 2002.

7. ANEXOS

7.1. Equivalências entre os sistemas educacionais brasileiro e argentino.

Tabela de equivalências entre os sistemas educacionais									
Sistema Educacional Brasileiro			Sistema Educacional Argentino						
			Cidade Autônoma de Buenos Aires		Província de Buenos Aires				
			até 2005		a partir de 2006				
Básica	Educação Infantil	1º	Inicial	1º	Inicial	1º	Inicial	1º	
		2º		2º		2º		2º	
		3º		3º		3º		3º	
	Ensino Fundamental	1º	Primário		1º	General Básica		EPB	1º
		2º		2º	2º				
		3º		3º	3º				
		4º		4º	4º				
		5º		5º	5º				
		6º		6º	6º				
		7º		7º	7º				
	Ensino Médio	1º	Secundário		8º	Polimodal		ESB	8º
		2º		2º	2º				
		3º		3º	3º				
		4º		4º	4º				
		5º		5º	5º				
Superior	Graduação	Variável	Superior	Variável	Superior	Variável	Superior	Variável	
Lei 9394/96			Lei 24195/93						
EPB: Escuela Primaria Básica. ESB: Escuela Secundaria Básica. ES: Escuela Secundaria.									

7.2. Questionário das entrevistas sobre espaço privado.

Nome:

Idade:

Masculino		Feminino	
------------------	--	-----------------	--

Solteiro		Casado		Divorciado		Outro	
-----------------	--	---------------	--	-------------------	--	--------------	--

Estudos	Nível primário	
	Nível secundário	
	Nível terciário	
	Nível universitário	

Ocupação:

De acordo com a sua experiência, você coincide com a seguinte afirmação? <i>“Meu lar é o refúgio das tensões cotidianas”</i>	
Amplamente de acordo	
Parcialmente de acordo	
Em desacordo	
Não sabe / Não responde	

Quais destas opções definem de maneira mais pertinente as características de seu lar? Escolha três opções atribuindo-lhes uma ordem hierárquica de 1 a 3, sendo 1 a mais importante.	Comodidade	
	Mulher	
	Reunião	
	Descanso	
	Família	

	Segurança	
	Trabalho	
	Homem	
	Privacidade	
	Conforto	
	Responsabilidade	
	Outro. Qual?	

Qual é o ambiente do seu lar de que você mais gosta?	Sala	
	Cozinha	
	Comedor	
	Dormitório	
	Banheiro	
	Quintal / Jardim	
	Outro. Qual?	

Qual o ambiente do seu lar em que você permanece mais tempo durante o dia?	Sala	
	Cozinha	
	Comedor	

	Dormitório	
	Banheiro	
	Quintal / Jardim	
	Outro. Qual?	

<p>¿Há no seu lar um espaço que você use de maneira exclusiva? Você pode mencionar espaços que você ocupe durante parte do dia e que em outros horários sejam utilizados por outras pessoas, sempre que esses usos não se sobreponham com o seu.</p>		
<p>Sim. ¿Qual (Quais)?</p>		
<p>¿Por quanto tempo você pode dispor desses espaços?</p>	Dia completo	
	Parte do dia	
	De segunda a sexta-feira	
	Nos finais de semana	
<p>Não disponho desses espaços</p>		

<p>Quem cuida do seu lar? (Compras, comidas, limpeza, etc) Você pode colocar um máximo de duas opções atribuindo-lhes uma ordem hierárquica de 1 a 2, sendo o 1 a opção mais importante.</p>	Você	
	Um outro habitante da casa Qual?	
	Todos os que moram na casa	
	Empregada	
	Empregado	
	Outro. Qual?	

<p>Caso você contar com empregada/o, ¿quem se encarrega do gerenciamento do trabalho do/a empregado/a? Você pode responder a esta pergunta mesmo se você não tiver escolhido a opção empregado/a no ítem anterior.</p>	Você	
	Outro. Qual?	

7.3. Questionário das entrevistas sobre espaço público.

Dados pessoais

Nome do/a entrevistado/a:.....

Idade:..... Sexo:.....

Habitualmente, você transita sozinho/a por seu bairro?

Sim Não

Habitualmente, você transita caminhando por seu bairro?

Sim, em todos os casos. (horário, setor do bairro, etc.)

Sim, dependendo do momento do dia. Manhã Tarde Noite

Sim, dependendo do setor do bairro aonde eu parto ou me dirijo.

Sim, dependendo de outra circunstância. Qual?.....

Por qual motivo você caminha por seu bairro?

Passear Fazer compras Assistir à escola Praticar um esporte

Outras atividades Quais?.....

Com quem você caminha por seu bairro?

Sozinho/a Amigos Amigas Pessoas adultas Acompanhando crianças, idosos ou pessoas portadoras de deficiências

Outras pessoas Quem?.....

Não

Habitualmente, você transita em bicicleta pelas ruas do seu bairro?

Sim, em todos os casos. (horário, setor do bairro, etc.)

Sim, dependendo do momento do dia. Manhã Tarde Noite

Sim, dependendo do setor do bairro aonde eu parto ou me dirijo. <input type="checkbox"/>
Sim, dependendo de outra circunstância. <input type="checkbox"/> Qual?.....
Por qual motivo você transita em bicicleta por seu bairro?
Lazer <input type="checkbox"/> Esporte <input type="checkbox"/> Meio de transporte <input type="checkbox"/>
Outros <input type="checkbox"/> Quais?.....
Com quem você transita em bicicleta por seu bairro?
Sozinho/a <input type="checkbox"/> Amigos <input type="checkbox"/> Amigas <input type="checkbox"/> Pessoas adultas <input type="checkbox"/> Acompanhando crianças ou irmãos mais novos <input type="checkbox"/>
Outras pessoas <input type="checkbox"/> Quem?.....
Não <input type="checkbox"/>

Utiliza meios de transporte público para deslocar-se no seu bairro/cidade?
Sim, em todos os casos. (horário, setor do bairro, etc.) <input type="checkbox"/>
Sim, dependendo do momento do dia. Manhã <input type="checkbox"/> Tarde <input type="checkbox"/> Noite <input type="checkbox"/>
Sim, dependendo do setor do bairro aonde eu parto ou me dirijo. <input type="checkbox"/>
Sim, dependendo de outra circunstância. <input type="checkbox"/>
Qual?.....
Qual? Ônibus <input type="checkbox"/> Trem <input type="checkbox"/> Metrô <input type="checkbox"/> Outro, Qual?
Não <input type="checkbox"/>

Se você tivesse a opção de escolher, qual seria o meio de transporte público que você utilizaria?
--

.....•
Por que? Segurança Conforto Rapidez Outro, qual?.....•

Você sente insegurança quando se desloca por seu bairro?

Sim

Caminhando Em bicicleta Nos transportes públicos

Não

Habitualmente, nos espaços abertos do seu bairro, que atividades você realiza?

Esportes Quais?

Entretenimentos Quais?

Outras Quais?

Você modifica algum percurso ou prática cotidiana para evitar situações de insegurança ou desconforto?

Sim, limitando as saídas em determinados horários

Sim, procurando companhia.

Sim, evitando transitar por determinados setores.

Outras situações Quais?.....•

Não

Você acha que alguns destes grupos de pessoas encontram-se mais expostas à insegurança na rua?

Sim Quais? (Escolha como máximo três opções):

Meninos Meninas Garotos Garotas Homens

Mulheres <input type="checkbox"/> Idosos <input type="checkbox"/> Idosas <input type="checkbox"/> Pessoas portadoras de deficiências <input type="checkbox"/>
Outros grupos <input type="checkbox"/> Quais?.....
Não <input type="checkbox"/>

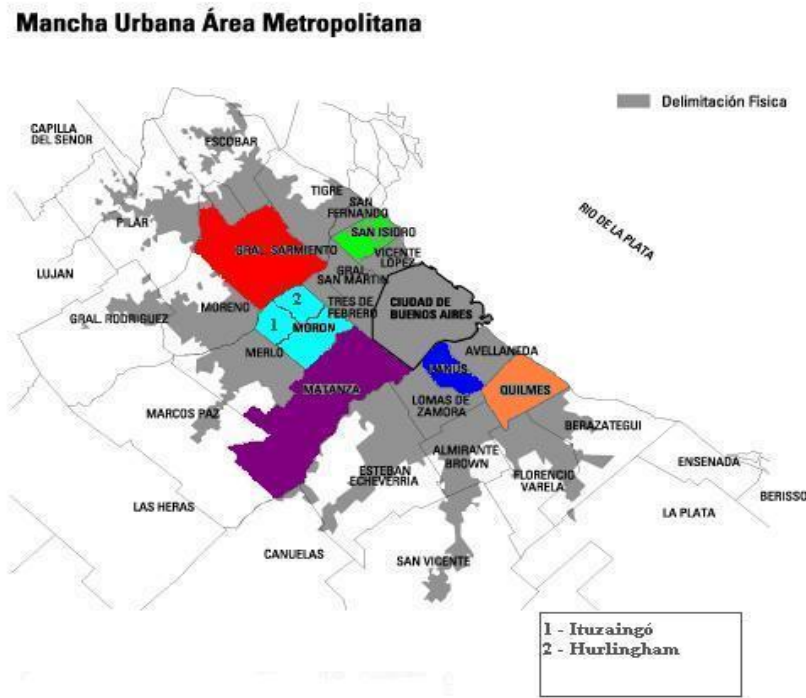
Tomando em conta as características do seu bairro, Quais dos seguintes grupos de pessoas você acha que confrontam mais dificuldades na rua? Considere as características do seu bairro: tamanho, estado e limpeza das calçadas e ruas, luminárias, sinalização, rampas, estado das praças e passeios, zonas de detenção do transporte público, etc. (Escolha três)

Meninos <input type="checkbox"/> Meninas <input type="checkbox"/> Garotos <input type="checkbox"/> Garotas <input type="checkbox"/> Homens <input type="checkbox"/>
Mulheres <input type="checkbox"/> Idosos <input type="checkbox"/> Idosas <input type="checkbox"/> Mulheres com crianças de colo/crianças pequenas/idosos <input type="checkbox"/> Homens com crianças de colo/crianças pequenas/idosos <input type="checkbox"/> Pessoas portadoras de deficiências <input type="checkbox"/>
Outros grupos <input type="checkbox"/> Quais?.....

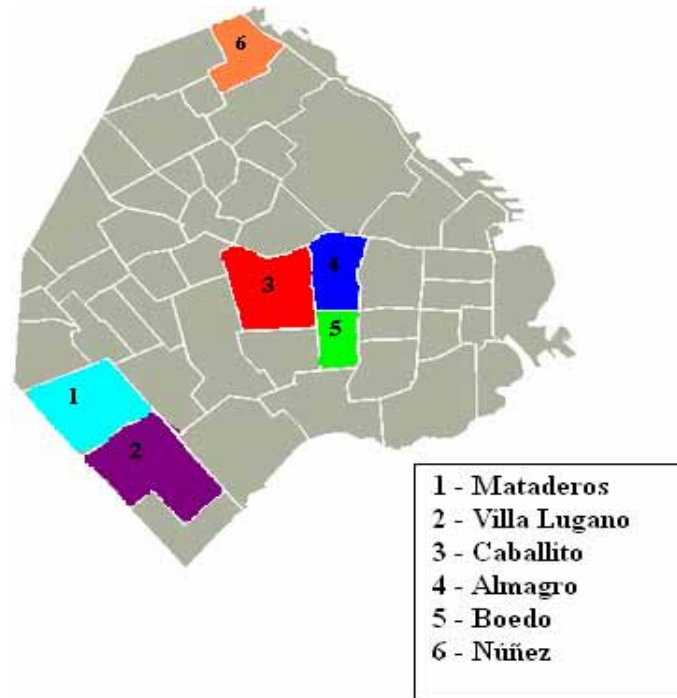
Que aspectos do seu bairro você mudaria para melhorá-lo?

.....

7.4. Procedência das pessoas consultadas sobre espaço privado.

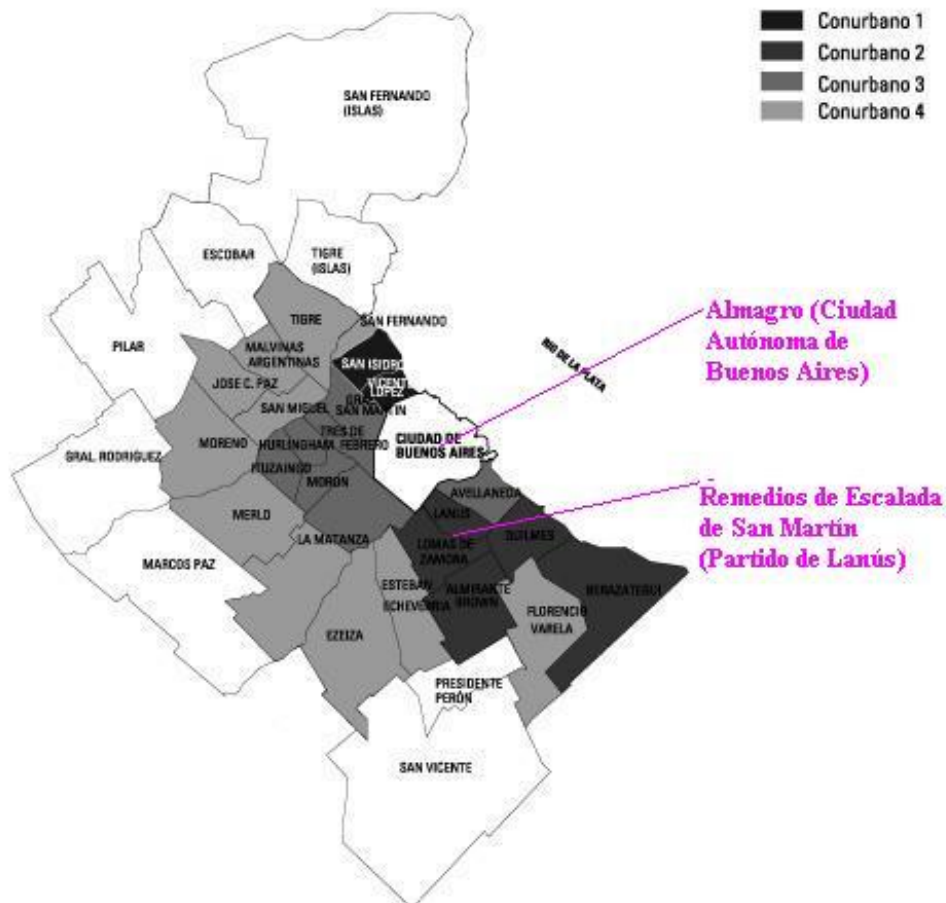


Aglomerado do Grande Buenos Aires
Bairros da Ciudad Autónoma de Buenos Aires.



7.5. Procedência das pessoas consultadas sobre espaço público

Agrupamiento de Partidos (conurbano) Establecidos por la EPH para los Partidos del Gran Buenos Aires



EPH: Encuesta permanente de hogares

Agrupamiento em função de variáveis socio-econômicas sendo os parâmetros mais altos aplicados ao Conurbano 1 e os mais baixos ao Conurbano 4

7.6. Fragmentos de textos escolhidos sobre Conferências Mundiais, Foros Internacionais, Declarações de Direitos e Cartas de Propósitos mencionadas no trabalho.

7.6.1. Declaração de Vancouver (1976)

Capítulo I Oportunidades e soluções:

Criando mais habitável, estabelecimentos atrativos e eficientes que reconhecem a escala humana, o patrimônio e a cultura dos povos e as necessidades especiais dos grupos más desprotegidos especialmente crianças, mulheres e os fracos a fim assegurar a provisão da saúde, serviços, instrução, alimento e emprego dentro de uma estrutura da justiça social;

Capítulo II Princípios

A melhoria da qualidade de vida de seres humanos é o primeiro objetivo o mais importante de cada política humana do estabelecimento. Estas políticas devem facilitar a melhoria rápida e contínua na qualidade de vida de todos os povos, começando com a satisfação das necessidades básicas do alimento, abrigo, limpe a água, emprego, saúde, instrução, treinar, segurança social sem alguma discriminação a respeito da raça, cor, sexo, língua, religião, ideologia, origem nacional ou social ou a outra causa, em um frame da liberdade, dignidade e justiça social.

7.6.2. Plataforma de Ação de Istambul (1996)

Capítulo I Preâmbulo

Art. 4 (15) La mujer tiene un papel de primer orden que desempeñar en el logro de asentamientos humanos sostenibles. No obstante, a causa de diversos factores, entre los que figura la persistente y creciente carga de la pobreza para las mujeres y la discriminación en razón del género, la mujer tropieza con obstáculos particulares cuando trata de obtener una vivienda adecuada y de participar plenamente en la adopción de decisiones relativas a los asentamientos humanos sostenibles. La emancipación de la mujer y su participación plena y en condiciones de igualdad en la vida política, social y económica, la mejora de la salud y la erradicación de la pobreza son indispensables para lograr la sostenibilidad de los asentamientos humanos.

7.6.3. Declaração Redes Feministas da A. Latina e o Caribe. CEPAL, México, 2004. Debemos admitir el factor género en la ciudad como la fuente de una nueva cultura

compartida, y debemos participar en la definición de una nueva filosofía del ordenamiento territorial.

7.6.4. Carta Europeia das Mulheres na Cidade

ENUNCIADO DA PROBLEMÁTICA

"A cidade é uma memória organizada"

"As mulheres são as esquecidas da História"

(citação da filósofa Hannah Arendt)

Porque

As mulheres são ausentes ou particularmente invisíveis em todos os níveis de decisão em se tratando de escolhas que criam e gerenciam a cidade, o habitat e o planejamento urbano, porque elas são ainda uma parte muito pouco ativa nos colossais comprometimentos políticos, econômicos e sociais existentes no assunto. Porque as suas necessidades específicas não são ainda levadas em conta nos programas, uma vez que bem distantes dos interesses dos políticos onipresentes.

Porque

A qualidade de vida na cidade - na escala do bairro e da moradia - influencia e marca fortemente o cotidiano de seus e de suas habitantes e particular das mulheres, essas assumindo freqüentemente uma dupla jornada de trabalho, o que lhes torna ainda mais dependentes da qualidade de serviços urbanos e das escolhas feitas em matéria de transportes e meio ambiente.

Porque

Existe uma dupla exclusão da maioria das mulheres enquanto usuárias da cidade e enquanto conceitoras de projetos urbanos e habitat.

Porque

Para ser cidadã é preciso ser de algum lugar e que este lugar, longe de ser neutro, condicione por sua natureza e suas qualidades o exercício desta cidadania. Porque atualmente ainda e, desde sempre, as regras do jogo assim como as prioridades, as decisões políticas e orçamentárias em particular, são definidas essencialmente por homens, convencidos aliás de trabalhar dentro do interesse da população como um todo.

Porque

As mulheres são as mais discriminadas em matéria de emprego, porque elas constituem a população relativamente mais pobre e porque elas sofrem mais fortemente os efeitos das disfunções urbanas no que diz respeito ao acesso à moradia, à insuficiência de mobilidade e, sobretudo à violência da qual são ainda as principais vítimas. Estas razões fazem delas a população mais interessada pela melhora do desenvolvimento urbano assim como do rural.

Porque

A planificação urbana leva em conta apenas um modelo de família nuclear, aonde a mulher esta predestinada à vida doméstica e o homem é o único a trabalhar fora. Este modelo que cristalizou os estereótipos sociais, está em regressão há décadas, e não representa, hoje em dia, mais do que uma minoria de famílias dando lugar a novos tipos de famílias que a urbanização não soube ver nem levar em conta, criando assim disfunções e novas tensões sociais.

Porque

Tanto cidades da Europa como de outros continentes estão em crise e provocam grandes perigos ao equilíbrio e à paz no plano social. Este estado deve-se à complexidade dos problemas que devem ser tratados na sua globalidade. A obsolescência das teorias e dos métodos em urbanismo bloqueia toda a evolução e inovação necessárias, gera e perpetua a síndrome de crise das cidades. A Carta de Atenas de Le Corbusier, recortando a cidade em zonas mono funcionais, introduziu perversidades e provocou a longo termo, graves perturbações. Nos bairros em crise ou ditos sensíveis, a exclusão social é o seu resultado tangível, assim como os custos sociais e econômicos devido a deslocamentos profissionais produzidos pelo afastamento do local de habitação dos locais de trabalho remunerado. A poluição e o estrangulamento das cidades são também efeitos resultantes destas escolhas urbanas. Essas têm graves conseqüências sobre a qualidade de vida das cidadãs e cidadãos e constituem um pesado handicap para o futuro das cidades, que convém remover desde já.

Porque

As cidades devem agora levantar desafios maiores e sem precedentes afim de alcançar os objetivos seguintes : Levar em conta a preservação do meio ambiente e assegurar um desenvolvimento sustentável, promover uma melhor qualidade de vida para todos e todas com mais equidade, remediar as disfunções urbanas e lutar contra toda a exclusão, construir uma

democracia mais ativa e melhor equilibrada, dentro de uma sociedade tornada pluralista, aonde as mulheres estão sempre no coração dos debates.

Novas maneiras de agir e mudanças estruturais fundamentais revelam-se desde já incontornáveis, se queremos alcançar uma conduta política de planejamento das cidades européias capaz de fazer face a este desafio. De qualquer maneira elas não poderão realizar-se sem a colaboração das mulheres, por legitimidade democrática, de um lado, e por outro, enquanto que fonte de renovação essencial da dinâmica urbana.

DECLARAÇÃO EM 12 TÓPICOS

"Para que as mulheres tenham plenos direitos à cidade".

As mulheres na cidade e...

A CIDADANIA ATIVA

O modo de exercício da cidadania ativa deve ser abordado a partir de uma reflexão baseando-se por um lado, sobre a influência do local de vida e por outro lado sobre o funcionamento das instâncias de representação e os mecanismos econômicos e políticos que fazem a cidade.

Uma representação democrática mais real.

Por uma nova filosofia de planejamento urbano

Trata-se de eliminar obstáculos que ainda limitam o acesso das mulheres à vida de sua cidade procurando e propondo meios capazes de favorecer o exercício da cidadania ativa.

As mulheres, da esfera da vida privada à plena participação na vida pública, devem ainda investir e se apropriar de locais e de serviços no seu ambiente cotidiano para tornarem-se cidadãs plenas. Subentende-se por isso, ações capazes de revelar, no modo de criar e gerir a cidade, as formas de discriminação persistentes com respeito às mulheres.

Essas formas de discriminação resultam de condicionamentos históricos e sócio-culturais que modelaram as diferenças entre homens e mulheres, não somente em relação à configuração dada aos espaços urbanos e à qualidade de vida, mas também devido a uma exclusão mais global, de ordem econômica, social e cultural. A cidade deve ser considerada como um revelador destas discriminações.

TOMADA DE DECISÕES - DEMOCRACIA PARITÁRIA

As mulheres devem estar associadas a todos os níveis de decisão em matéria de planejamento urbano, habitacional, de transportes e ambiental.

A participação na tomada de decisões constitui um ponto essencial no processo de emancipação. É no domínio do planejamento territorial, da planificação urbana e habitacional que subsiste uma taxa de presença de mulheres dentre as mais baixas.

A cidade foi construída sem as mulheres e evoluiu ainda largamente sem elas. Suas preocupações cotidianas não constituem uma prioridade política.

As mulheres devem portanto ser associadas, de maneira paritária, a tudo o que concerne a qualidade de vida. Elas devem ser ouvidas em todas as discussões, no seio de todos os centros de decisões, técnicas ou políticas, do nível local até o nível europeu.

De fato as mulheres representam a metade dos talentos e das qualificações potenciais da humanidade e a sua sub-representação nos postos de decisão constituem uma perda para a sociedade como um todo.

O projeto urbano constitui um dos maiores comprometimentos políticos no final do século XX. É importante dar lugar a processos que favoreçam a participação das mulheres nas tomadas de decisão como um dos fundamentos maiores da renovação democrática.

A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

A igualdade de oportunidades deve ser favorecida na educação e na pesquisa, no seio de todas as instâncias profissionais e no exercício de todas as profissões relativas ao planejamento territorial, ao espaço urbano, ao habitat, à mobilidade, e à segurança urbana.

O avanço democrático não se faz espontaneamente

.Políticas incitativas devem ter lugar para favorecer a presença das mulheres nos setores de atividades que se relacionem com o planejamento urbano e a construção.

Trata-se particularmente, de fazer evoluir as mentalidades, ainda bastante misóginas nesta área, trabalhando para modificar a imagem da mulher "dona de casa", veiculada pela mídia e pelos livros escolares, e tornar visíveis as mulheres criativas, arquitetas, urbanistas, etc.

O acesso à profissão de mulheres diplomadas em escolas e institutos de arquitetura e urbanismo deve igualmente ser encorajado, assim como sua prática profissional reconhecida.

A PARTICIPAÇÃO

Processos participativos equitativos com respeito às mulheres devem ser instituídos tendo em vista favorecer novas relações de solidariedade.

Suscitar níveis intermediários de decisões.

Propor estratégias de mudança.

Uma verdadeira "democracia urbana paritária" deve permitir a troca de diversos pontos de vista e de realizar escolhas mais apropriadas no que concerne o habitat, o trabalho, a diversidade social, os valores culturais e a qualidade do meio ambiente.

É importante que as mulheres possam ter acesso à informação naquilo que concerne a gestão dos fundos públicos, a maneira que as decisões são tomadas, a consideração da diversidade de necessidades e de aspirações de cada uma e o grande leque de soluções possíveis.

A VIDA COTIDIANA

As contingências da vida cotidiana, analisadas, levando-se em consideração as mulheres, devem tornar-se um compromisso político.

Criar uma sinergia de ações concretas in loco.

A visão feminista da cidade deveria permitir uma abordagem diferente das iniquidades com respeito às minorias e aos "invisíveis" dos quais as mulheres fazem parte. O planejamento da cidade, as relações entre as atividades urbanas e a qualidade do meio ambiente, vistos sob o ângulo da vida cotidiana devem permitir a consideração de novas variáveis.

As mulheres que tenham tomado consciência de sua identidade, de sua capacidade de intervenção e de suas necessidades serão suscetíveis de criar laços sociais e de ter uma participação mais ativa nas soluções dos problemas da vida cotidiana.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As mulheres devem estar plenamente associadas às políticas de manutenção do equilíbrio ecológico do nosso planeta.

Apenas emprestamos a Terra de nossas crianças

A preservação do meio ambiente tornou-se uma preocupação incontornável para o desenvolvimento sustentável de nossas cidades. As mulheres são sensíveis aos problemas ligados à qualidade do meio ambiente, elas sabem que se trata de um novo desafio político maior no desenvolvimento em direção ao futuro (referência a agenda 21 das mulheres). Os movimentos feministas são particularmente sensíveis e tornaram-se atentos a essa nova dimensão da economia e do planejamento.

A SEGURANÇA E A MOBILIDADE

Todas as mulheres, e em particular aquelas que estão entre os mais desfavorecidos e isolados, devem dispor de todas as facilidades de acesso aos transportes a fim de poder se locomover livremente e em total segurança para poder gozar plenamente da vida econômica, social e cultural da cidade. As mulheres têm igualmente "direito à cidade".

Pontos chave de mudanças: A segurança e a mobilidade das mulheres.

O conceito de segurança nas cidades, à noite como de dia, deve ser repensado e completado levando em conta em primeiro lugar, os pontos de vista das mulheres. Por serem ainda as mais visadas nas agressões e na expressão da violência, os projetos e as realizações no domínio urbano devem ser corrigidos e devem ser objeto de uma atenção particular, inspirando-se em códigos de boa conduta.

Considerando-se que as mulheres excluídas social ou culturalmente correm um risco ainda maior de reclusão, elas devem poder se beneficiar de uma atenção particular nas políticas que garantam a mobilidade às cidadãs.

Uma cidade mais segura favorece a mobilidade de todos e das mulheres em particular. O sentimento de viver em segurança participa e contribui para a coesão social.

O DIREITO À MORADIA E AO HABITAT

As mulheres têm direito a uma moradia e um habitat apropriados.

Pontos chave de mudança: A qualidade e a diversidade do habitat e os serviços cotidianos.

A falta de espaços apropriados às necessidades das mulheres e concebidos por e para elas, na escala da moradia, do bairro e da cidade, conduz a uma perda de identidade e a uma limitação do exercício de sua cidadania. O conjunto de locais, tanto públicos quanto privados, é projetado e produzido essencialmente por homens ou segundo critérios masculinos, sem levar em conta as necessidades expressas pelas mulheres e sem grande preocupação com a diversidade de expectativas. Ou seja, um habitat apropriado comporta serviços cotidianos que reduzam a servidão ainda assumida pela maioria das mulheres.

É igualmente inegável que as mulheres são particularmente sensíveis ao fato de que os espaços consagrados ao lazer infantil são ainda muito escassos.

A DIMENSÃO DO GÊNERO

Promover a formação voltada para o gênero e para uma nova filosofia democrática.

A dimensão do gênero aplicada à cidade deve ser admitida como fonte de uma nova cultura partilhada e participar à elaboração de uma nova filosofia de planificação e planejamento territorial.

O estudo das relações históricas e sócio-culturais entre homens e mulheres pode contribuir à elaboração de novas soluções mais realistas para a crise urbana e conduzir à melhora da qualidade de vida. A dimensão do gênero enquanto campo de conhecimento das relações construídas socialmente entre mulheres e homens, constitui um meio eficaz para destruir estereótipos e abordar a urbanidade sob um melhor ângulo.

O ENSINO E A EXPERIMENTAÇÃO LOCAL

A dimensão do gênero aplicada à cidade deve ser ensinada nas escolas, nos institutos de arquitetura e urbanismo, assim como nas universidades. A experimentação nas cidades deve ser empreendida urgentemente para incitar mudanças.

Adquirir conhecimento, sabedoria e prática.

Assegurar o acompanhamento constante que indique as etapas e o desenvolvimento.

Experimentar em grandeza real.

Pesquisas e levantamentos são indispensáveis para medir a importância das discriminações sofridas pelas mulheres nos programas de planejamento territorial e de qualidade de vida. A dimensão do gênero aplicada à cidade deve então ser ensinada nos meios universitários assim como no ensino secundário e ser reconhecida como um campo de conhecimento indiscutível. É importante também encorajar operações-piloto geradoras de novos comportamentos políticos que levem em conta esta dimensão.

O PAPEL DA MÍDIA - A TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS

Transmitir e difundir conhecimentos e práticas.

A mídia deve procurar difundir mensagens que vão de encontro aos estereótipos e mostrar mulheres em papéis que reflectam a sua evolução e emancipação.

As pesquisas e os novos conhecimentos adquiridos devem ser transmitidos e difundidos largamente pela mídia, a fim de que ela tenha um papel motor na transformação social, pela extinção de figuras obsoletas que bloqueiam a emancipação de uma sociedade inteira.

AS REDES

Uma rede de troca de informação deve ser criada na escala europeia para promover a Carta e a aplicação dos princípios que ela encerra.

Disseminação da Carta.

Desencadear uma vontade política afirmada na escala europeia.

Uma rede europeia de trocas de informação é uma ferramenta indispensável para catalisar as ações e mudar a mentalidade. A contribuição dos países nórdicos e da América do Norte, particularmente, podem inspirar novos tipos de ações positivas. A conexão a outras redes internacionais é importante, na medida em que desenvolve solidariedade entre as mulheres em uma escala mundial em problemáticas similares e afirma a presença europeia sobre os outros continentes, em particular no seio das instâncias internacionais.

7.6.5. Foro mundial de mulheres – Foro mundial das culturas. Barcelona, julio 2004

1. Gestión democrática del territorio

"No hay democracia sin participación paritaria de las mujeres y los hombres en los ámbitos de representación y decisión locales. La participación de las mujeres en la política local y la resolución de sus objetivos de igualdad, serán una de las preocupaciones centrales de nuestra organización " Ciudades y Gobiernos Locales Unidos

7.6.6. Declaração Mundial de IULA sobre as Mulheres no Governo Local
Zimbawe (1998)

Para efectivizarlo, las mujeres hacemos un llamado a la acción y decimos que es necesario: Legislaciones afirmativas, Ley de Cuotas o Cupos, que garanticen la participación de las mujeres en el gobierno local en los máximos ámbitos de decisión: ejecutivo y legislativo, como así también en consejos, asociaciones vecinales, apoyando la formación de liderazgos femeninos.

Reconocer formalmente a las organizaciones de mujeres y feministas como interlocutoras del gobierno local de las ciudades, para la toma de decisiones en materia de políticas públicas y específicamente para la planificación física de la ciudad, (provisión de infraestructura y servicios, seguridad urbana, proyectos habitacionales, espacios públicos) institucionalizando procedimientos para la consulta y participación que garanticen políticas urbanas que responden a las necesidades diferenciadas y específicas de las ciudadanas y ciudadanos.

Institucionalizar en la estructura del gobierno local de las ciudades áreas de la mujer con presupuesto propio, que garanticen la transversalización de género en todas las áreas del quehacer municipal y en las políticas públicas, programas y planes de gobierno.

Desarrollar acciones que garanticen las condiciones para la participación efectiva de las mujeres en las decisiones sobre la ciudad, en el ordenamiento del medio ambiente y en el desarrollo local, teniendo en cuenta los obstáculos para la participación en un plano de igualdad (estereotipos culturales, distribución desigual del trabajo dentro de la familia, desempleo, mujeres únicas responsables del hogar, edad, condición social, discriminación por nacionalidad, etnia, orientación sexual).

Implementar políticas públicas que aporten a transformar la división del trabajo en el mundo privado, y a modificar la dicotomía entre actividades públicas y privadas y los cambios culturales necesarios.

Elaborar presupuestos participativos sensibles al género, que garanticen la participación de las mujeres y sus organizaciones en la definición de prioridades para la asignación de gastos e inversiones públicas en el territorio de la ciudad, teniendo en cuenta su diversidad social, etária, étnica y cultural.

Incorporar a las estadísticas oficiales encuestas sobre el uso del tiempo, que visibilicen el aporte económico de las mujeres, que realizan a través de la producción de bienes y servicios en el hogar y de las actividades comunitarias y políticas sociales, basadas en el tiempo y trabajo no remunerado de las mujeres. El trabajo de las mujeres que se organizan para mejorar las condiciones de su comunidad debe ser remunerado con salario y prestaciones sociales justas.

Desarrollar indicadores urbanos de género, que permitan conocer la calidad de vida en la ciudad de ciudadanos y ciudadanas, a través del acceso a distintos servicios, y permitan asimismo, controlar el cumplimiento efectivo de los compromisos de los gobiernos con la igualdad de oportunidades para mujeres y varones en el acceso y apropiación de la ciudad.

7.6.7. Carta mundial pelo direito à cidade. Foro Social Mundial, Porto Alegre (2002)

Para efectivizarlo, las mujeres hacemos un llamado a la acción y decimos que es necesario: Acceso a la tenencia segura de la vivienda y a los servicios urbanos.

Promover acciones afirmativas que equiparen los derechos de las mujeres a los hombres, reconociendo que más allá de las legislaciones que establecen que hombres y mujeres tienen iguales derechos, se requiere la transformación cultural (prácticas y tradiciones) que permita revertir situaciones de subordinación e inequidad.

Implementar Políticas de vivienda que contemplen la inserción social diferenciada de las mujeres, fundamentalmente en la economía informal las más pobres, como asimismo distintas situaciones de vulnerabilidad social: mujeres desplazadas por conflictos armados, inmigrantes, mujeres únicas responsables de sus hogares.

Incorporar en las políticas públicas de vivienda las perspectivas de diversidad cultural y étnica, eliminando toda forma de discriminación para el acceso a la vivienda, créditos y subsidios, por razones de sexo, edad, etnia, orientación sexual, credo o nacionalidad, sin ignorar los intereses específicos de las mujeres en un ámbito de equidad.

Desarrollar una política de descentralización funcional, que considere la distribución equitativa en el territorio de los servicios y equipamientos urbanos. Asimismo contemplar en las políticas habitacionales el acceso a los servicios interdependientes de la vivienda y a las actividades urbanas en general que posibilitan la calidad de vida.

Priorizar la creación de infraestructuras, servicios y equipamientos destinados a la población dependiente (niños/as, ancianos, discapacitados) cuyo cuidado ha sido y continúa siendo responsabilidad de las mujeres, y obstáculo para su ciudadanía plena.

Considerar en el diseño de la ciudad la superación de las barreras arquitectónicas que obstaculizan el uso de la misma, discriminan y excluyen a personas con discapacidades transitorias o permanentes, ancianas/os, etc.

Controlar de forma efectiva el encarecimiento de las prestaciones y calidad de los servicios de las empresas prestatarias, ante el acelerado proceso de privatizaciones, garantizando al conjunto de la sociedad el acceso a los servicios públicos. Asimismo, desarrollar mecanismos para garantizar dicho acceso (subsidios o tarifas diferenciadas), y en particular para los sectores más excluidos socialmente y entre ellos las mujeres. Los gobiernos locales deben asumir conjuntamente con las empresas prestatarias esta responsabilidad, participando a todos los sectores sociales.

Garantizar, especialmente, el acceso al agua potable y saneamiento, por el impacto en la salud de la población y especialmente la de las mujeres, quienes están más expuestas por las actividades domésticas y comunitarias que socialmente se les asigna, como asimismo las consecuencias sobre su vida cotidiana (incrementos de tiempos y esfuerzos). El agua no es una mercancía, y por lo tanto no debiera ser privatizada ni comercializada.

Transporte público seguro y adecuado a los requerimientos de movilidad de las mujeres.

Generar información desagregada por sexo sobre los desplazamientos en la ciudad, a través de estudios de origen y destino de los viajes, a los fines de diseñar políticas de transporte público que respondan a las necesidades diferenciadas de varones y mujeres facilitando el uso, disfrute y apropiación de la ciudad.

Incorporar al sistema de transporte la seguridad física como condicionante de la movilidad de las personas, minimizando situaciones de riesgo y de agresión, en particular para las mujeres.

Ciudades seguras para las mujeres, ciudades seguras para todos.

Diseñar políticas públicas de seguridad urbana que prevengan la violencia ejercida sobre las mujeres y las niñas/os en la ciudad, basadas en nuevas formas de cuidado y protección de las personas, que privilegien un enfoque preventivo y no represivo, involucrando a todos los sectores sociales, hombres y mujeres.

Integrar la seguridad urbana como atributo del espacio físico en la planificación de la ciudad y los programas y proyectos sectoriales, que promuevan espacios públicos, entornos barriales, centros de las ciudades, calles, periferias urbanas, más seguras para toda la ciudadanía.

Promover campañas de sensibilización sobre la violencia contra las mujeres en el marco de los derechos humanos, dirigidas a la población en general, involucrando a distintos sectores sociales, a la comunidad educativa y particularmente los medios de comunicación como principales formadores de opinión y potenciales aliados para cuestionar estereotipos culturales que legitiman conductas violentas contra las mujeres.

Transformaciones culturales que reviertan las situaciones de inequidad social y de subordinación de género en todos los ámbitos de la vida.

Comprometer a los gobiernos locales, para priorizar la capacitación de funcionarios/as, técnicos y profesionales, en la temática de género, que permita transversalizar el diseño de las políticas públicas, programas y proyectos urbanos.

Comprometer al sector educativo en general y las universidades en particular, para promover desde las distintas disciplinas y particularmente la arquitectura y la planificación urbana, incorporar el género como parte constitutiva del conocimiento disciplinar y promover investigaciones que aporten a transformar la visión androcéntrica de la ciudad.

Comprometer a los medios de comunicación, para constituirse en los principales difusores de una cultura de la equidad entre varones y mujeres, cuestionando los estereotipos que promueven la subordinación de las mujeres en la sociedad y consolidan su exclusión de la ciudad.

Comprometer a varones y mujeres a trabajar conjuntamente para crear una sociedad global, justa, equitativa y solidaria. Para lograrlo es necesario comprender que la división sexual del trabajo es uno de los obstáculos para la ciudadanía plena de las mujeres. La ciudad, la organización del espacio, como expresión de las relaciones sociales y de género, puede y debe promover los cambios culturales necesarios.